



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FLAVIA MARIA DE ASSIS PAULA

**JOVENS MIGRANTES NA METRÓPOLE DE GOIÂNIA:
PRÁTICAS ESPACIAIS, (RE)TERRITORIALIZAÇÕES E REDES DE SOCIABILIDADE**

**GOIÂNIA
2013**

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Flavia Maria de Assis Paula		
E-mail:	flaviampaula@gmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor	Professor Efetivo da Universidade Estadual de Goiás (UnUCSEH/Anápolis)		
Agência de fomento:		Sigla:	
País:	Brasil	UF: Go	CNPJ:
Título:	Jovens Migrantes na Metrópole de Goiânia: práticas espaciais, (re)territorializações e redes de sociabilidade		
Palavras-chave:	Juventudes – Territorialização – Práticas Espaciais – Redes de Sociabilidade – Goiânia		
Título em outra língua:	Migrant Youth in Metropolis of Goiânia: spatial practices, territorialization and social networks		
Palavras-chave em outra língua:	Youth – Territorialization – Spatial Practices – Social Networks – Goiânia		
Área de concentração:	Natureza e Produção do Espaço		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	26/06/2013		
Programa de Pós-Graduação:	Programa de Pós- Graduação em Geografia		
Orientador (a):	Dra. Lana de Souza Cavalcanti		
E-mail:	ls.cavalcanti@uol.com.br		
Co-orientador (a): *			
E-mail:			

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Assinatura do (a) autor (a)

Data: ____ / ____ / ____

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

FLAVIA MARIA DE ASSIS PAULA

**JOVENS MIGRANTES NA METRÓPOLE DE GOIÂNIA:
PRÁTICAS ESPACIAIS, (RE)TERRITORIALIZAÇÕES E REDES DE SOCIABILIDADE**

Tese apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás como requisito para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Lana de Souza Cavalcanti

GOIÂNIA

2013

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG**

Paula, Flávia Maria de Assis.
P324j Jovens migrantes na metrópole de Goiânia [manuscrito] :
práticas espaciais, (re)territorializações e redes de
sociabilidade / Flávia Maria de Assis Paula. - 2013.
203 f. : il.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Lana de Souza Cavalcanti.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás,
Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, 2013.

Bibliografia.

Inclui listas de tabelas, mapas, esquemas gráficos e
quadros.

1. Juventude – Territorialização – Goiânia (GO). 2.
Juventude – Sociabilidade, Redes de – Goiânia (GO). I.
Título.

CDU: 911.3:314.151.3(817.3)

FLAVIA MARIA DE ASSIS PAULA

**JOVENS MIGRANTES NA METRÓPOLE DE GOIÂNIA:
PRÁTICAS ESPACIAIS, (RE)TERRITORIALIZAÇÕES E REDES DE SOCIABILIDADE**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Doutora em Geografia, aprovada em 26 de Junho de 2013, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra. Lana de Souza Cavalcanti
Presidente da Banca

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro
Examinador Interno – UFG

Prof. Dr. Tadeu Pereira Alencar Arrais
Examinador Interno – UFG

Profa. Dra. Glória da Anunciação Alves
Examinadora Externa – USP

Prof. Dr. Nécio Turra Neto
Examinador Externo – UNESP/Presidente Prudente

DEDICATÓRIA

Aos amores da minha vida, meus “lindos”: Valdeir, Hugo e Arthur, pelo amor com que sou amada, pelas ausências permitidas, pela alegria compartilhada com a finalização (tão esperada) da tese! Vocês três, sem sobra de dúvidas, são minha maior realização!

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor meu Deus, por sua graça, por sua misericórdia e amor constantes. Eu sempre direi: *“Bendize, ó minha alma, ao SENHOR, e tudo o que há em mim bendiga o seu santo nome. Bendize, ó minha alma, ao SENHOR, e não te esqueças de nenhum de seus benefícios”*. (Salmo 103:1-2).

À Professora Lana de Souza Cavalcanti pela orientação exercida, novamente, com a competência e a serenidade de sempre. Pela amizade e o respeito mútuo, por confiar em meu trabalho. Obrigada pela compreensão e dedicação.

Aos professores Nécio Turra Neto, Glória Alves, Eguimar Chaveiro e Tadeu Alencar Arrais pela avaliação geográfica criteriosa e pelas sugestões apresentadas e que enriqueceram esta tese.

Aos colegas e amigos do NUPEC/LEPEG pelas primorosas discussões geográficas que contribuíram para o amadurecimento de temas relevantes para minha pesquisa.

Às amigas Arlete, Gisélia, Izabella e Lucineide com as quais pude dividir as angústias e alegrias do Doutorado.

Aos Amigos pelo encorajamento, em particular as que são também irmãos em Cristo Jesus e valorosas companheiras de oração. Obrigada por acompanharem e torcerem de perto para a finalização dessa etapa de minha carreira acadêmica, sendo portos seguros em todo tempo: Adélia, Eunice, Flávia, Gina, Yonara, Marta, Rosângela, Valdivina e Wiviane.

À minha Família (pais e irmãos) pelo apoio e carinho, especialmente à minha mamãe Valdivina, e à minha irmã Sonia pela tradução do resumo.

Ao meu esposo Valdeir, pelo incentivo (e “puxões de orelha”), pela ajuda e a sensatez diante de minhas incertezas.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para que essa pesquisa se efetivasse, em particular à Secretaria Estadual da Educação, às escolas pesquisadas, aos professores (que permitiram e/ou aplicaram o questionário), e,

sobretudo, aos jovens (migrantes e não migrantes) que foram o alvo central da análise desenvolvida neste estudo e que me permitiram conhecer um pouco da condição juvenil na metrópole de Goiânia.

À UEG pela licença a mim concedida e que possibilitou tempo integral para o desenvolvimento e conclusão desse trabalho. Aos colegas do corpo docente do Curso de Geografia da UEG - UnUCSEH pelo apoio e compreensão.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	8
LISTA DE MAPAS E ESQUEMAS GRÁFICOS	11
LISTA DE QUADROS	12
RESUMO	13
ABSTRACT	14
INTRODUÇÃO	15
1 GOIÂNIA: DA CIDADE À METRÓPOLE, SEUS PROCESSOS E SUJEITOS	29
1.1 Da cidade à metrópole: de sua formação territorial às dinâmicas atuais de seu espaço intraurbano	29
1.2 Os processos de segregação e de fragmentação e sua manifestação na produção/estruturação do espaço urbano da metrópole	46
1.3 A metrópole de Goiânia e algumas de suas dinâmicas populacionais: a migração, a população e a mobilidade interna	57
2 JUVENTUDES E CIDADES: UMA LEITURA ESPACIAL	72
2.1 Juventudes: representações sociais e múltiplos modos de ser	72
2.2 A Geografia e as juventudes: uma aproximação temática	78

necessária	
2.3 Sobre a noção de território na Geografia, as práticas espaciais e as territorialidades juvenis	83
3 OS SUJEITOS JOVENS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA, SUAS PRÁTICAS ESPACIAIS E REDES DE SOCIABILIDADE NA METRÓPOLE	92
3.1 Quem são os jovens migrantes e não migrantes das escolas públicas estaduais da metrópole?	92
3.2 Os jovens migrantes: caracterização, práticas espaciais e redes de sociabilidade	110
3.3 Os jovens migrantes, sua condição juvenil e seus principais mecanismos de (re)territorialização.	128
4 (RE)TERRITORIALIZAÇÕES E TERRITORIALIDADES JUVENIS NA METRÓPOLE: DAS PRÁTICAS ESPACIAIS ÀS REDES DE SOCIABILIDADE	136
4.1 Os jovens migrantes e suas situações de (re)territorialização	136
4.2 O papel das práticas sócio-espaciais urbanas e das redes de sociabilidade juvenis no processo de (re)territorialização	147
4.3 As práticas espaciais como componentes da (re)territorialização do migrante jovem: para além da segregação e da fragmentação urbanas	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS	164

REFERÊNCIAS

170

APÊNDICES

182

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. MUNICÍPIOS DA RMG – ÁREA, LEI DE CRIAÇÃO, MUNICÍPIO DE ORIGEM E DENSIDADE DEMOGRÁFICA – 2010	41
TABELA 2. MUNICÍPIOS DA RMG 2010 – CRESCIMENTO POPULACIONAL, TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL 2000 - 2010 E NÍVEL DE INTEGRAÇÃO	42
TABELA 3. VALOR DO RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL DAS PESSOAS COM DEZ OU MAIS ANOS DE IDADE, EM REAIS, NA RMG – 2010	53
TABELA 4. PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS NA RGM – 2010	53
TABELA 5. POPULAÇÃO DA RGM POR REGIÃO DE NASCIMENTO (%) – 2000 - 2010	62
TABELA 6. POPULAÇÃO RESIDENTE E TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL: 1991, 2000, 2010.	64
TABELA 7. LOCAL DE FREQUÊNCIA DA ESCOLA NA RMG – 2010	68
TABELA 8. LOCAL DO TRABALHO NA RMG - 2010	68
TABELA 9. IDADE, NÚMERO E PERCENTUAL DOS JOVENS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA – 2011	95
TABELA 10. RENDIMENTO MENSAL DO JOVEM DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA E DE SUA FAMÍLIA - 2011	96
TABELA 11. LOCAL DE NASCIMENTO DOS JOVENS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA – 2011	98
TABELA 12. LOCAL DE NASCIMENTO DOS PAIS DOS JOVENS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA – 2011	98
TABELA 13. CARACTERIZAÇÃO DA RESIDÊNCIA DOS JOVENS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA – 2011	100
TABELA 14. COM QUEM MORAM OS JOVENS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE	100

GOIÂNIA – 2011

TABELA 15. MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PELOS DOS JOVENS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA – 2011	102
TABELA 16. PERSPECTIVA DOS JOVENS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA EM RELAÇÃO AO QUE FAZER NO FUTURO – 2011	102
TABELA 17. LOCAIS DE LAZER FREQUENTADOS PELOS JOVENS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA EM SEU BAIRRO RESIDENCIAL – 2011	104
TABELA 18. GRUPOS DE RELACIONAMENTO DE MAIOR IMPORTÂNCIA PARA OS JOVENS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA – 2011	105
TABELA 19. LOCAIS FREQUENTADOS PELOS JOVENS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA COM SEUS GRUPOS DE RELACIONAMENTO - 2011	106
TABELA 20. ATIVIDADES PRATICADAS PELOS JOVENS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA COM SEUS GRUPOS DE RELACIONAMENTO – 2011	108
TABELA 21. IDADE, NÚMERO E PERCENTUAL DE JOVENS MIGRANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA – 2011	112
TABELA 22. RENDIMENTO MENSAL DOS JOVENS MIGRANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA E DE SUA FAMÍLIA – 2011	114
TABELA 23. TABELA DO LOCAL DE NASCIMENTO DOS JOVENS MIGRANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA – 2011	117
TABELA 24. LOCAL DE NASCIMENTO DOS JOVENS MIGRANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA – 2011	118
TABELA 25. CARACTERIZAÇÃO DA RESIDÊNCIA DOS JOVENS MIGRANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA – 2011	118
TABELA 26. COM QUEM MORAM OS JOVENS MIGRANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA – 2011	119
TABELA 27. TEMPO NA CIDADE DE RESIDÊNCIA ATUAL DOS JOVENS MIGRANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA – 2011	120
TABELA 28. MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PELOS JOVENS MIGRANTES - 2011	121

TABELA 29. PERSPECTIVA DOS JOVENS MIGRANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA EM RELAÇÃO AO QUE FAZER NO FUTURO – 2011	122
TABELAS 30. LOCAIS DE LAZER FREQUENTADOS PELOS JOVENS MIGRANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA NO BAIRRO RESIDENCIAL – 2011	124
TABELA 31. GRUPOS DE RELACIONAMENTO DE MAIOR IMPORTÂNCIA PARA OS JOVENS MIGRANTES - 2011	125
TABELA 32. LOCAIS FREQUENTADOS PELOS JOVENS MIGRANTES COM SEUS GRUPOS DE RELACIONAMENTO - 2011	126
TABELA 33. ATIVIDADES PRATICADAS PELOS JOVENS MIGRANTES COM SEUS GRUPOS DE RELACIONAMENTO - 2011	127

LISTA DE MAPAS E ESQUEMAS GRÁFICOS

MAPA 1. LOCALIZAÇÃO DE GOIÂNIA E SUA REGIÃO METROPOLITANA - 2013	30
MAPA 2. FORMAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA - 2013	40
MAPA 3. CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA - 2011	44
MAPA 4. PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS DE GRANDE PORTE, CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS E CENTRALIDADES EM GOIÂNIA E RMG – 2013	52
MAPA 5. FLUXOS MIGRATÓRIOS NO BRASIL – 1995-2000	61
MAPA 6. MUNICÍPIOS DA RMG E DA RIDE COM MAIOR CRESCIMENTO POPULACIONAL – 1980-2010.	65
MAPA 7. NÍVEL DE INTEGRAÇÃO COM A CIDADE - POLO NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA – 2010.	67
MAPA 8. LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS SEGUNDO AS REGIÕES DE GOIÂNIA - 2011.	94
MAPA 9. PERCENTUAL DE JOVENS MIGRANTES POR ESCOLA EM GOIÂNIA – 2011	116
ESQUEMA GRÁFICO 1. RETERRITORIALIZAÇÃO EFETIVA	141
ESQUEMA GRÁFICO 2. RETERRITORIALIZAÇÃO PARCIAL	143
ESQUEMA GRÁFICO 3. RETERRITORIALIZAÇÃO PRECÁRIA OU RESTRITA	145

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. ESCOLAS, TURMAS E ÉPOCA DE PESQUISA.	25
QUADRO 2. NÚMERO DE LOTEAMENTOS APROVADOS EM GOIÂNIA ENTRE 1930 E 1960.	33
QUADRO 3. PADRÕES DE CONURBAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA.	35
QUADRO 4. NÚMERO DE LOTEAMENTOS APROVADOS EM GOIÂNIA ENTRE 1970 E 2000.	36

RESUMO

Este estudo traz considerações acerca das formas como o jovem, mediante suas dinâmicas cotidianas, práticas espaciais e redes de sociabilidade, territorializa-se, identifica-se, apropria-se de Goiânia. Para tanto, destacou-se como objetivo principal analisar a territorialização de jovens migrantes na metrópole de Goiânia, tendo em vista sua espacialidade e a produção da segregação sócio-espacial urbana. Procurou-se ainda caracterizar o perfil socioeconômico dos jovens pesquisados e mapear os principais estados/regiões que contribuíram com a migração voltada para a capital. Além disso, identificaram-se as principais práticas espaciais cotidianas (trabalho, lazer, estudo etc.), redes de sociabilidade (amigos da escola/igreja/trabalho, familiares/parentes) e os principais fatores e agentes que contribuíram ou dificultaram a efetivação do processo territorialização dos jovens migrantes na metrópole. Fez-se também uma pesquisa documental, para “reconstituição” do processo migração e de produção (ocupação) de Goiânia em órgãos públicos (Prefeitura Municipal, IBGE etc.), e procedeu-se a um levantamento bibliográfico, propiciando maior conhecimento a respeito do processo de migração bem como dos aspectos relevantes para sua manifestação no espaço urbano. Tratou-se também dos conceitos e categorias importantes para o embasamento teórico-metodológico com vistas ao desenvolvimento da pesquisa em questão, tais como juventude, práticas espaciais, sociabilidade, territorialização e segregação sócio-espacial. A pesquisa de campo deu-se com a aplicação de questionários a estudantes de escolas públicas estaduais de ensino médio, regularmente matriculados no terceiro ano, com o intuito de caracterizar o perfil socioeconômico dos jovens migrantes (e não migrantes), procurando apreender e compreender suas práticas espaciais, suas redes de sociabilidade e condição juvenil, bem como da relação destas com seu processo de (re)territorialização na metrópole. Com base na análise dos dados coletados, constatou-se que esses jovens, por sua condição social, não podem usufruir da cidade como um todo, mas parcialmente, fato que está ligado à segregação urbana a que estão submetidos. Contudo, eles vivenciam sua juventude e se consideram como jovens, por fazerem “coisas de jovens”, por estarem junto ao seu grupo de amigos, mesmo que sejam amigos formados a partir dos espaços mais imediatos de seu cotidiano (a igreja, a escola, o trabalho). Nesse sentido, sua condição juvenil e seu processo de territorialização serão afetados tanto por aspectos internos quanto externos, sendo possível perceber ao menos três situações distintas entre os jovens migrantes pesquisados: efetiva; parcial e restrita. Cabe destacar que é por meio dessa vida cotidiana, da relação com os espaços, com os tempos e com outros sujeitos que os jovens migrantes se territorializam, e se apropriam e (re)produzem o espaço urbano de Goiânia, transformando também a si mesmos.

Palavras-chave: Juventudes – Territorialização – Práticas Espaciais – Redes de Sociabilidade – Goiânia.

ABSTRACT

This study sought to investigate the ways by which youth, given their daily dynamics, spatial practices and social networks, territorialize, identify with and take ownership of Goiânia. The main goal of our research was to analyze the territorialization of the migrant youth in metropolis of Goiânia, considering its spatiality and socio-spatial urban segregation. We also sought to characterize the socio-economic profile of our subjects and to map the major states/regions from which they migrated. In addition, we identified their daily spatial practices (work, leisure, school etc.), social networks (friends from school/church/work and family) and major factors and agents contributing or blocking the subjects' territorialization process. We also performed a documental research to "reconstruct" Goiânia's migration and production (occupation) process using public archives (City Hall, IBGE, etc.). We performed a review of the literature regarding the migration process as well the relevant aspects of its manifestations in the urban space. We also considered concepts and categories relevant to our research question such as youth, spatial practices, sociability, territorialization, and social-spatial segregation. The field research was done through the administration of questionnaires to public state school students, enrolled in the third year of high school. The goal was to characterize the socio-economic profile of the migrant (and non-migrant) youth to understand its spatial practices, social networks, conditions, and how these factors relate to the process of (re)territorialization in the metropolis. Based on our data analyze, we determined that our subjects, given their social condition, cannot fully benefit from what the city has to offer. This is due to the urban segregation to which they are subjected. However, they still enjoy their youth, doing what "young people do", getting together with friends, even if these friendships are determined by their daily lives immediate space (church, school, work). Thus, the migrant youth condition and their process of territorialization will be affected by both internal and external aspects, with three distinct situations: effective, partial and restrictive. It is important to convey that is through their daily lives, relationship with spaces, the times and other subjects that the migrant youth territorialize, take ownership and (re)produce Goiânia's urban space, in the end, transforming themselves.

Key-words: Youth – Territorialization – Spatial Practices – Social Networks – Goiânia

INTRODUÇÃO

A cidade, mais do que a concretude do espaço urbano, é resultado das relações sociais que são construídas e materializadas no espaço urbano. Sua essência vai além das formas nela cristalizadas e representadas, pois são as ações cotidianas produzidas pelos sujeitos que a moldam e dotam-na de elementos, a fim de expressar materialmente os processos nela instaurados e que a produzem. Acerca dessa produção social (e histórica) da cidade, Carlos (2004, p. 15) destaca:

[...] a cidade pode ser entendida, dialeticamente, enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais, enquanto produtoras da vida humana, no sentido amplo da reprodução da sociedade. Aqui a cidade se reafirma enquanto espaço social [...].

Assim, a cidade pode ser compreendida como obra e produto das relações sociais, as quais denotam sua complexidade, uma vez que são vários os processos que nela se instauram, o que resulta do fato de que também são distintos os sujeitos e agentes sociais que a produzem. Dessa forma, uma análise da cidade deve necessariamente considerar as práticas sócio-espaciais¹ cotidianas desses sujeitos que a produzem e as dinâmicas por eles realizadas no espaço urbano, além de discutir e inferir a importância dos variados fenômenos nela presentes. Nesta perspectiva, Carlos (2004, p. 18) salienta:

A vida cotidiana [...] se definiria como uma totalidade apreendida em seus momentos (trabalho, lazer e vida privada) e, nesse sentido, guardaria relações profundas com todas as atividades do humano – em seus conflitos, em suas diferenças. [...]. Nesta direção, o sentido da cidade é aquele conferido pelo uso, isto é, os modos de apropriação do ser humano para a produção de sua vida (e no que isto implica).

Contudo, as ações desses sujeitos e sua capacidade de se apropriar dos

¹ O uso do termo sócio-espacial, com hífen, foi mantido, por esta autora, por entender – como Carlos; Souza e Beltrão Spósito (2011, p.18-19, grifos dos autores) o fazem – que as grafias distintas do termo se dão por questões teórico-conceituais ainda que não haja um consenso a respeito. Assim, “*Socioespacial*”, sem hífen, se referiria *somente ao espaço social* (por exemplo, considerando-o do ângulo do resultado de sua produção em um determinado momento); em contraste, “*sócio-espacial*” diria respeito às relações sociais e ao espaço, simultaneamente (levando em conta a articulação dialética de ambos no contexto da totalidade social, mas preservando a individualidade de cada um)”.

espaços e exercerem suas práticas espaciais cotidianas estão intrinsecamente ligadas/relacionadas, no contexto da produção capitalista da cidade, à classe social a que pertencem. Dessa maneira, pobres e ricos não se apropriam do espaço intraurbano de uma cidade da mesma forma: são distintas as suas formas de atuação sobre esse espaço, como também são distintos os lugares que ocupam nessa cidade.

Segundo Carlos (2001, p. 29), “[...] as estratégias que percorrem o processo de reprodução espacial são estratégias de classe, referem-se a grupos sociais diferenciados, com objetivos, desejos e necessidades diferenciados, o que torna as estratégias conflitantes”.

Essa apropriação distinta que as classes sociais fazem do espaço intraurbano de uma cidade denota, na realidade, a fragmentação contida nesse mesmo espaço. Fragmentação essa que resulta da produção diferenciada dos lugares da cidade e que é expressa de maneira evidente pela segregação sócio-espacial, estampada nas diferentes paisagens urbanas de uma mesma cidade. Porém essa segregação não se refere apenas ao aspecto da moradia, mas também ao da circulação pela cidade (de pessoas e mercadorias), das ações que os diferentes sujeitos nela realizam (trabalho, lazer, estudo etc.), e que a produzem.

Desse modo, a segregação sócio-espacial extrapola a esfera do morar e se estende à do habitar, pois ela é aqui entendida como a fragmentação não apenas dos espaços e lugares da cidade, mas como a fragmentação e a restrição dos diferentes usos que se podem fazer dessa cidade. O que significa muitas vezes a negação do próprio direito de usufruir dessa cidade seja para o lazer, para a circulação (acessibilidade e mobilidade) ou para o consumo.

Goiânia, como muitas metrópoles brasileiras, também é fruto das relações sociais que nela se materializam. Ações essas praticadas por distintos agentes e sujeitos, entre os quais se podem destacar o Estado, os promotores imobiliários, os proprietários de terra, os grupos sociais incluídos e excluídos. Assim, seu espaço intraurbano é marcado de maneira contundente pela segregação sócio-espacial, fato esse escancarado nas paisagens contrastantes de seus diversos lugares e espaços: seus bairros, seus parques, suas avenidas e moradias etc. Vários são os pesquisadores sociais, geógrafos ou não, que têm destacado esse processo como um aspecto importante na reestruturação espacial dessa metrópole, ao abordarem

essa temática de forma direta ou indireta (BERNARDES, 1998; ARRAIS, 2001; CHAVEIRO, 2001; VAZ, 2002; PAULA, 2003; MOYSÉS, 2004; MOYSÉS; BERNARDES, 2005; GOMES, 2007).

Contudo cabe ressaltar que essa produção fragmentada do espaço urbano da metrópole de Goiânia não é algo recente, pois que remonta à época de criação da capital. Acerca dessa relação entre a produção do espaço urbano e a segregação urbana, Bernardes (1998) destaca que o embate entre a cidade planejada (ideal) e a cidade vivida ocorreu imediatamente, pois os planejadores da cidade ideal se esqueceram de destinar, no plano original da nova capital, um local de moradia para os trabalhadores vindos para trabalhar na construção da cidade.

Assim, desencadeou-se, a partir daquele momento, o confronto entre o planejado e o vivido, e teve início o processo de produção da segregação sócio-espacial urbana, resultante do embate das diferentes classes sociais e sujeitos que se apropriaram e estabeleceram suas territorialidades e práticas espaciais sobre o espaço urbano da nova capital. No que diz respeito a esses sujeitos que fazem parte da produção do espaço urbano goianiense, seja como metrópole ou como cidade, pode-se destacar o papel dos migrantes, vindos de outros estados ou municípios goianos para ocupar a cidade, desde sua criação. Há uma relação evidente entre esses migrantes, a produção do espaço urbano de Goiânia e a produção da segregação sócio-espacial que está na origem da própria cidade.

Concebida e planejada no contexto da Marcha para o Oeste – sua pedra fundamental foi lançada em 24 de outubro de 1933 –, Goiânia viria a ser a materialização do triunfo do poder hegemônico do capital e do Estado, que se propuseram a criar uma cidade a partir do nada, como se a cidade fosse, assim, desprovida dos sujeitos que a constroem e reproduzem constantemente. Tendo sido assim concebida, Goiânia foi criada para ser polo de atração, não somente do capital e de seus interesses econômicos, mas também para atrair o excedente populacional das regiões Nordeste e Sudeste do país, principalmente. Esse fato não poderia deixar de ser abordado, uma vez que a nova capital cumpriu seu papel e atraiu migrantes que a viam como válvula de escape, como um espaço de novas oportunidades: de trabalho, de moradia, de uma vida digna (PAULA, 2003; ESTEVAM, 2004).

A partir daí, ao longo de sua expansão urbana nas décadas de 1940 a

1960, Goiânia foi influenciada direta e indiretamente por políticas públicas nacionais de interiorização (implantação da Canga e criação de Brasília) e pela liberação e da isenção, por parte do poder público municipal, de determinadas responsabilidades dos agentes imobiliários. Disso resultaram:

- a) A abertura indiscriminada de loteamentos por parte do poder público, na formação de sua região metropolitana a partir das décadas de 1970 e 1980, nas quais se pode destacar a influência do processo de modernização da agricultura (e conseqüente êxodo rural).
- b) O intenso processo de verticalização em áreas nobres e o aumento do número de loteamentos nos municípios vizinhos, até sua consolidação como metrópole regional na década de 1990.
- c) O oferecimento de atividades do ramo terciário na década de 1990, época marcada também por transformações em sua dinâmica espacial interna; o surgimento e a consolidação de novas centralidades em seu espaço urbano metropolitano; a reestruturação urbana e regional de outras cidades de seu entorno (Aparecida de Goiânia, Trindade e Senador Canedo).
- d) A confirmação de Goiânia na atualidade, como uma grande metrópole terciária, com paisagens distintas cheias de virtudes e problemas, crescimento da violência metropolitana, problemas ambientais, crescimento urbano acelerado, novas e distintas centralidades, bairros periféricos, condomínios horizontais fechados de luxo, intenso investimento do capital da construção civil etc.

Todos esses aspectos expressam também a fragmentação do espaço urbano, moldado por diversos agentes, hegemônicos e hegemonzados, e cuja fragmentação tem sido constatada por vários autores (VAZ, 2002; PAULA, 2003; MOYSÉS, 2004; CAVANCANTI, 2008).

Nesse processo de estruturação do espaço urbano de Goiânia, o processo de migração e os migrantes (interestadual e intermunicipal) sempre tiveram um papel importante nesse contexto (MOYSÉS; BERNARDES, 2005; SANTOS, 2007; ARRAIS, 2007). Sobre isso, Cavalcanti (2008, p. 167) destaca:

A partir da década de 1980, Goiânia passou a polarizar uma importante área na região Centro-Oeste do país, atraindo um número expressivo de migrantes, em boa parte em razão de sua expulsão do campo com o processo de modernização da agricultura, e concentrando o capital produtivo principalmente na forma de uma infinidade de comércio e serviços para a população regional, ampliando intensamente sua malha urbana e sua população residente.

Ressalte-se que a contribuição essencial para a estruturação do espaço urbano da metrópole goianiense, por parte do processo de migração, se dá na delimitação das áreas periféricas da cidade e da própria metrópole. Por isso mesmo, em alguns municípios da região metropolitana, como Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade, por exemplo, parte de suas áreas próximas (no limite de seu perímetro do município) à capital foi parcelada de forma mais intensa, reforçando ainda mais a fragmentação desse espaço urbano (MOYSÉS, 2004). Diante disso, como referem Moysés e Bernardes (2005, p.174), é preciso ter o seguinte entendimento:

O deslocamento de população, especificamente de locais de mudança de local de moradia, implica não somente a vivência em novos contextos espaciais, culturais, temporais ou históricos, mas implica também a reorganização das formas de sociabilidade, de estrutura cognitiva, de aprendizado, de vivência urbana.

E essa reorganização é feita pela reprodução da vida cotidiana desses indivíduos por meio de suas práticas espaciais, que se estabelecem, nessa mobilidade espacial, mediante suas relações sociais com outros lugares (ARRAIS, 2004). Seabra (2004, p. 192) explica como isso se dá:

[...] a fixação dos migrantes tem que ocorrer em dois níveis da prática social: um diz respeito à inserção territorial, com a configuração e estabelecimento de território de uso que corresponde aos espaços de morar [...]; o outro corresponde à inserção na vida cotidiana pela definição de formas de uso do tempo. A vida cotidiana articula espaço e tempo.

É por meio dessa vida cotidiana, da relação com os espaços, com os tempos e com outros sujeitos que os migrantes se territorializam, ou seja, se apropriam do espaço urbano goianiense e o (re)produzem.

Neste estudo, procurou-se, em meio a esse grupo produtor (e consumidor) dos espaços da metrópole de Goiânia, entender mais especificamente como o jovem migrante, por meio de suas dinâmicas cotidianas, de suas práticas sócio-espaciais, produz territorialidades, criando e estabelecendo novos laços (precários ou não) com o novo território, ou seja, se (re)territorializando (HAESBAERT, 2004; SAQUET, 2009).

A inserção cotidiana do jovem, conforme destaca Martins (2004, p. 117), depende diretamente de sua condição social de vida. Nesse sentido, torna-se instigante compreender quais são as estratégias que o jovem usa – principalmente o jovem migrante de baixa renda – para se territorializar e para exercer sua cidadania neste mesmo espaço repleto de contradições e incertezas.

Na verdade, acredita-se neste estudo que há uma estreita relação entre a territorialização de jovens migrantes e a produção de espaços segregados em Goiânia. Destaque-se que esses jovens, por sua condição social, não possuem condições de usufruir da cidade como um todo, mas tão somente daqueles espaços destinados ao seu grupo e que muitas vezes se restringem aos espaços mais imediatos de seu cotidiano: a casa, a escola, a igreja etc.

Assim, cabe perguntar: na perspectiva de territorialidade de Haesbaert (2004) e Saquet (2009), quais são as ações desse jovem em seu cotidiano que realmente contribuem para que ele crie uma identidade com Goiânia e, portanto, volte a se territorializar?

Com essas considerações feitas sobre o processo de produção do espaço urbano de Goiânia, a intensa relação entre essa produção, as territorialidades dos jovens migrantes e a segregação sócio-espacial urbana, alguns questionamentos são suscitados:

- Há uma relação entre o processo de migração e a segregação sócio-espacial ocorrida em Goiânia?
- Quais são as principais práticas espaciais de socialização/territorialização dos jovens migrantes nessa metrópole?

- Como estão ocorrendo os principais mecanismos de territorialização dos jovens migrantes em Goiânia (a inserção no trabalho, a escolarização e formação de grupos de lazer e cultura), tendo em vista sua espacialidade e a produção da segregação urbana?
- Qual o perfil socioeconômico desses jovens migrantes e quais são os seus principais locais de origem?
- Quais os principais fatores e agentes que contribuem ou dificultam a efetivação da territorialização desses jovens?

Em relação à pertinência e relevância dessa temática ligada à produção do espaço e ao processo de migração, esse tema foi alvo de pesquisas recentes (de mestrado). Silva (2006) abordou a temática referente ao Estado de Goiás a partir da década de 1970 até 2004, priorizando a análise da dinâmica populacional por meio desse processo. Santos (2007) buscou compreender as práticas espaciais do migrante jovem universitário com base na imagem que ele tem sobre Goiânia. No entanto, há ainda espaço para pesquisas que, como a presente, queiram debruçar-se sobre essa temática, dadas as suas diferentes facetas.

O estudo aqui apresentado foi concebido em virtude da necessidade de se compreender a estruturação do espaço urbano de Goiânia como metrópole. Destacam-se, entre os seus fenômenos, aqueles ligados à produção da segregação urbana. O propósito é, sobretudo, discutir a questão da territorialização dos jovens migrantes e a produção de espaços segregados na metrópole goianiense.

A contribuição da presente pesquisa para o saber geográfico deve-se ao fato de se propor a discutir a temática da produção fragmentada do espaço urbano de Goiânia pelos diferentes sujeitos que a produzem ao se apropriarem de certos espaços. O estabelecimento de distintas territorialidades é delineado pelas práticas espaciais de determinados sujeitos. Procura-se verificar o papel dos diferentes grupos sociais nesse processo, principalmente dos jovens migrantes de baixa renda, como uma importante contribuição, visto que a segregação os atinge de forma mais contundente do que os jovens de classes de melhor poder aquisitivo.

O estudo justifica-se ainda pelo fato de essa temática carecer de estudos no campo do saber geográfico, apesar de estar intrinsecamente ligada à produção

sócio-espacial do espaço urbano goianiense. A contribuição social deste trabalho de pesquisa encontra-se na compreensão de determinados fatos espaciais metropolitanos, que são, na realidade, reflexo e condicionante da produção espacial da própria sociedade goianiense.

O desvendar dos processos de segregação/fragmentação e exclusão social que determinados sujeitos da metrópole sofrem é importante, para que o planejamento urbano municipal direcione melhor a distribuição de suas políticas de inclusão. E isso não só para os jovens migrantes, mas também para todos os outros sujeitos que, mesmo estando à margem do processo de produção espacial, contribuem para a estruturação de Goiânia por meio de suas práticas espaciais, e, por isso mesmo, têm o direito de dela usufruírem. Despertar a sociedade para os processos que se dão no espaço interno de Goiânia é um dever de todo geógrafo (pesquisador/educador), preocupado com a conscientização social e com a formação da cidadania.

Diante do exposto, com o intuito de se responder aos questionamentos anteriormente levantados, esta pesquisa tem, como objetivo geral, analisar os mecanismos de (re)territorialização de jovens migrantes em Goiânia – estudantes do 3º. ano do Ensino Médio em escolas públicas estaduais –, tendo em vista sua espacialidade na metrópole e a produção da segregação sócio-espacial urbana. Os objetivos específicos são os seguintes:

- Apontar os principais locais de origem dos jovens migrantes pesquisados;
- Caracterizar o perfil socioeconômico e cultural desses sujeitos;
- Identificar e analisar suas principais práticas espaciais (trabalho, lazer, estudo etc.) e os principais fatores e agentes que contribuem ou dificultam o processo de territorialização desses jovens migrantes em Goiânia;

- Compreender a relação existente entre o processo de migração e a segregação sócio-espacial na formação sócio-espacial da metrópole goiana, a partir da década de 1990.

A presente tese estruturou-se em quatro capítulos, nos quais são realizadas as discussões teóricas acerca dos principais conceitos/categorias para a temática trabalhada e feitas a apresentação, a análise e a interpretação dos dados coletados e produzidos para a efetivação desta pesquisa e da tese levantada. A seguir faz-se uma explanação do conteúdo de cada um deles.

No Capítulo 1, intitulado “Goiânia: da cidade à metrópole, seus processos e sujeitos”, discorre-se sobre os processos e fenômenos que fizeram de Goiânia uma metrópole, desde o processo de criação da capital moderna até sua atual configuração sócio-espacial. Apontam-se os principais agentes e as dinâmicas que contribuíram para a estruturação de seu espaço urbano e sua formação territorial como metrópole, com destaque para os processos de segregação, fragmentação e migração.

No Capítulo 2, “Juventudes e cidades: uma leitura espacial”, discute-se a temática das juventudes e de sua relação com o espaço urbano e com as cidades no âmbito da Geografia. Abordam-se ainda as questões da pluralidade das juventudes e o entendimento dessa categoria social na contemporaneidade. Enfatiza-se a aproximação necessária dessa temática com a Geografia a partir de determinados conceitos e categorias geográficas, tais como o território, a territorialização e a territorialidade. A relação entre as juventudes e seus processos de constituição de territórios mostra-se bastante relevante para a compreensão das espacialidades inscritas pelos jovens na cidade, por meio de suas práticas espaciais e de suas redes de sociabilidade.

O Capítulo 3, denominado “Os sujeitos jovens de escolas públicas de Goiânia, suas práticas espaciais e redes de sociabilidade na metrópole”, apresenta os dados obtidos mediante a aplicação dos instrumentos utilizados para a coleta de dados: o questionário e a entrevista.² O capítulo traz as análises e considerações dos dados coletados, com a intenção de caracterizar (socioeconomicamente) os

² Os modelos de formulário dos referidos instrumentos encontram-se em apêndice no final desta tese.

jovens entrevistados, principalmente aqueles que são de interesse direto para este estudo: os jovens migrantes. Além disso, demonstra aspectos relacionados às residências, aos grupos de relacionamento e redes de sociabilidade, às práticas espaciais e à mobilidade pelo espaço urbano da metrópole e seus mecanismos de (re)territorialização e suas impressões acerca de Goiânia, neste caso, mais especificamente em relação aos jovens migrantes entrevistados.

Nesse contexto, julga-se necessário esclarecer os aspectos metodológicos utilizados na pesquisa qualitativa empreendida para a coleta de dados.

A metodologia utilizada nesta pesquisa teve como critério a utilização de instrumentos de coleta de dados que permitissem conhecer e caracterizar os jovens sujeitos dessa análise. Para tanto, foram elaborados dois tipos de formulários: um para o questionário e outro para a entrevista. Ambos foram elaborados com o objetivo de traçar um perfil dos jovens (migrantes e não migrantes – questionário; migrantes - entrevista), bem como para determinar, a partir de uma amostragem, quais são suas principais práticas espaciais, sua mobilidade e seus mecanismos de territorialização como jovens na metrópole.

Para a aplicação dos formulários foram escolhidas nove escolas públicas estaduais de ensino médio localizadas em Goiânia: o Instituto Goiano de Educação (IEG); o Colégio Estadual Carlos Alberto de Deus; o Colégio Estadual Amália H. Teixeira; o Colégio Estadual Prof. Joaquim Carvalho; o Colégio Estadual Pedro Xavier Teixeira; o Colégio Estadual Jardim das Aroeiras; o Colégio Estadual Vandy de Castro; o Colégio Estadual Antônio O. da Silva; e o Colégio Estadual Solon Amaral. Os dados e as informações sobre as escolas encontram-se no Quadro 1.

O critério de escolha dessas instituições foi pautado em sua localização em áreas mais centrais da capital ou em áreas limítrofes a outros municípios da RMG, bem como sua localização em uma das regiões administrativas de Goiânia. Para tanto, valeu-se de informações fornecidas pela Secretaria Estadual de Educação das escolas que oferecem o Ensino Médio em Goiânia.

Optou-se por trabalhar com as escolas públicas estaduais por ser essa rede pública a responsável pela oferta do Ensino Médio e por ser esse nível de ensino o que concentra o maior número de jovens na faixa etária escolhida para este

estudo. Além disso, conforme dados da Secretaria de Educação do Estado de Goiás (2010), o percentual de alunos não naturais de Goiânia matriculados no Ensino Médio nas escolas públicas estaduais é de 36,5%. Esse dado demonstra a importância de tais instituições de Ensino Médio da rede pública estadual como um dos locais de concentração dos jovens migrantes, o que justifica a escolha dessas como locais essenciais para a coleta de dados dessa pesquisa. Ainda é preciso salientar que a escola é para muitos jovens um dos principais locais dentro de suas redes de sociabilidade (DAYRELL, 2007; CATANI; GILIOLI, 2008).

QUADRO 1. ESCOLAS, TURMAS E ÉPOCA DE PESQUISA

REGIÃO	ESCOLA	BAIRRO	Nº DE ALUNOS NO ENSINO MÉDIO	Nº DE TURMAS DE 3º. ANO EXISTENTES	Nº DE TURMAS PESQUISADAS	MÊS DE APLICAÇÃO
CENTRAL	Instituto Goiano de Educação	Vila Nova	1.079	7	5	Set./2011
CAMPINAS	Colégio Estadual Carlos Alberto de Deus	Nossa Senhora de Fátima (Cidade Jardim)	904	3	3	Set./2011
NORTE	Colégio Estadual Amália H. Teixeira	Balneário Meia Ponte	243	5	4	Out./2011
NOROESTE	Colégio Estadual Carlos Prof. Joaquim Carvalho	Capuava	138	3	3	Nov./2011
SUL	Colégio Estadual Carlos Pedro Xavier Teixeira	Setor Pedro Ludovico	986	8	5	Set./2011
SUDOESTE	Colégio Estadual Carlos Antônio O. da Silva	Parque Amazônia	593	4	3	Out./2011
LESTE	Colégio Estadual Carlos Jardim das Aroeiras	Jardim das Aroeiras	222	1	1	Set./2011

REGIÃO	ESCOLA	BAIRRO	Nº DE ALUNOS NO ENSINO MÉDIO	Nº DE TURMAS DE 3º. ANO EXISTENTES	Nº DE TURMAS PESQUISADAS	MÊS DE APLICAÇÃO
LESTE	Colégio Estadual Carlos Vandy de Castro Carneiro	Jardim Novo Mundo/Vila Maria Luiza	73	1	1	Set./2011
OESTE	Colégio Estadual Carlos Solon Amaral	Vera Cruz II	354	3	3	Set./2011

Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Embora a concepção da juventude como uma categoria e produção social cuja definição não se dá unicamente pela faixa etária seja a base teórica para esta pesquisa, para fins da coleta de dados delimitou-se como sendo jovens os estudantes com faixa etária entre 15 e 24 anos, regularmente matriculados no 3º ano do Ensino Médio nas escolas públicas estaduais localizadas em Goiânia no ano de 2011.

Foram aplicados setecentos questionários nas nove escolas selecionadas, durante os meses de setembro a novembro de 2011, dos quais foram aproveitados efetivamente 574.³ A aplicação⁴ do formulário de questionário aos alunos jovens “migrantes” e “não migrantes” das turmas de 3º ano do Ensino Médio, nas escolas públicas estaduais relacionadas anteriormente, foi tanto no turno matutino quanto no noturno. O intuito foi construir o perfil socioeconômico dos estudantes, bem como identificar naturalidade, práticas espaciais, mobilidade pela metrópole goiana e as impressões desses jovens em relação à cidade, além de identificar os sujeitos específicos desta pesquisa: os jovens migrantes.

Para o alcance dos objetivos propostos, foram realizadas ainda entrevistas com alunos migrantes selecionados entre os que responderam o questionário mencionado anteriormente das turmas de 3º ano do Ensino Médio nas

³ Apesar de terem sido aplicados setecentos questionários, foram aproveitados de fato 574, pois se excluíram os formulários de questionário que não foram respondidos ou que foram respondidos parcialmente.

⁴ Os alunos somente responderam ao instrumento de coleta de dados após assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cujo modelo se encontra em apêndice.

nove escolas públicas estaduais, nas quais foram anteriormente aplicados os questionários. Ao realizá-las, procurou-se identificar, prioritariamente, o processo de migração realizado por esses jovens, as práticas espaciais, suas redes de relacionamento e territorialidades empreendidas a partir delas, bem como sua relação com Goiânia e seus lugares.

Nessa fase da coleta de dados, a escolha desses jovens se realizou tendo por critério incluir jovens de ambos os sexos e que estudassem em turnos variados, que fossem trabalhadores e não trabalhadores, de religiões e raças diversas. Além disso, priorizou-se a escolha de jovens morando no máximo há seis anos em Goiânia, dada a compreensão de que esse critério de tempo de residência permitiria trabalhar com jovens migrantes que, de fato, vivenciam sua juventude na metrópole goiana. Essa escolha fez-se por meio de uma triagem dos dados relativos aos questionários e de posterior contato com esses jovens.

Conforme destacado anteriormente, no Capítulo 3 foram apresentados os resultados advindos da tabulação e análise dos dados levantados mediante a aplicação do questionário e da entrevista.

No quarto e último capítulo, “(Re)territorializações e territorialidades juvenis na metrópole: das práticas espaciais às redes de sociabilidade”, são apresentadas as considerações e interpretações acerca das análises dos dados coletados junto aos jovens migrantes. Tais análises foram importantes para a compreensão do processo de (re)territorialização dos jovens migrantes em Goiânia, bem como do significado das práticas espaciais e do estabelecimento de redes de sociabilidade como componentes importantes desse processo. Também neste contexto as territorialidades e as espacialidades empreendidas pelos jovens migrantes no espaço intraurbano da metrópole permitem não só compreender suas territorializações, como também desvendar sua condição juvenil nesse mesmo espaço.

Assim, o Capítulo 4 foi estruturado de forma a demonstrar a diversidade do processo de (re)territorialização dos jovens migrantes estudados em Goiânia e a promover a reflexão sobre a relação desse processo com as práticas espaciais cotidianas e as redes de sociabilidade desses jovens na metrópole. Por fim, pode-se avaliar as influências desses fatores para a reelaboração da identidade e da condição juvenil dos jovens migrantes mediante o estabelecimento de uma

discussão sobre o processo de reterritorialização, a condição juvenil e a segregação e a fragmentação urbanas vivenciadas por tais jovens.

Nas “Considerações finais”, retomam-se algumas questões apontadas ao longo do trabalho que foram fundamentais para a construção de uma leitura geográfica acerca dos jovens migrantes, sua condição juvenil, suas espacialidades etc. Além disso, indicam-se alguns aspectos sobre a temática das Juventudes e Cidades que ainda carecem de contribuições da Geografia.

CAPÍTULO 1

1 GOIÂNIA: DA CIDADE À METRÓPOLE, SEUS PROCESSOS E SUJEITOS

No presente capítulo, serão abordados os processos e fenômenos que fizeram de Goiânia uma metrópole, desde o processo de criação da capital moderna até sua atual configuração sócio-espacial (ver Mapa 1).

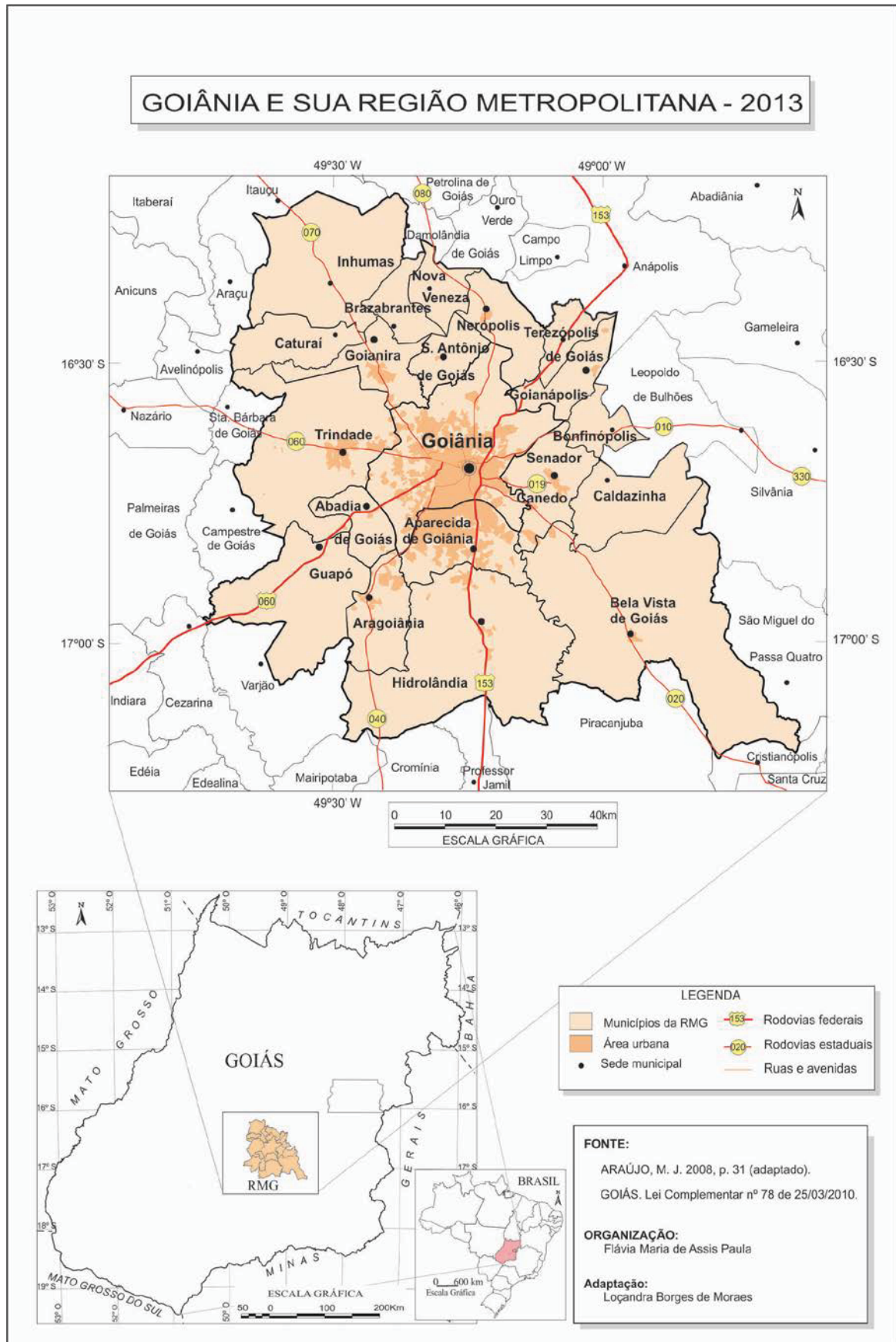
Neste contexto, torna-se importante discorrer também acerca dos principais agentes (o Estado, os agentes imobiliários e as classes sociais) e das dinâmicas que contribuíram para a estruturação de seu espaço urbano e sua formação territorial como metrópole, tanto os de ordem externa quanto os de ordem interna. Dentre eles, destacam-se os processos de segregação, fragmentação e migração.

Entender o processo de produção do espaço urbano da metrópole goiana contribuirá, no âmbito desta pesquisa, para o entendimento da produção dos lugares da cidade e das barreiras que os processos de segregação e fragmentação podem impor à espacialização dos que nela habitam, principalmente dos jovens migrantes sujeitos deste estudo.

1.1 Da cidade à metrópole: de sua formação territorial às dinâmicas atuais de seu espaço intraurbano

Goiânia, como muitas outras metrópoles brasileiras e mundiais, é fruto da ação dos mais diversos agentes e processos. Torna-se assim, no dizer de Carlos (2004) e de muitos outros, uma produção social (CORRÊA, 1996; PAULA, 2003; MOYSÉS, 2004; CAVALCANTI, 2008) que está vinculada não só à ação e práticas espaciais dos agentes hegemônicos, mas também às ações e práticas espaciais dos agentes não hegemônicos, as quais influenciam e são influenciadas pelos mais variados processos.

MAPA 1. LOCALIZAÇÃO DE GOIÂNIA E SUA REGIÃO METROPOLITANA – 2013.



Sendo, assim, constituída e construída por diferentes sujeitos, uma análise geográfica de uma metrópole ou cidade não pode entender seu espaço urbano apenas pelo viés do Estado, do capital e de seus agentes, que são os que usufruem seus melhores espaços e paisagens. Mas também é preciso considerar a atuação dos demais sujeitos que a estruturam, ainda que estes sejam menos favorecidos e menos vistos que aqueles.

A formação territorial de Goiânia teve como marco a década de 1930⁵, no contexto das políticas públicas de ocupação do interior do Brasil no período do Estado Novo, mais precisamente da Marcha para o Oeste, e das disputas de grupos locais pelos poderes políticos e econômicos em Goiás (VAZ, 2002; PAULA, 2003; ESTEVAM, 2004; MOYSÉS, 2004; ARRAIS, 2007).

Na realidade, esse momento é considerado por muitos autores o início da inserção de Goiás e da Região Centro-Oeste na vida econômica do país, uma vez que o Estado e a região estiveram à margem do desenvolvimento econômico, político e social do Brasil durante todo período anterior. Fato esse que se concretizaria apenas na década de 1970, com o processo de modernização da agricultura em áreas de cerrado.

Assim, Goiânia surgiu num contexto de extrema importância política e econômica para o Brasil e para Goiás, pois sua criação envolvia e trazia expectativas relacionadas à consolidação de um projeto nacional pautado na modernização (ARRAIS, 2007).

Cabe destacar que, ao longo de sua estruturação, a metrópole goiana sempre teve o Estado, o capital (principalmente por meio dos agentes imobiliários e proprietários fundiários) e as classes sociais (por meio de suas demandas por locais distintos de moradia) como importantes agentes impulsionadores desse processo (VAZ, 2002; PAULA, 2003).

A partir da criação de Goiânia, a população do estado de Goiás aumentou significativamente, pois a construção da capital demandou e atraiu um grande contingente de migrantes, advindos principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro (mão de obra técnica e qualificada) e do interior do próprio estado de Goiás, além

⁵ A fundação da nova capital se deu em 24 de outubro de 1933.

dos estados de Minas Gerais, Mato Grosso e outros da Região Nordeste do país (trabalhadores desempregados em sua região) (BERNARDES, 1998; MOYSÉS; BERNARDES, 2005). Esse fato marcou intensamente os processos de ocupação, povoamento e urbanização de Goiás e o processo de expansão urbana da nova capital. Acerca disso, Arrais (2007, p. 102) destaca:

Goiânia muda definitivamente o perfil e o eixo do povoamento em Goiás. Estimula a migração, dinamiza a economia regional, mobiliza recursos, pois se tratava não de uma cidade, mas de uma capital que deveria representar o progresso, a modernidade. Por isso, deveria ser planejada e por consequência capitalizada, o que significa que os esforços para construção da cidade envolviam investimentos na região, no seu entorno, o que despertou a atração do capital imobiliário.

Esse interesse do capital imobiliário no espaço urbano de Goiânia teve reflexo direto em seu processo de expansão urbana, uma vez que esse agente exerceu grande influência econômica e política na estruturação do espaço urbano da cidade. Planejada inicialmente para 50 mil habitantes, a cidade viu, em menos de duas décadas, sua população ultrapassar esse número,⁶ o que trouxe consequências não só para sua configuração espacial, mas também para o poder público e para sua população.

Da década de 1930 até a década de 1950, o Estado manteve forte controle sobre o parcelamento, a ocupação e o uso do solo urbano em Goiânia. Porém o aumento da população e a demanda crescente por loteamentos fizeram com que o capital imobiliário, representado por seus agentes, exercesse uma pressão tal sobre Estado, que esse, cedendo aos interesses daquele, passou essa atribuição à iniciativa privada. Essa última, desobrigada da exigência de implantação de infraestrutura, parcelou o solo urbano goianiense de forma indiscriminada,⁷ provocando uma desestruturação do plano urbanístico da cidade, ao criar grandes vazios urbanos, uma vez que os loteamentos não eram necessariamente contíguos e constituíam-se em estoques de valorização futura (CHAVEIRO, 2001; PAULA,

⁶ Conforme dados do censo demográfico de 1950, divulgados pelo IBGE, Goiânia possuía em 1950 53.389 habitantes, número que saltou para 151.013 na década seguinte.

⁷ Moysés e Bernardes (2005, p.177) destacam que, após o Estado repassar essa atribuição à iniciativa privada, o parcelamento do solo no ano de 1950 foi tão intensificado, que o número de lotes existentes aumentou de cerca de 12 mil para quase 120 mil lotes.

2003; MOYSÉS, 2004). Os dados do Quadro 2, com o número de loteamentos aprovados pela prefeitura nas décadas de 1930 a 1960, denotam bem esse fato.

**QUADRO 2. NÚMERO DE LOTEAMENTOS APROVADOS
EM GOIÂNIA ENTRE 1930 E 1960.**

DÉCADA	NÚMERO DE LOTEAMENTOS
1930	8
1940	-
1950	125
1960	26
TOTAL	159

Fonte: Prefeitura de Goiânia/Seplam.

Pela observação do referido quadro, constata-se que houve uma expansão urbana acelerada na década de 1950, pois foram criados 125 novos loteamentos somente naquele período. Apenas em 1959, o Estado retoma o controle da expansão urbana ao aprovar a Lei nº. 1556/1959, que suspendia a aprovação e abertura de novos loteamentos particulares na capital. Todavia, isto não implicou a retirada por inteiro do capital imobiliário do processo de expansão urbana. Na verdade, nas décadas de 1960 a 1980 o Estado e o capital imobiliário tornam-se aliados, visto que havia grande demanda por infraestrutura básica e por moradias, e a iniciativa privada necessitava da intervenção estatal.

O município de Aparecida de Goiânia, por exemplo, foi criado neste contexto, no início da década de 1960, e é exemplo do processo de metropolização de Goiânia, pois tanto sua expansão urbana quanto o parcelamento de seu solo urbano ocorreram a partir da demanda crescente de lotes a baixos preços, próximos à capital, o que denota o atrelamento desses dois processos ao crescimento da metrópole (PINTO, 2009). Ainda nesse período, o espaço urbano goianiense recebeu também forte influência da indústria da construção civil, ávida por expandir seu mercado de atuação e que viu nas políticas públicas habitacionais, ocorridas nesse período, grande oportunidade de atuação.

Tais fatos favoreceram a expansão urbana vertical e horizontal da cidade, pois as diferentes classes sociais demandavam distintas formas de habitar e ocupar o espaço urbano goianiense: à classe média foram destinados os condomínios verticais, o que alavancou o processo de verticalização na metrópole nos anos de 1970; e os conjuntos habitacionais foram designados às classes populares, os quais foram construídos longe do núcleo central da cidade, principalmente a partir da década de 1980 (CHAVEIRO, 2001; VAZ, 2002; PAULA, 2003; MOYSÉS, 2004). Desse modo, as contradições sociais que permeiam a sociedade goianiense materializam-se no espaço intraurbano de Goiânia, criando distintas paisagens urbanas, as quais evidenciam a ação de seus distintos sujeitos sobre este espaço.

O Estado, com o intuito de controlar o parcelamento do solo urbano em Goiânia, aprovou em 1971 o Plano Diretor, regulamentado em 1977. Essa intervenção estatal acabou por elevar o preço do solo urbano goianiense, embora houvesse grande quantidade de lotes disponíveis na capital (MOYSÉS, 2004; MOYSÉS; BERNARDES, 2005). O que, por sua vez, favoreceu tanto o parcelamento clandestino em Goiânia quanto o parcelamento do solo urbano nos municípios vizinhos à capital, nas décadas de 1970 e 1980.

Esses eventos anteriormente apontados são os principais fatores que desencadearam os processos de metropolização e conurbação na área que hoje forma a Região Metropolitana de Goiânia, pois a população residente nos municípios próximos à capital dependia (e ainda depende) das redes de serviços e da oferta de empregos por ela oferecidas. Cabe ressaltar que a crescente polarização exercida por Goiânia em seus municípios vizinhos demandou uma política de integração da rede de transporte, a fim de facilitar o acesso e a circulação de seus habitantes à capital. Isso aumentou os fluxos ocorridos entre esses municípios e a cidade-polo, além de acelerar os processos de expansão urbana, conurbação e formação da Região Metropolitana de Goiânia.

Pinto (2009, p. 68) destaca a importância dos eixos de circulação no processo de expansão da RMG e apresenta um interessante quadro (Quadro 3) sobre os padrões de conurbação da RMG de Goiânia, ao realizar uma análise desse processo entre Goiânia e alguns municípios da RMG.

QUADRO 3. PADRÕES DE CONURBAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA.

NOME DA CONURBAÇÃO	CIDADES QUE SE CONURBAM	REGIÃO COM A QUAL A CIDADE CONURBA-SE	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
Aparecida de Goiânia	Aparecida de Goiânia com Goiânia	Sul de Goiânia	<ul style="list-style-type: none"> • Densidade de contato físico com Goiânia; • Novas centralidades; • Novas lógicas de mobilidade; • Especulação e valorização imobiliária.
Trindade/Goianira	Trindade e Goianira com Goiânia	Noroeste e Oeste de Goiânia	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão urbana desordenada dirigida pela iniciativa privada; • Fragmentação dos bairros; • Ocupação popular da terra urbana.
Senador Canedo	Senador Canedo com Goiânia	Leste de Goiânia	<ul style="list-style-type: none"> • Ocupação dispersa dirigida pelo poder público; • Loteamentos populares e condomínios fechados; • Forte integração funcional com Goiânia.
Aragoiânia/Hidrolândia	Aragoiânia e Hidrolândia com Aparecida de Goiânia	Sul e Sudoeste de Aparecida de Goiânia	<ul style="list-style-type: none"> • Estágio inicial de conurbação; • Reduzido contato físico com Aparecida de Goiânia; • Ocupação rural/urbana do espaço.

Fonte: PINTO, 2009.

Sobre esse processo, o referido autor destaca:

[...] os eixos rodoviários foram determinantes para o delineamento do crescimento urbano da RMG. A maior extensão do tecido urbano segue para a região sul, delineando profunda conurbação entre Goiânia e Aparecida de Goiânia. Trindade, Senador Canedo e Goianira apresentam relativo estágio de conurbação, e Hidrolândia e Aragoiânia iniciado fenômeno de conurbação. (PINTO, 2009, p.68).

Nota-se, pela análise do quadro anterior, que a expansão urbana de Goiânia e o processo de conurbação com os municípios de seu entorno foram resultantes tanto da ação do Estado quanto do capital imobiliário, os quais direcionaram o crescimento da Região Metropolitana de Goiânia segundo seus interesses, em detrimento de uma produção organizada e estruturada do espaço urbano das cidades que a compõem.

Outros eventos nacionais de ordem política e econômica ocorridos nesse período contribuíram de forma inequívoca para a consolidação de Goiânia, como polo regional de atração, e para o processo de urbanização de Goiás. No caso da construção de Brasília (em 1960), a contribuição foi sobremaneira para o aumento populacional de Goiás, por meio da migração, e para o estabelecimento e crescimento de núcleos urbanos ao redor da capital federal. Já implantação da BR-153 (nos anos de 1960) favoreceu a expansão da malha rodoviária do país e de Goiás, propiciando e estimulando o nascimento de vários núcleos urbanos ao longo dela. E a incorporação das terras goianas (e do Cerrado) pelo capital resultou no processo de modernização da agricultura nos anos de 1970. Tudo isso propiciou que Goiás se inserisse nos quadros da economia nacional e estimulou o êxodo para as cidades, sobretudo para Goiânia.

A instalação da nova capital do país em território goiano e a proximidade com Goiânia, bem como o êxodo rural provocado pela agricultura moderna, só aumentaram o fluxo migratório para a capital goiana e para Goiás, o que contribuiu diretamente para o estabelecimento e a afirmação de um setor terciário na cidade, com destaque para os setores de saúde e educação nas décadas de 1980 e 1990.

É a partir de meados dessa última década (1990) que se tem um novo ciclo de expansão urbana, tanto na capital quanto em municípios de sua região metropolitana. O Quadro 4, com o número de loteamentos aprovados em Goiânia, no período de 1970 a 2000, comprova essa expansão urbana na metrópole.

**QUADRO 4. NÚMERO DE LOTEAMENTOS APROVADOS
EM GOIÂNIA ENTRE 1970 E 2000.**

DÉCADA	NÚMERO DE LOTEAMENTOS
1970	22
1980	29
1990	106
2000 (*)	185
TOTAL	342

Fonte: Prefeitura de Goiânia/Seplam.

(*) O quantitativo desse período refere-se ao número de loteamentos aprovados até 2008.

Uma análise dos valores do Quadro 4 denota a crescente expansão urbana ocorrida na capital a partir da década de 1990, pois o número de loteamentos abertos nessa década tem um crescimento exorbitante, fator que permanece na década seguinte, caracterizando um segundo ciclo de expansão urbana de Goiânia e de sua RMG. Como exemplos dessa expansão, destacam-se as emancipações dos municípios de Senador Canedo e Abadia de Goiás ocorridas nesse período: o primeiro em 9 de janeiro de 1988, pela Lei Estadual n. 10.435, e o segundo em 27 de dezembro de 1995, pela Lei Estadual n. 12.799.

Na verdade, pode-se afirmar que nesse período houve um aumento da demanda por loteamentos para a população de baixa renda, contribuindo para a expansão urbana periférica, tanto de Goiânia quanto de seus municípios vizinhos, principalmente Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade (PINTO, 2009; LIMA, 2010).

Há de se ressaltar também que, nesse mesmo período, não só as classes de baixa renda aparecem como agentes importantes para a expansão urbana de Goiânia, mas também as classes de maior poder aquisitivo. Assim, a demanda crescente das classes médias e alta por habitação desencadeou um intenso processo de valorização do solo urbano de Goiânia em áreas contíguas ao centro tradicional da cidade,⁸ e também impulsionou ainda mais a atuação dos agentes imobiliários em Goiânia, o que culminou em um novo ciclo do processo de verticalização nessas áreas da cidade (MOYSÉS; BORGES, 2011).

É válido observar aqui que a saída da população de alto poder aquisitivo do centro tradicional (como local de moradia) desencadeou o processo de descentralização das atividades de comércio e serviços, destinadas a essa classe social, para outras áreas da cidade e da RMG, fato que tornou a centralidade da metrópole mais complexa, uma vez que passou a ser múltipla e polinucleada (PAULA, 2003). Múltipla, pela multiplicidade de centros existentes nela, e polinucleada, porque seus distintos centros atendem também a distintas classes sociais (BELTRÃO SPOSITO, 2001).

⁸ Essa área, formada pelo centro tradicional e pelos setores a ela adjacentes, foi denominada Centro Expandido pelo poder público municipal. Isto porque tais setores, a partir das décadas de 1970 e 1980, atraíram e abrigaram cada vez mais atividades de comércio e serviços, antes só encontradas no centro tradicional da cidade.

Assim, em Goiânia, bairros como os setores Bueno, Marista, Oeste e Jardim Goiás, por exemplo, concentram comércio e serviços destinados às classes de maior poder aquisitivo; ao passo que os bairros de Campinas, Vila Nova e Jardim Nova Esperança, dentre outros, atendem às classes de baixo poder aquisitivo (PAULA, 2003; PAULA et al., 2005, 2006, 2008). Além disso, novas centralidades despontam também em algumas cidades da região metropolitana: Av. Igualdade e Rio Verde, em Aparecida de Goiânia; e a Avenida Dom Emanuel, em Senador Canedo.

Todos esses fatores contribuíram para a produção e consolidação de Goiânia como uma metrópole,⁹ atestando a crescente complexidade de sua estrutura sócio-espacial e de suas relações (econômicas, políticas e culturais) com outros espaços que compõem sua região metropolitana. Mas essa condição de metrópole somente foi reconhecida pelo poder público a partir de meados da década de 1970 e pela instituição do Aglomerado Urbano de Goiânia (AGLUG) com a Lei n. 8956, de 27 de novembro de 1980.

Inicialmente, o AGLUG era composto por dez municípios: Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Goianópolis, Goiânia, Goianira, Guapó, Leopoldo de Bulhões, Nerópolis e Trindade. Posteriormente, esse número foi elevado para dezesseis com a inclusão dos municípios de Bonfinópolis, Brazabrantas, Hidrolândia, Inhumas, Santo Antônio de Goiás e Senador Canedo.

Contudo, apenas no fim da década de 1990 é que se deu a institucionalização da Região Metropolitana de Goiânia, com a aprovação da Lei n. 027, de dezembro de 1999. Conforme a lei supracitada, a RMG era composta por onze municípios, que formavam a “Grande Goiânia”, a saber: Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Goianópolis, Goianira, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade. Também foi instituída, a partir dessa mesma lei complementar, como espaço metropolitano, a Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (RDIG), que era constituída inicialmente por sete municípios: Bela Vista, Bonfinópolis, Brazabrantas, Caturai,

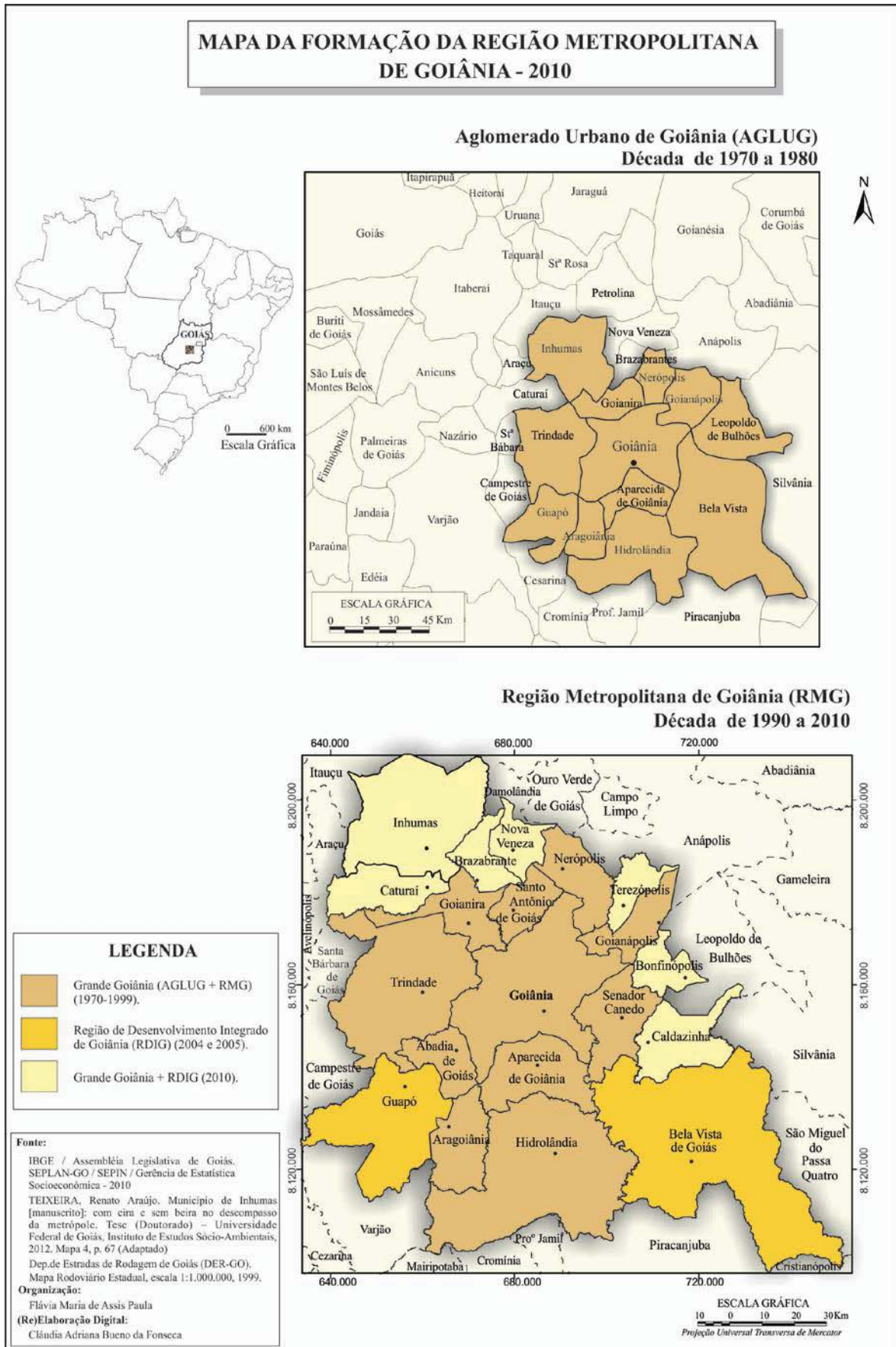
⁹ Alves (2011, p. 34) destaca a questão da inovação como a principal característica de uma metrópole e acrescenta que “[...] a metrópole seria uma espaço que potencializa a geração de modernidade, por sua capacidade de receber informações inovadoras (de todos os níveis), assimilá-las e reproduzi-las, muitas vezes a partir de generalizações de modelos e situações que se difundem por outros espaços metropolitanos ou não”.

Inhumas, Nova Veneza e Terezópolis de Goiás. Mais tarde, foram acrescentados a este grupo de municípios outros dois, Guapó e Caldazinha, totalizando nove municípios na RDIG.

Posteriormente, a composição da RMG foi alterada três vezes: a primeira com a inclusão na Grande Goiânia do município de Bela Vista (Lei Complementar n. 048 de 9 de dezembro de 2004); a segunda com a inclusão de Guapó na RMG (Lei Complementar n. 054 de 23 de maio de 2005); e a terceira, e mais recente alteração, deu-se com a Lei Complementar n. 078 de 25 de março de 2010, na qual a RMG passou a ser composta por vinte municípios, pois houve a integração dos municípios que compunham a “Grande Goiânia” com os da RDIG (VAZ, 2002; PAULA, 2003; MOYSÉS; BERNARDES, 2005; MOYSÉS; BORGES, 2011)¹⁰. Essa evolução da formação da RMG dá década de 1970 até sua atual composição pode ser visualizada no Mapa 2.

¹⁰ A Figura 1, apresentada anteriormente nas páginas iniciais deste capítulo, traz o mapa com a composição atual da RMG.

MAPA 2. FORMAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA - 2013.



A Tabela 1, a seguir, apresenta informações importantes acerca dos atuais municípios da Região Metropolitana de Goiânia, tais como área, lei de criação, município de origem e densidade demográfica.

TABELA 1. MUNICÍPIOS DA RMG – ÁREA, LEI DE CRIAÇÃO, MUNICÍPIO DE ORIGEM E DENSIDADE DEMOGRÁFICA – 2010

Municípios	Área (km ²)	Lei de criação		Município de origem	Densidade demográfica hab./km ² (2010)
		Número	Data		
Abadia de Goiás	146,458	12.799	27/12/1995	Goiânia	46,89
Aparecida de Goiânia	288,465	4.927	14/11/1963	Goiânia	1.579,86
Aragoiânia	218,755	2.141	14/11/1958	Goiânia	38,28
Bela Vista de Goiás	1.276,62	100	05/06/1896	Silvânia	19,22
Bonfinópolis	122,257	10.408	D.O.27/01/1988	Leopoldo de Bulhões	61,64
Brazabrantes	123,548	2.090	14/11/1958	Anápolis	26,22
Caldazinha	311,687	11.699	29/04/1992	Bela Vista de Goiás	10,66
Caturai	207,154	2.132	14/11/1958	Inhumas	22,54
Goianápolis	162,38	2.142	14/11/1958	Anápolis	65,78
Goiânia	739,492	Decreto 327	02/08/1935	Anápolis, Bela Vista de Goiás	1.760,52
Goianira	200,402	2.363	09/12/1958	Goiânia	169,96
Guapó	517,005	171	08/10/1948	Trindade	27,08
Hidrolândia	944,238	223	05/11/1948	Piracanjuba	18,43
Inhumas	613,349	Decreto 602	19/01/1931	Itaberaí	78,6
Nerópolis	204,216	104	03/08/1948	Anápolis	118,45
Nova Veneza	123,376	2095	14/11/1958	Anápolis	65,89
Santo Antônio de Goiás	132,803	11.360	05/12/1990	Goianira	35,32
Senador Canedo	244,745	10.435	D.O.28/01/1988	Goiânia	344,84
Terezópolis de Goiás	106,976	11704	29/04/1992	Goianápolis	61,34
Trindade	713,28	Decreto 8.305	31/12/1943	Goiânia	146,51
TOTAL DA REGIÃO	7.397,20	-	-	-	293,76
TOTAL DO ESTADO	340.086,70	-	-	-	17,65
REGIÃO / ESTADO (%)	2,17	-	-	-	

Fonte: IBGE / Assembleia Legislativa de Goiás.

Elaboração: SEPLAN-GO/SEPIN/Gerência de Estatística Socioeconômica – 2010.

A partir dos anos 2000, o crescimento da região metropolitana ainda era acelerado, mas se deu com maior ênfase na periferia do que no núcleo. Isso porque o ritmo de adensamento populacional diminuiu na capital, porém aumentou em seus municípios vizinhos, conforme pode ser visualizado na Tabela 2 a seguir.

TABELA 2. MUNICÍPIOS DA RMG 2010 – CRESCIMENTO POPULACIONAL, TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL 2000-2010 E NÍVEL DE INTEGRAÇÃO

MUNICÍPIOS	CRESCIMENTO POPULACIONAL 2000-2010 (%)	TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO (%)	NÍVEL DE INTEGRAÇÃO
Abadia de Goiás	38,32	3,29	Baixa
Aparecida de Goiânia	35,45	3,08	Muito Alta
Aragoiânia	30,21	2,69	Baixa
Bela Vista de Goiás	27,82	2,48	Muito Baixa
Bonfinópolis	40,78	3,48	Média
Brazabrantes	16,59	1,57	Baixa
Caldazinha	16,30	1,51	Muito Baixa
Caturaí	8,22	0,76	Baixa
Goianópolis	0,22	0,01	Baixa
Goiânia	19,12	1,76	Polo
Goianira	81,95	6,17	Alta
Guapó	0,82	0,10	Baixa
Hidrolândia	32,95	2,89	Baixa
Inhumas	9,91	0,94	Baixa
Nerópolis	30,32	2,67	Baixa
Nova Veneza	26,74	2,40	Baixa
Santo Antônio de Goiás	51,42	4,21	Média
Senador Canedo	59,01	4,74	Muito Alta
Terezópolis de Goiás	29,08	2,59	Baixa
Trindade	28,27	2,52	Média

Fonte: IBGE, 2010.

A partir da observação da Tabela 2, constata-se que os percentuais do crescimento populacional e da taxa do crescimento geométrico de treze dos dezenove municípios que compõem a periferia RMG foram maiores do que em Goiânia, com destaque para os municípios de Goianira, Senador Canedo, Santo Antônio de Goiás e Bonfinópolis, que tiveram um crescimento populacional acima de

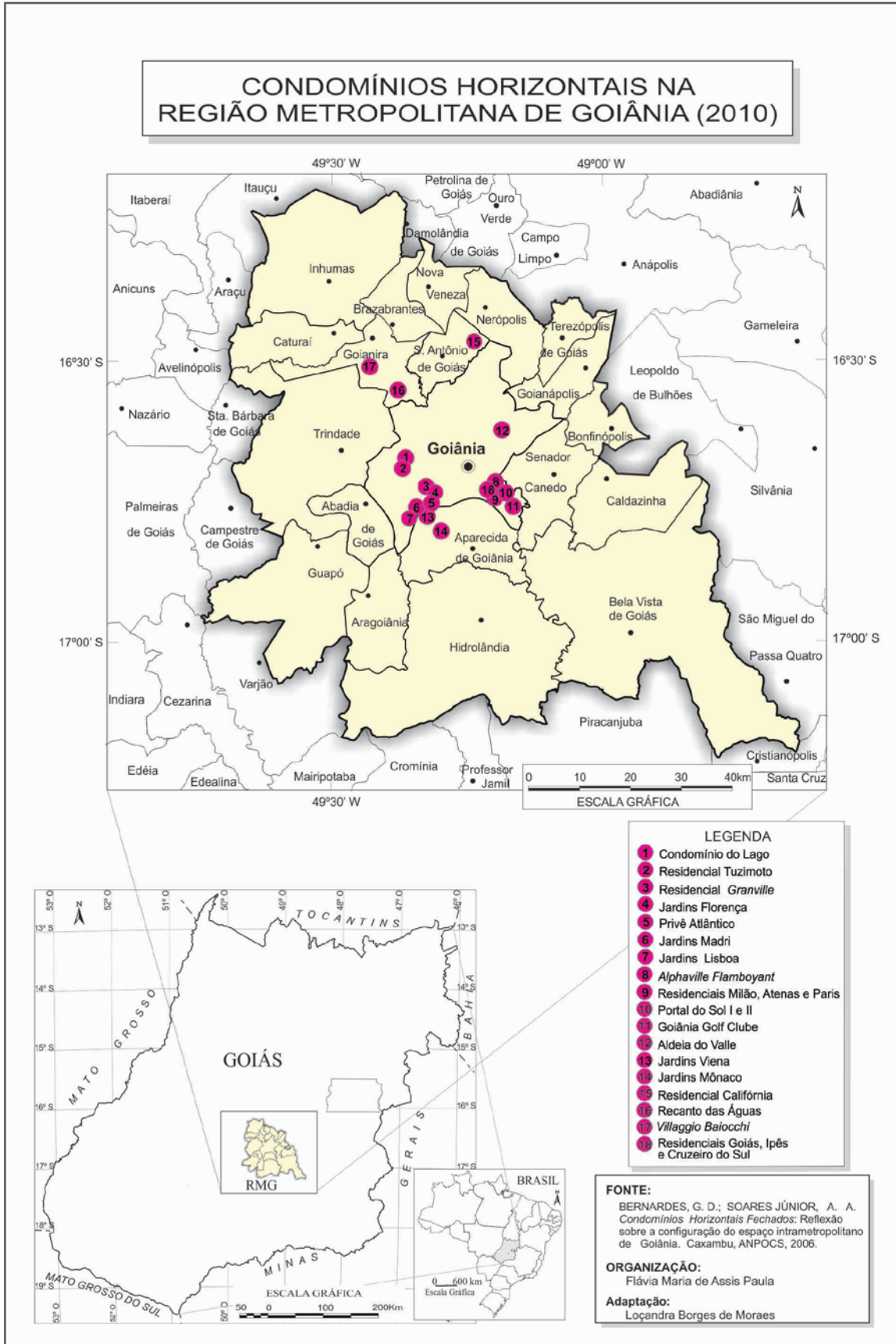
40%. Dentre esses municípios, apenas seis tiveram índices abaixo dos apresentados pela metrópole. Isso evidencia a influência da relação com Goiânia no que se refere ao crescimento geométrico da periferia, uma vez que os municípios que apresentaram maior crescimento foram os que possuem maior integração com a metrópole. Em contrapartida, os que tiveram as menores taxas são exatamente aqueles que possuem um nível baixo ou muito baixo de integração com ela.

A esse fato alia-se outro, o da tendência de desconcentração espacial, econômica e industrial das empresas que preferem aumentar seus lucros e minimizar seus gastos instalando-se nos municípios vizinhos. Tal fato contribuiu para a crescente independência econômica e para uma melhor estruturação urbana de municípios como Senador Canedo e Aparecida de Goiânia, por exemplo. Ainda que de forma lenta, desde o final da década de 1990 e início dos anos 2000, esses dois municípios têm experimentado uma elevação do padrão de arrecadação, ao destinarem áreas específicas para a instalação e implantação de empresas em seu espaço urbano: os chamados polos industriais, gerando postos de emprego em seu próprio espaço urbano e diminuindo seu estigma de “cidades dormitório” (PINTO, 2009; LIMA, 2010).

É também nesse período que Goiânia e sua RMG despertaram o interesse de grandes incorporadoras locais e nacionais que, valendo-se do discurso de qualidade de vida, segurança e proximidade do verde, intensificaram sua atuação no espaço urbano metropolitano. Promoveram, assim, grandes empreendimentos imobiliários, destinados às classes de melhor poder aquisitivo, por meio da implantação e comercialização dos chamados condomínios horizontais, os quais podem ser vistos no Mapa dos Condomínios Horizontais da RMG (Mapa 3). Acerca desse fenômeno em Goiânia, Almeida (2007, p.117, grifo da autora) destaca:

A metrópole goianiense apresenta um número cada vez maior de espaços exclusivos e “elitizados” para se tornarem mais “seguros” para se viver. Essa expansão horizontal com as grandes glebas dos condomínios fechados amplia *pari passu* a expansão dos investimentos e lucros do mercado imobiliário ou até dos limites urbanos, que vai sendo regulada com o beneplácito do Poder Público, pelas legislações sobre o uso e a ocupação do solo. A classe média-alta acompanha esse processo de especulação imobiliária, implicando [...] uma distinção socioespacial.

MAPA 3. CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA - 2010



Ao se visualizar o mapa dos condomínios horizontais da RMG, percebe-se que há uma concentração nítida destes na porção sul da cidade e nos municípios da RMG mais próximos à capital. Esse fato está diretamente relacionado à preferência das classes de maior poder aquisitivo de Goiânia por essa região, ação que propicia os processos de segregação e fragmentação urbanas na cidade e na RMG. Na verdade, essa preferência tem sido usada como informação estratégica pelo capital imobiliário para programar seus investimentos e para destinar seus vários empreendimentos a classes sociais específicas.

Outro fator que também propiciou a expansão urbana nas periferias geométricas e social de Goiânia e da RMG foi a implantação por parte do governo federal, a partir de 2005, de novas políticas públicas habitacionais, proporcionando o crescimento dos investimentos e dos financiamentos para a construção e para a compra de moradias destinadas às classes populares.

Tais investimentos foram realizados principalmente na região norte da cidade, ao passo que a região sul continuou a receber empreendimentos imobiliários voltados para as classes de maior poder aquisitivo, como os inúmeros condomínios verticais implantados ao redor do Parque Flamboyant, no setor Jardim Goiás, por exemplo, e que são a expressão da preferência dessas classes por essa porção da cidade (MOYSÉS; BORGES, 2009, 2011). Na verdade, tais processos fomentam a intensificação da segregação, produzindo a fragmentação do espaço urbano goianiense e metropolitano.

Pode-se afirmar, assim, que a expansão urbana de Goiânia acabou por afirmá-la como uma metrópole regional e também consolidou sua Região Metropolitana, pois as alterações em sua dinâmica interna desencadearam alterações nas cidades que fazem parte de seu entorno metropolitano, principalmente naquelas conurbadas a ela (Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Trindade e Goianira, para citar algumas), tais como:

- a) alteração no valor do solo urbano contíguos à metrópole;
- b) expansão urbana desordenada com a criação de vazios urbanos e bairros sem infraestrutura básica;
- c) problemas ambientais urbanos;

- d) favelização;
- e) crescimento populacional desordenado, pela atração exercida por parte da cidade-polo e de sua região metropolitana em outras regiões do estado de Goiás e do país; e
- f) surgimento de novas centralidades para atender às diferentes demandas populacionais por comércio e serviços etc.

Na atualidade, é inegável a ampliação das redes de atuação de Goiânia, tanto em Goiás, pela centralidade que exerce no estado, quanto nas escalas regionais e nacionais, por ter se tornado um polo que exerce grande influência e atende às demandas de parte das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país, sobretudo no que se refere aos serviços de saúde, educação e produtos do ramo de confecção. Contudo, apesar dessa rede complexa que se formou a partir de sua afirmação e da expansão de seu raio de influência e atuação, Goiânia, assim como outras metrópoles brasileiras, passa por mudanças em sua dinâmica interna e metropolitana: crescimento da violência metropolitana; problemas ambientais; crescimento urbano acelerado; novas e distintas centralidades; bairros periféricos; condomínios horizontais de luxo; intenso investimento do capital da construção civil; etc.

Todos esses aspectos acabam por expressar também a segregação e a fragmentação de seu espaço urbano, resultados da atuação de diversos agentes, hegemônicos e hegemonzados, o que tem sido constatado e analisado por vários autores (VAZ, 2002; PAULA, 2003; MOYSÉS, 2004; CAVALCANTI, 2008). Esses processos e suas dinâmicas no espaço urbano da metrópole e de sua região metropolitana serão abordados no próximo subitem.

1.2 Os processos de segregação e de fragmentação e sua manifestação na produção/estruturação do espaço urbano da metrópole

Como toda produção social, Goiânia possui as contradições inerentes às relações sociais e que são materializadas em seu espaço urbano. A primeira delas,

conforme destacam Bernardes (1998) e Moysés e Bernardes (2005), surgiu ainda na época de sua construção, com a ocupação por parte dos trabalhadores, majoritariamente migrantes, das margens do córrego Botafogo, dando origem aos primeiros loteamentos não planejados da cidade. Assim, nascem duas “Goiânias” distintas: uma idealizada pela lógica racional do capital e do Estado; e outra real, destinada aos menos favorecidos. Na realidade, tal fato denota a instauração dos processos de segregação e fragmentação¹¹ em seu espaço intraurbano, ainda em seus primórdios.

A segregação sócio-espacial é tida por vários autores (CASTELLS, 2000; CORRÊA, 1996; VILLAÇA, 1998) como a manifestação, no espaço, das diferenças e disputas entre os diversos agentes e sujeitos que produzem um espaço urbano ou cidade. Essas diferenças extrapolam os aspectos culturais e religiosos e são mais evidentes nos aspectos sociais e econômicos, pois as diversas classes sociais se apropriam e usufruem o espaço urbano de uma cidade de forma distinta. Assim, o entendimento desse processo e de sua manifestação sobre o espaço urbano de uma cidade, por meio da análise dos diversos fenômenos que o constituem e o representam, torna-se importante para a compreensão da estruturação sócio-espacial desse mesmo espaço urbano. Discorrendo sobre as facetas da segregação urbana, Maricato (1996, p. 56) acrescenta:

[A segregação] não é somente uma das faces mais importantes da exclusão social, mas parte ativa e importante dela. À dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos [...] somam-se menores oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer.

Em uma primeira instância, a segregação urbana pode ser percebida, por exemplo, pelas diferentes paisagens dos bairros residenciais, principalmente pelo estilo arquitetônico e pelo padrão de qualidade das casas ou edifícios neles

¹¹ Não é objetivo desta tese fazer uma discussão exaustiva acerca dos conceitos de segregação e fragmentação e retomar o processo epistemológico de construção sociológica e geográfica do seu entendimento. O que se procura compreender é como esses conceitos – a partir do entendimento da segregação como manifestação e consequência das diferenças (econômicas, sociais, culturais etc.) existentes entre os diversos atores sociais do/no espaço urbano e a fragmentação como o acirramento dessa segregação nesse espaço – estão articulados ao processo de formação da metrópole de Goiânia e de sua região metropolitana no que tange à sua estruturação sócio-espacial.

existentes. Essas paisagens denotam, por meio de suas fachadas, a que classe social pertencem as pessoas que ali moram. Contudo, é preciso salientar que uma análise desse conceito deve necessariamente ser entendida “não só simplesmente como uma diferença de locais, mas como uma capacidade de deslocamento e de acesso em relação a pontos estratégicos [...]” (CASTELLS, 2000, p. 262).

Pode-se afirmar, então, que a segregação urbana não se restringe apenas aos locais de moradia. Compreende-se que a segregação urbana inclui também os aspectos ligados à acessibilidade aos diversos lugares da cidade e ao usufruto que se faz dessa cidade e de seu espaço urbano, e não somente ao valor do solo urbano naqueles locais. Está, assim, atrelada ao uso que as distintas classes sociais fazem de uma cidade.

Daí, o fato de as classes hegemônicas ocuparem os melhores espaços e localizações de uma cidade, seja em relação aos locais de construção de suas residências ou aos locais destinados ao seu consumo e lazer, lhes propicia uma cidade diferente daquela destinada aos pobres. Resta às classes populares habitarem e usufruírem de outra cidade sem infraestrutura básica, com parques não tão bonitos e bem cuidados, sem condições de segurança ou, mesmo, sem fácil acessibilidade aos demais lugares. Portanto, uma cidade periférica, geográfica e socialmente, na maioria das vezes.

O acirramento e a intensificação do processo de segregação no interior do espaço urbano de uma cidade culminam no processo de fragmentação, separando-a, dividindo-a em várias cidades, em vários lugares desconectados funcional e socialmente, mas nem sempre fisicamente (BELTRÃO SPOSITO, 2011; MENDES, 2011). Lugares esses que estão tão próximos geograficamente, mas ao mesmo tempo tão longe e tão separados uns dos outros, e que se constituem em mundos diferentes dentro de um mesmo espaço urbano, nos quais as relações sociais entre as diferentes classes tornam-se cada vez mais escassas, a não ser pela frequência das classes menos favorecidas como mão de obra nos locais destinados à residência, ao comércio e aos serviços destinados às classes de maior poder aquisitivo.

Contudo, apesar dessa descontinuidade sócio-espacial, é preciso ressaltar que não se pode entender a metrópole como um arranjo de espaços

desconectados, pois isso acabaria por obscurecer a segregação e sua forma mais intensa, a fragmentação. Essa forma da produção do espaço:

[...] enquanto produto da realização do projeto neoliberal capitalista aplicado de forma selvagem, através do aprofundamento da miséria com o pauperismo, a degradação das condições de vida, a precarização do trabalho; o desemprego em massa com o desenvolvimento do mundo da mercadoria traz como consequência a construção da idéia de cidadania vinculada ao consumo de bens e serviços e que faz da cultura um espetáculo que apóia a construção de uma identidade abstrata fundada no crescimento e poder do mundo das mercadorias. (CARLOS, 2006, p. 86).

Em Goiânia, assim como em outras metrópoles e cidades brasileiras, tais processos contribuem para a produção e estruturação de seu espaço urbano e demarcam sua paisagem geográfica, a partir das diferenças sociais e econômicas existentes entre seus habitantes, que, por sua vez, são acirradas pela ação dos diferentes agentes produtores de seu espaço urbano e metropolitano: as classes sociais (as excluídas e as incluídas), os agentes imobiliários e fundiários, e o Estado (PAULA, 2003).

Há uma apropriação distinta das classes sociais em relação aos espaços da metrópole e de sua região metropolitana, seja em relação:

- a) aos locais de concentração de atividades de comércio e serviços, as denominadas centralidades, nela existentes como aponta Paula (2003); ou
- b) aos locais de moradia destinados aos pobres e a produção diferenciada desses espaços por parte dos agentes imobiliários e o Estado, conforme ressaltam Gomes (2007) e Visconde (2007); ou
- c) ao processo de autosegregação das classes de alto poder aquisitivo nos condomínios horizontais em Goiânia e Aparecida de Goiânia que foi analisado por Almeida (2007); ou
- d) aos espaços distintos destinados ao lazer em Goiânia, fato demonstrado por Arrais (2001).

Vale salientar que o processo de segregação, conforme destaca Villaça (1998), pode ocorrer de duas formas: a voluntária, vinculada à apropriação dos melhores e mais caros lugares da cidade pelas classes de alto poder aquisitivo; e a involuntária, à qual são submetidas as classes de menor poder aquisitivo, uma vez que estas sempre estão nas linhas de frente da expansão urbana e metropolitana, pois a intensa valorização do solo urbano de uma cidade ou metrópole acaba por expulsar essa população menos favorecida de seus locais anteriores de residência.

Considerando-se que os processos de segregação e fragmentação urbanas estão presentes tanto em Goiânia quanto em sua região metropolitana – e que eles podem ser observados, em um primeiro momento, a partir da apropriação diferenciada do solo urbano pelas classes sociais e também pelo uso que elas fazem desse espaço urbano – é que se fará uma explanação acerca do panorama desses dois aspectos (apropriação e uso), relacionando-os com a instauração e efetivação dos referidos processos (a fragmentação e a segregação) no espaço intraurbano e metropolitano de Goiânia.

A porção Sul da metrópole, por exemplo, configura-se ainda hoje como a que detém os mais altos valores do solo urbano, pois é uma das regiões que, ao longo dos anos, conforme demonstrado anteriormente, sempre esteve na predileção tanto das classes de alto poder aquisitivo quanto dos agentes imobiliários, para a implantação de grandes empreendimentos voltados para as classes média e alta. Mais recentemente, conforme ressaltam Moysés e Borges (2011), especialmente a parte leste desta região tem sido alvo da implantação de grandes empreendimentos imobiliários, tais como os empreendimentos verticais *life e business style*, além dos condomínios horizontais fechados já implantados e em franca expansão na região sudeste da metrópole.

A referida região Sul também se constitui naquela que possui maior concentração de equipamentos públicos e privados de grande porte (e melhor qualidade), tais como: os parques públicos (Vaca Brava, Areião, Bosque dos Buritis e Flamboyant), o antigo e o novo fórum da cidade, o Ministério Público, as sedes das principais universidades (UFG e PUC), a antiga e a nova sede da Receita Federal, os principais *shoppings* (Flamboyant, Bougainville, Goiânia Shopping e Buriti Shopping), o Paço Municipal, para citar alguns. No entanto, a porção norte da cidade

ainda tem sua imagem vinculada aos excluídos da cidade, principalmente a parte oeste dessa região, por abrigar a população de baixa renda (CHAVEIRO, 2001; PAULA, 2003; MOYSÉS, 2004; MOYSÉS; BORGES, 2009, 2011; PINTO, 2009). Nos últimos anos, essa porção recebeu investimentos da iniciativa privada como a construção de empreendimentos residenciais e de *shoppings* destinados às classes populares e também de equipamentos públicos de lazer. O Mapa 4 com os principais equipamentos de grande porte, condomínios horizontais fechados e centralidades em Goiânia e RMG a seguir evidencia essa concentração dos equipamentos públicos e privados de comércio, serviços e lazer em Goiânia, principalmente em sua porção sul, e também a concentração deles na própria metrópole em detrimento dos demais municípios. O referido mapa traz ainda a indicação dos principais condomínios horizontais fechados localizados na cidade pólo e RMG, bem como das principais centralidades nela existentes.

Na atualidade, a segregação na região metropolitana intensifica-se na porção norte da cidade (que se constitui numa área de interesse social) e amplia-se para outras regiões da metrópole. Segundo Moysés e Borges (2011), o *boom* imobiliário de construção de edifícios residenciais e condomínios horizontais, destinados às classes de menor poder aquisitivo e iniciados a partir de 2006, localiza-se preferencialmente em áreas com pouca infraestrutura, em áreas de conurbação de Goiânia e Aparecida de Goiânia, ou nas imediações das vias de acesso às demais localidades da RMG (saídas para Inhumas, Goianira, Nerópolis, Senador Canedo, Bela Vista e Trindade).

Em relação a essa fragmentação e produção de espaços segregados em Goiânia e sua RMG, uma análise conjunta da Tabela 3, com o valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade da RMG em 2010, e da Tabela 4, que apresenta o número e o percentual de pessoas economicamente ativas na RMG (2010), evidencia bem essa discrepância de concentração de renda, bens e capitais existente entre a cidade polo e as demais.

MAPA 4. PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS DE GRANDE PORTE, CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS E CENTRALIDADES EM GOIÂNIA E RMG – 2013.

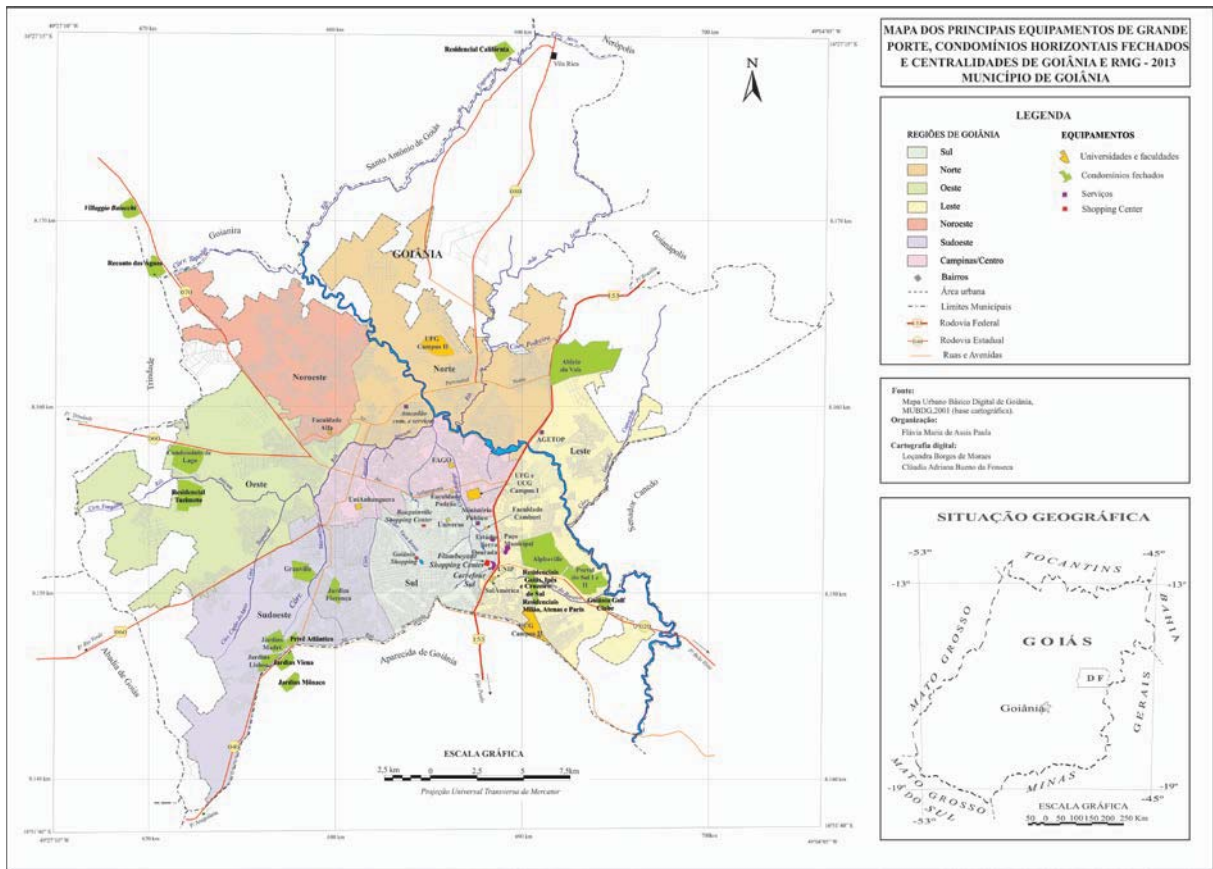


TABELA 3. VALOR DO RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL DAS PESSOAS COM DEZ OU MAIS ANOS DE IDADE, EM REAIS, NA RMG – 2010

UNIDADE TERRITORIAL	TOTAL	ECONOMICAMENTE ATIVAS	NÃO ECONOMICAMENTE ATIVAS
Brasil	901,01	1.327,91	318,08
Goiás	923,40	1.321,77	273,00
Abadia de Goiás	673,44	942,03	208,55
Aparecida de Goiânia	797,32	1.125,16	175,47
Aragoiânia	642,21	902,33	198,80
Bela Vista de Goiás	818,45	1.169,1	227,28
Bonfinópolis	610,75	810,94	301,42
Brazabrantés	611,40	848,75	279,49
Caldazinha	570,08	819,57	214,05
Caturai	579,57	807,02	228,04
Goianópolis	631,75	939,02	194,47
Goiânia	1.501,36	2.000,26	523,58
Goianira	622,24	904,53	151,03
Guapó	756,39	1.155,45	199,66
Hidrolândia	768,31	1.070,75	270,3
Inhumas	770,79	1.080,33	271,26
Nerópolis	637,56	899,81	221,72
Nova Veneza	605,45	800,49	258,64
Santo Antônio de Goiás	675,14	924,01	217,28
Senador Canedo	640,25	897,48	147,87
Terezópolis de Goiás	552,88	797,03	151,21
Trindade	631,23	919,69	187,67

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

Notas:

1 - Dados da Amostra.

2 - Salário mínimo da época: R\$ 510,00.

3 - A categoria "Sem rendimento" inclui as pessoas que receberam somente em benefícios.

TABELA 4. PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS NA RGM – 2010

NÍVEL TERRITORIAL	NÚMERO DE PESSOAS COM DEZ OU MAIS ANOS DE IDADE			PERCENTUAL DE PESSOAS COM DEZ OU MAIS ANOS DE IDADE		
	Total	Economi- camente Ativas	Não Economi- camente Ativas	Total	Economi- camente Ativas	Não Economi- camente Ativas
Brasil	161.981.299	93.504.659	68.476.640	100	57,73	42,27
Goiás	5.092.674	3.158.254	1.934.420	100	62,02	37,98
Abadia de Goiás	5.805	3.679	2.126	100	63,38	36,62
Aparecida de Goiânia	379.649	248.591	131.058	100	65,48	34,52
Aragoiânia	7.083	4.464	2.619	100	63,03	36,97

NÍVEL TERRITORIAL	NÚMERO DE PESSOAS COM DEZ OU MAIS ANOS DE IDADE			PERCENTUAL DE PESSOAS COM DEZ OU MAIS ANOS DE IDADE		
Bela Vista de Goiás	21.059	13.218	7.840	100	62,77	37,23
Bonfinópolis	6.310	3.831	2.479	100	60,71	39,29
Brazabrantes	2.837	1.654	1.183	100	58,31	41,69
Caldazinha	2.879	1.693	1.186	100	58,80	41,20
Caturai	3.992	2.424	1.568	100	60,71	39,29
Goianópolis	8.966	5.266	3.700	100	58,73	41,27
Goiânia	1.130.523	748.569	381.953	100	66,21	33,79
Goianira	28.429	17.778	10.651	100	62,54	37,46
Guapó	11.928	6.948	4.980	100	58,25	41,75
Hidrolândia	14.714	9.155	5.560	100	62,22	37,78
Inhumas	42.060	25.969	16.092	100	61,74	38,26
Nerópolis	2.0521	12.584	7.936	100	61,33	38,67
Nova Veneza	6.960	4.455	2.505	100	64,00	36,00
Santo Antônio de Goiás	3.968	2.571	1.397	100	64,79	35,21
Senador Canedo	69.732	45.803	23.929	100	65,68	34,32
Terezópolis de Goiás	5.419	3.370	2.049	100	62,19	37,81
Trindade	88.345	53.532	34.813	100	60,59	39,41

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

Nota:

1 - Dados da Amostra.

2 - Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00.

3 - A categoria Sem rendimento inclui as pessoas que receberam somente em benefícios.

Ao se observar a Tabela 3, nota-se que o maior rendimento médio mensal total (R\$ 1.536,00) da RMG pertence à metrópole, e que ele é bem superior ao valor total do Brasil e de Goiás (respectivamente, R\$ 901,01 e R\$ 923,40). O valor médio da metrópole também é maior entre as pessoas economicamente ativas: R\$ 2.000,25. Ao passo que o segundo maior valor apresentado nesta categoria é de R\$ 1.169,10 e pertence ao município de Bela Vista de Goiás, correspondendo a aproximadamente 58% do valor encontrado para Goiânia. Já o menor valor é encontrado em Terezópolis de Goiás, R\$ 797,03, correspondendo a cerca de 40% do valor médio para a metrópole. Ainda em relação a esta tabela, é possível perceber que os demais municípios apresentam valores menores (tanto no total quanto entre as pessoas economicamente ativas) também em relação às médias nacional e estadual.

Além disso, pela análise da Tabela 4, importa destacar que todos os municípios da RMG apresentam porcentagem superior à média nacional (57,73%) no que se refere ao percentual de pessoas economicamente ativas. Contudo, é Goiânia que também concentra o maior percentual de pessoas economicamente ativas (66,21%), seguida de Senador Canedo (65,68%) e Aparecida de Goiânia (65,48%), para citar apenas as três primeiras. Mas aliando-se a esses dados o fato de que metade dos municípios que compõem a RMG possui um percentual de pessoas não economicamente ativas maior do que a média estadual (37,98%), ficará evidente a centralidade de Goiânia e sua supremacia em relação aos demais municípios da RMG, no que tange à concentração de pessoas, bens e capitais. Esses municípios e seus respectivos percentuais de pessoas não economicamente ativas são: Guapó (41,75%), Brazabrantes (41,69%), Goianópolis (41,27%), Caldazinha (41,20%), Trindade (39,41%), Bonfinópolis e Caturai (ambos com 39,29%), Nerópolis (38,67%) e Inhumas (38,26%).

Também é na capital que se concentram os serviços de saúde, educação e as ofertas de trabalho, apesar de alguns municípios de sua RMG terem se tornado sede de muitas empresas nas últimas duas décadas, como ocorreu com Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Goianira, por exemplo; ou de terem suas áreas próximas à capital como alvo de grandes empreendimentos imobiliários, tal qual ocorreu com os municípios citados anteriormente e também com Trindade, Bela Vista e mais atualmente com Aragoiânia.

Esses aspectos contribuem para acelerar ou intensificar os processos de fragmentação, segregação e conurbação nas cidades da RMG e entre essas cidades e a metrópole goiana, uma vez que criam regiões distintas no espaço metropolitano, tanto no que diz respeito aos locais de residências das diferentes classes sociais pela região metropolitana quanto no que concerne aos locais de consumo e lazer dessas classes. Ademais, esses processos promovem a intensificação do parcelamento, ocupação e construção de seu solo urbano, principalmente em áreas limítrofes entre os municípios da RMG, seja para construção de condomínios de luxo (horizontais, verticais ou de chácaras), seja para empreendimentos imobiliários voltados para as classes populares (PINTO, 2009; LIMA, 2010; MOYSÉS et al., 2011).

Discorrendo acerca desses fenômenos no espaço metropolitano de Goiânia, Moysés e Bernardes (2005, p. 180) são enfáticos ao afirmar:

A exemplo de outras metrópoles latino-americanas, Goiânia apresenta-se como uma cidade marcada pela segmentação territorial, pela desigualdade social, pela expansão desordenada e pela ampla periferia que emolduram o desenho, a partir do qual linhas visíveis ou invisíveis registram o quadro da desigualdade e da segregação.

Na verdade, essa concentração de serviços, postos de trabalho e renda em Goiânia não é algo exclusivo da metrópole goianiense, mas é um fenômeno recorrente nas demais regiões metropolitanas nacionais e mundiais. Essa discrepância de concentração de riquezas, serviços etc. entre o centro (a metrópole) e sua periferia (os demais municípios da RM) acaba por reforçar os processos de fragmentação e segregação existentes na região e por contribuir para a acentuação dos problemas nela existentes. Acerca disso, Silva e Rodrigues (2009, p. 24) destacam:

Historicamente, a riqueza concentrou-se nas áreas centrais das regiões metropolitanas. Com efeito, nestas áreas sempre ocorreu uma forte pressão pela sua ocupação como condição de acesso à renda para amplos segmentos da sociedade, inclusive de trabalhadores subempregados – resultando no crescimento da ocupação precária, informal e transitória, especialmente no setor de serviços, em geral, e, em especial, nos serviços pessoais, ao lado da crise da mobilidade urbana e do colapso das formas de provisão de moradia. Neste contexto, presenciamos uma situação em que a segmentação do mercado de trabalho, imobilidade urbana e ausência de políticas efetivas de provisão de moradia geram a segmentação sócio-territorial das metrópoles [...]. Ao mesmo tempo, nestas também ocorreu uma expressiva concentração de camadas sociais de maior rendimento, mesmo que isoladas social ou espacialmente.

Percebe-se, assim, que a dinâmica interna de Goiânia e de sua região metropolitana expressa as contradições inerentes à sociedade e à atuação, circulação e moradia dos agentes produtores de seu espaço urbano. Espaço esse que é construído a partir das ações, da mobilidade, das predileções e das dinâmicas espaciais desses agentes. Portanto, torna-se importante refletir aqui sobre a população goiana e goianiense, sua mobilidade e sua dinâmica na capital e na RMG.

1.3 A metrópole de Goiânia e algumas de suas dinâmicas populacionais: a migração, a população e a mobilidade interna

As dinâmicas populacionais são importantes para o entendimento e a análise da constituição do espaço urbano de Goiânia e de sua região metropolitana. Isso porque as grandes cidades e metrópoles possuem uma parte considerável de sua população constituída por migrantes.

Na realidade, este não é um fenômeno novo, mas remonta à época do processo de modernização da agricultura, que provocou a expropriação dos trabalhadores do campo, e os forçou, com o êxodo rural, a migrarem para o espaço urbano das grandes cidades, tidas como local de oportunidades. Contudo, cabe ressaltar que a migração é um fenômeno presente ainda hoje nas metrópoles como Goiânia, que exercem grande polarização sobre as pessoas em seu raio de atuação e constitui-se como um processo importante para a compreensão da distribuição espacial da população (SILVA; RODRIGUES, 2009).

Além disso, a população de uma região metropolitana, ao realizar suas práticas espaciais cotidianas, realiza também vários deslocamentos que se dão da metrópole para a periferia,¹² ou da periferia para a metrópole,¹² ou ainda da periferia para a periferia, na condição de força de trabalho, consumidora ou moradora dessas cidades. Ao realizar essas práticas e esses deslocamentos em diferentes escalas, essa população está realizando uma mobilidade interna ou cotidiana nesse espaço metropolitano, permitindo a produção de diferentes territorialidades geográficas e sociais nesses espaços (JARDIM, 2011).

Acerca dessa temática, Jardim (2011) acrescenta que a mobilidade espacial das pessoas – ou seja, seus deslocamentos pendulares ou cotidianos – está diretamente relacionada às condições de desenvolvimento econômico e social delas. Na verdade, esses movimentos cotidianos acabam por exercer grande influência também na organização e estruturação do espaço urbano no qual essas pessoas circulam, moram e produzem essa vida cotidiana.

¹² Aqui compreendida como as demais cidades que compõem uma Região Metropolitana comandada por uma metrópole. No presente caso trata-se dos demais municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Goiânia.

No entanto, a mobilidade não se restringe apenas aos deslocamentos espaciais. Levy (2009, p. 7, grifos do autor) define mobilidade

[...] como a relação social ligada à mudança de lugar, isto é, como o conjunto de modalidades pelas quais os membros de uma sociedade tratam a possibilidade de eles próprios ou outros ocuparem sucessivamente vários lugares. Por essa definição, excluimos duas outras opções: aquela que reduziria a mobilidade ao mero deslocamento [...], eliminando assim as suas dimensões ideais e virtuais, e aquela que daria um sentido muito geral a este termo, jogando com as metáforas (tal como a “*mobilidade*” social) ou com as extensões incontroladas (*a comunicação*, por exemplo).

Nesta mesma perspectiva, Balbim (2004) salienta que o entendimento de mobilidade supera a noção de deslocamento, uma vez que a noção de mobilidade traz consigo as causas e consequências da ação de deslocar (físicas, virtuais ou simbólicas) relacionadas às atividades cotidianas individuais ou coletivas. O mesmo autor acrescenta ainda:

A mobilidade geográfica pode constituir-se de deslocamentos cotidianos recorrentes, fruto da separação entre lugar de trabalho e habitação (migração pendular), de movimentos destinados às compras e ao lazer, ou, ainda resultar de ritmos sazonais, imposições de ordem natural, etc. Os deslocamentos duráveis, com mudança de residência, podem ser impostos (deportação, exílio, êxodo) ou desejados (mudanças de vida). (BALBIM, 2004, p. 4).

Para Salgueiro (2009), a mobilidade (de pessoas) relacionada às novas demandas sociais cria novas territorialidades que acabam por modificar a estrutura do próprio espaço urbano, tornando-o mais fragmentado. Assim, torna-se de extrema relevância em uma análise sobre mobilidade, conforme sugere Arrais (2005, p. 351), que ela seja considerada como uma relação social. Além disso, o mesmo autor destaca que, para compreendê-la, é preciso também qualificar os fluxos e os atores sociais que estão em movimento. Essa qualificação propiciará uma melhor compreensão dos fenômenos, sujeitos e processos que fazem parte da dinâmica de produção do espaço urbano e da cidade. Portanto, é imprescindível na atualidade que a leitura geográfica da cidade (ou da metrópole) considere não apenas a estruturação do espaço urbano comandada pelo capital e pelos grupos

hegemônicos, mas também as construídas e estabelecidas no cotidiano pelos demais agentes sociais a partir de suas contrarrazões e resistências.

Entre as dinâmicas populacionais da RMG, há de se destacar os aspectos ligados ao crescimento populacional da metrópole e de sua periferia: sua crescente taxa de urbanização e seu poder de atração de migrantes advindos do interior do estado de Goiás e de outros estados e regiões brasileiras; a mobilidade residencial de sua população entre os municípios da RMG; bem como os aspectos relacionados à mobilidade interna ou cotidiana (ou migrações pendulares), ou seja, aos fluxos diários realizados por seus habitantes ao circularem pela metrópole e por sua região metropolitana para trabalhar, estudar, utilizar os serviços públicos ou privados de saúde, ou para o lazer e moradia etc.

É notório que Goiás sempre se configurou como um estado de atração de migrantes (MOYSÉS; BERNARDES, 2005; ARRAIS, 2007; CHAVEIRO; CALAÇA; REZENDE, 2009), mesmo porque seu povoamento, ocupação e, posteriormente, sua urbanização sempre estiveram ligados a fatos e processos que propiciaram grande atração de contingentes populacionais, com expectativas de melhores condições de vida. Dentre os fatos e processos, destacam-se:

- a) a descoberta e exploração do ouro no século XVIII;
- b) a criação da estrada de ferro no início do século XX;
- c) as políticas de povoamento do interior do Brasil que culminaram na construção de Goiânia na década de 1930, na implantação das Colônias Agrícolas Nacionais em meados da década de 1940 e na construção de Brasília na década de 1960;
- d) a modernização da agricultura nas décadas de 1970 e 1980, com a conseqüente expansão da soja e o crescimento da agroindústria no estado na década de 1990, que persiste até o atual momento, com as devidas reestruturações produtivas e econômicas, necessárias a uma inserção na economia global;
- e) além de outras mais restritas a Goiânia, como seu processo de metropolização e verticalização nas décadas de 1970, 1980 e 1990

até sua consolidação como metrópole regional voltada ao setor terciário, na atualidade.

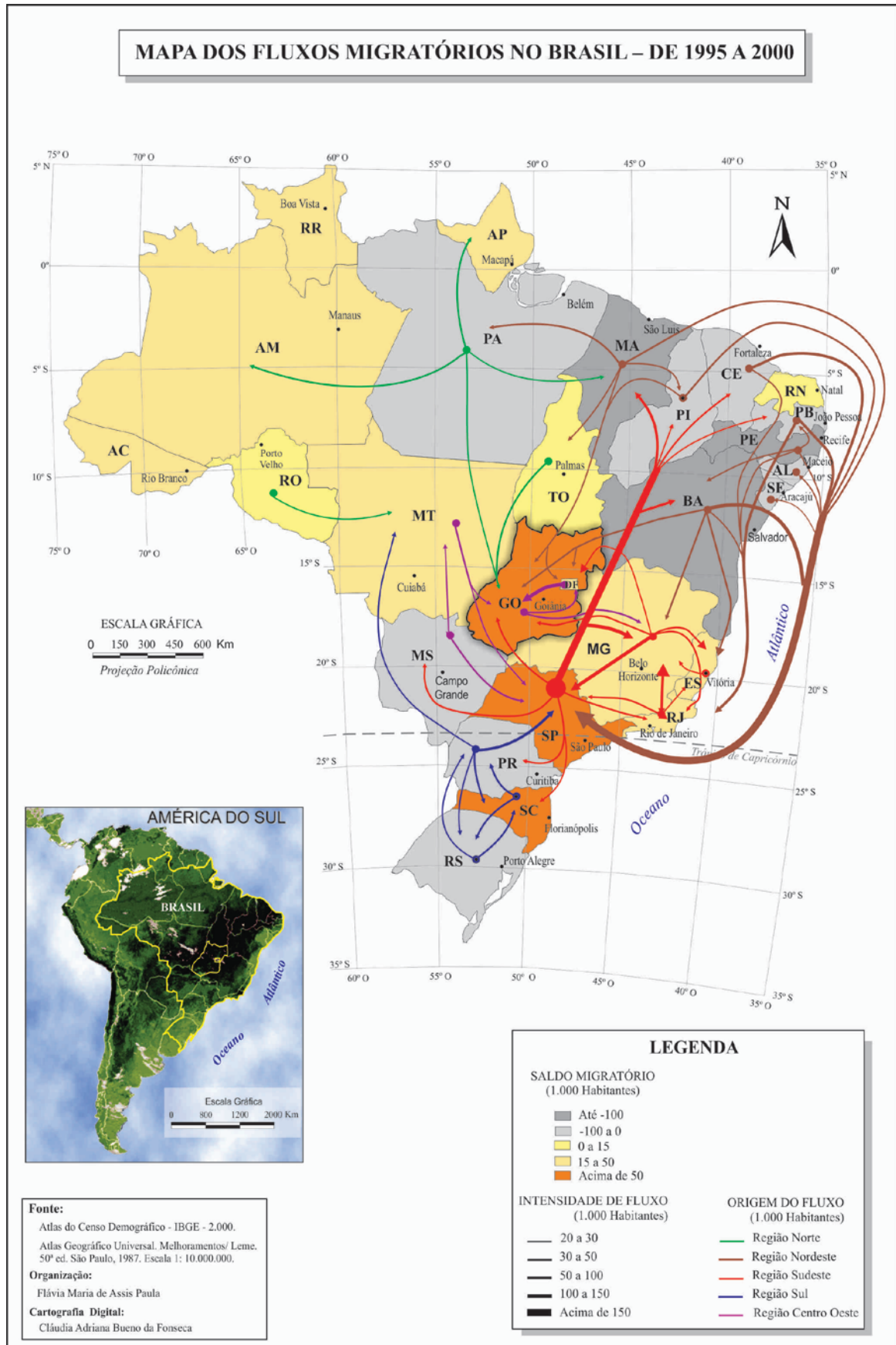
Segundo destacam Chaveiro, Calaça e Rezende (2009), o crescimento da população urbana de Goiás e da RMG – que, até a década de 1980, teve o êxodo rural como seu principal fator –, a partir da década de 1990, vinculou-se ao processo de migração interestadual e intermunicipal. O Mapa 5 dos principais fluxos migratórios no Brasil de 1995-2000 evidencia bem o desempenho de Goiás como receptor dos saldos migratórios nesse período.

Pelo referido mapa (Mapa 5) nota-se que Goiás recebeu migrantes de estados das regiões Norte, Nordeste e Sudeste do país. Acerca desse fato, Chaveiro, Calaça e Rezende (2009) destacam que os estados que mais enviaram migrantes para Goiás nesse período foram Minas Gerais, Bahia, Distrito Federal, Tocantins, Maranhão, São Paulo e Piauí. Os autores acrescentam ainda que esses migrantes se concentraram, preferencialmente, na Região Metropolitana de Goiânia, no Entorno de Brasília e na Região do Sudoeste Goiano. Eles ressaltam também que os migrantes que se estabeleceram na RMG vieram em maior número dos estados de Minas Gerais, Bahia, Tocantins, Maranhão, São Paulo, Pará, Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso, Piauí e Pernambuco, respectivamente.

Na atualidade, o crescimento populacional de Goiás, de Goiânia e de sua Região Metropolitana, bem como o aumento de suas taxas de urbanização¹³, ainda tem se dado principalmente a partir do incremento populacional gerado pelos processos migratórios (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2011). Segundo dados do censo de 2010 (IBGE, 2011), a Região Centro-Oeste constitui-se atualmente como um novo eixo de atração de migrantes, sendo Goiás o estado que possui o maior contingente populacional da região, visto que sua população representa 42,7% da população da região e o estado se constitui como uma área de média absorção migratória (OLIVEIRA; ERVATTI; O'NEILL, 2011).

¹³ Entende-se por taxa de urbanização, com base na definição do IBGE, a percentagem da população da área urbana em relação à população total.

MAPA 5. FLUXOS MIGRATÓRIOS NO BRASIL – 1995-2000.



O estado de Goiás, de acordo com o Censo de 2010 realizado pelo IBGE, possui atualmente 5.420.714 habitantes, número que corresponde a um crescimento de 23,3% em relação ao censo anterior. Destes, 36,20% (ou 2.173.141 de habitantes) estão concentrados na Região Metropolitana de Goiânia, confirmando que o crescimento ocorreu, sobretudo, em áreas urbanas. Assim, a metrópole e seus municípios figuram entre os que possuem maior contingente populacional (MOYSÉS et al., 2011).¹⁴

Ainda sobre os processos migratórios, é preciso destacar que os fluxos populacionais entre os estados e entre as grandes regiões são, na atualidade, os responsáveis pelo crescimento populacional no Brasil, uma vez que as taxas de fecundidade e de natalidade diminuíram consideravelmente na última década. (OLIVEIRA; ERVATTI; O'NEILL, 2011). A Tabela 5 apresenta a composição da população da RMG por região de nascimento, demonstrando como os fluxos migratórios têm contribuído para o crescimento populacional da RMG.

TABELA 5. POPULAÇÃO DA RGM POR REGIÃO DE NASCIMENTO (%) – 2000-2010

UNIDADE TERRITORIAL	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Brasil	6,58	7,45	33,20	32,06	39,11	39,23	15,36	14,69	5,34	5,86
Goiás	2,17	2,86	10,83	11,26	8,58	6,98	0,80	0,82	77,48	77,34
Abadia de Goiás	3,26	4,33	10,15	8,47	6,32	5,39	0,14	0,25	80,05	80,68
Aparecida de Goiânia	5,92	6,19	14,10	14,29	6,58	5,13	0,52	0,44	72,80	72,41
Aragoiânia	1,58	2,25	6,29	7,96	6,58	5,88	0,11	0,13	85,44	83,06
Bela Vista de Goiás	0,69	1,43	3,73	5,41	3,57	3,70	0,37	0,31	91,54	88,81
Bonfinópolis	2,23	3,92	8,11	11,13	6,21	5,53	0,12	0,32	83,33	78,80
Brazabrantes	1,01	1,42	7,39	7,88	8,47	6,51	0,06	0,61	82,83	83,21
Caldazinha	0,87	2,20	2,05	3,65	2,91	1,19	0,00	0,00	94,17	92,59
Caturai	0,39	1,87	8,57	8,06	8,08	6,24	0,06	0,14	82,72	83,14
Goianápolis	1,39	1,32	5,14	6,69	4,94	4,00	0,37	0,54	88,08	85,66
Goiânia	3,89	5,18	8,48	9,55	8,84	7,20	0,74	0,73	77,77	76,66
Goianira	2,56	5,63	10,48	13,60	6,49	5,43	0,51	0,28	79,79	74,78
Guapó	0,64	1,27	7,81	8,46	6,14	5,29	0,09	0,41	85,20	84,27
Hidrolândia	1,79	3,25	5,81	9,75	5,82	5,76	0,43	0,55	86,01	80,09

¹⁴ Além disso, a Região Metropolitana de Goiânia e a Região do Entorno de Brasília são as que continuam a receber o maior número de migrantes de outros estados e as que possuem os maiores fluxos intermunicipais. Para maiores esclarecimentos recomenda-se a leitura de Arrais (2007).

UNIDADE TERRITORIAL	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Inhumas	0,88	1,13	4,00	4,44	8,83	6,32	0,33	0,41	85,87	87,16
Nerópolis	1,27	2,70	7,64	8,11	7,23	6,18	0,26	0,13	83,60	82,21
Nova Veneza	1,16	2,31	5,38	5,10	9,93	7,16	0,08	0,18	83,37	84,97
Santo Antônio de Goiás	1,12	3,89	10,79	7,04	6,73	4,83	0,00	0,16	81,09	82,77
Senador Canedo	4,28	6,03	18,06	20,31	5,69	3,81	0,35	0,38	71,60	68,27
Terezópolis de Goiás	2,53	1,60	17,43	12,79	5,43	2,88	0,26	0,34	74,25	81,96
Trindade	2,49	4,49	6,27	7,56	5,44	4,01	0,39	0,32	85,25	82,84

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - 2010.

Nota:

1 - Para 1991 e 2010 - Dados da Amostra

2 - Para 2000 - Primeiros resultados da Amostra

A análise da Tabela 5 evidencia a contribuição das regiões Nordeste e Sudeste do país para a composição populacional da RMG, pois são essas duas regiões que apresentam os maiores índices de pessoas que moram na RMG, nascidas em outra região do país que não o Centro-Oeste, e isso tanto no Censo de 2000 quanto no de 2010. Esse fato é confirmado por Oliveira, Ervatti e O'Neill (2011), os quais destacam que os estados que mais enviaram migrantes para Goiás no período, além do DF, foram Minas Gerais, Bahia, Maranhão, São Paulo, e Tocantins. Cabe destacar ainda que, embora haja uma tendência de diminuição do volume de fluxos migratórios no ano de 2010, observa-se que houve um crescimento do percentual de moradores nascidos na Região Norte em praticamente todos os municípios que compõem a RMG.

Mas, de fato, o que tem atraído os migrantes para o estado de Goiás e para sua Região Metropolitana? Segundo o estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010) sobre a Migração Interna no Brasil, com base nos dados obtidos pelo IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), os migrantes são atraídos para Goiânia e região metropolitana em busca de oportunidades de trabalho e estudo, serviços de saúde e de melhor qualidade de vida. A pesquisa do IPEA (2010) destaca também que os jovens com idade entre 18 e 29 anos são os que mais migram no país. No Centro-Oeste, essa tendência nacional se repete, pois os jovens dessa mesma faixa etária correspondem a 41,8% daqueles que migram para os Estados da região, e, destes, 12,7% são solteiros e não possuem filhos (IPEA, 2010).

Contudo, apesar de a população de Goiânia ainda ser a maior em números absolutos, a partir dos anos 2000, o crescimento da população dos municípios localizados em sua periferia tem aumentado consideravelmente, em detrimento da população do núcleo. A Tabela 6 – que apresenta a população e a taxa geométrica de crescimento anual na RMG (1991, 2000, 2010) - e o Mapa 6 dos Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE), da RMG com maior crescimento populacional – exemplificam essa constatação.

TABELA 6. POPULAÇÃO RESIDENTE E TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL: 1991, 2000, 2010.

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO RESIDENTE			TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)		
	1991	2000	2010	1991-2000	1991-2010	2000-2010
Abadia de Goiás ¹	-	4.971	6.868	-	-	3,29
Aparecida de Goiânia	178.483	336.392	455.735	7,3	5,06	3,08
Aragoiânia	4.910	6.424	8.375	3,03	2,85	2,69
Bela Vista de Goiás	17.316	19.210	24.539	1,16	1,85	2,48
Bonfinópolis	3.324	5.353	7.536	5,44	4,4	3,48
Brazabrantes	2.334	2.772	3.240	1,93	1,74	1,57
Caldazinha ²	-	2.859	3.322	-	-	1,51
Caturaí	4.134	4.330	4.670	0,52	0,64	0,76
Goianápolis	10.716	10.671	10.681	-0,05	-0,02	0,01
Goiânia	922.222	1.093.007	1.301.892	1,91	1,83	1,76
Goianira	12.896	18.719	34.061	4,23	5,24	6,17
Guapó	11.785	13.863	14.002	1,82	0,91	0,1
Hidrolândia	10.254	13.086	17.398	2,75	2,82	2,89
Inhumas	38.368	43.897	48.212	1,51	1,21	0,94
Nerópolis	12.987	18.578	24.189	4,06	3,33	2,67
Nova Veneza	5.003	6.414	8.129	2,8	2,59	2,4
Santo Antônio de Goiás ²	-	3.106	4.690	-	-	4,21
Senador Canedo	23.905	53.105	84.399	9,27	6,86	4,74
Terezópolis de Goiás ²	-	5.083	6.562	-	-	2,59
Trindade	54.072	81.457	104.506	4,66	3,53	2,52
TOTAL DA REGIÃO	1.312.709	1.743.297	2.173.006	3,2	2,69	2,23
TOTAL DO ESTADO	4.018.903	5.003.228	6.004.045	2,46	2,14	1,84
REGIÃO/ESTADO (%)	32,66	34,84	36,19	-	-	-

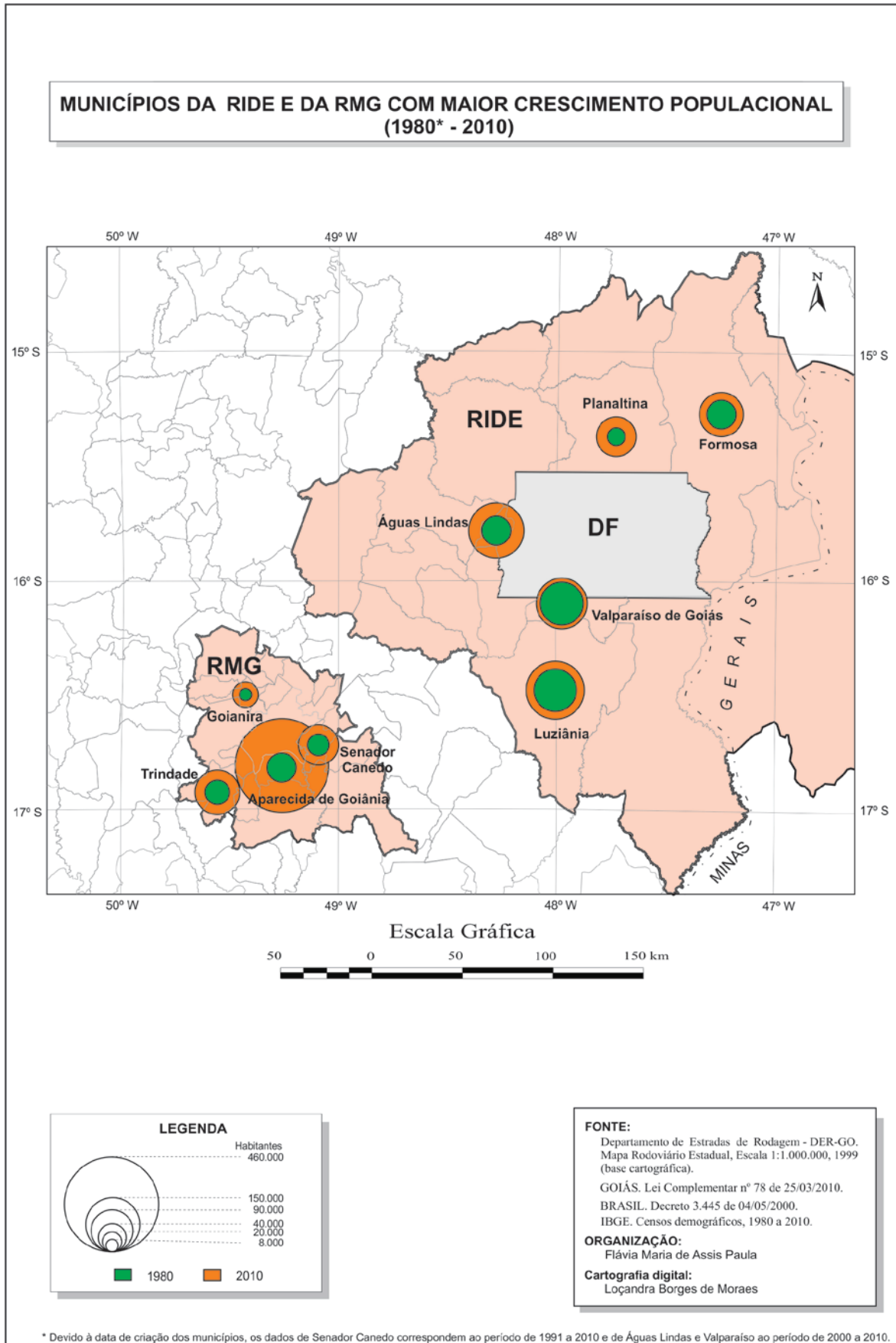
Fonte: IBGE

Elaboração: Seplan-GO/Sepin Gerência de Estatística Socioeconômica – 2010.

1. Município instalado em 1º/01/1997.

2. Municípios instalados em 1993.

MAPA 6. MUNICÍPIOS DA RMG E DA RIDE COM MAIOR CRESCIMENTO POPULACIONAL – 1980 - 2010.



A análise conjunta do referido mapa e da Tabela 6 permite observar que os municípios que obtiveram maior aumento no contingente populacional no período de 1991 até 2010 foram Senador Canedo (353%), Goianira (264%), Aparecida de Goiânia (255%) e Trindade (193%). Esses índices são superiores aos encontrados para Goiânia (141%). Contudo, em relação à taxa geométrica de crescimento anual nos anos de 1991 a 2010, os municípios de Senador Canedo, Aparecida de Goiânia e Trindade apresentaram decréscimo em seus índices, embora figurem entre os de maior taxa. Essa tendência foi observada também na metrópole. No mesmo período, apenas Goianira e Bela Vista apresentaram um constate aumento em sua taxa geométrica de crescimento anual. Destaque-se que Goianira foi o município da RMG que obteve a maior taxa geométrica de crescimento anual entre 2000 e 2010, com um percentual de 6,17% a.a.

O crescimento da população das cidades que compõem a periferia da metrópole goiana agregou, sozinho, 33,96% à população total do estado de Goiás. Na verdade, esse crescimento populacional na periferia das metrópoles, em detrimento do crescimento populacional no núcleo, é uma tendência nacional já apontada no Censo de 2000 e confirmada no último censo realizado pelo IBGE (SILVA; RODRIGUES, 2009; MOYSÉS et al., 2011).

Essas alterações na dinâmica populacional de Goiânia e sua região metropolitana nos últimos anos acabam por transformar e alterar a própria dinâmica interna da RMG. Há de fato, conforme ressaltam Arrais (2005) e Pinto (2009), uma completude entre a metrópole e os municípios que compõem sua região metropolitana no que concerne aos aspectos sociais, econômicos e políticos. Nesse sentido, é importante retomar a discussão da mobilidade interna da Região Metropolitana de Goiânia. O entendimento dessa mobilidade denota a intensa relação entre a cidade de Goiânia e os municípios que compõem sua região metropolitana. Esse aspecto importante pode ser observado por meio do Mapa 7 do Nível de Integração com a Metrópole – 2010¹⁵ e pelas Tabelas 7 e 8 que apresentam, respectivamente, dados sobre o local de frequência da escola e do local de trabalho na RMG – 2010.

¹⁵ O nível de integração com a metrópole consta também na Tabela 2 apresentada no item 1.1 do presente capítulo.

MAPA 7. NÍVEL DE INTEGRAÇÃO COM A CIDADE-POLO NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA – 2010.

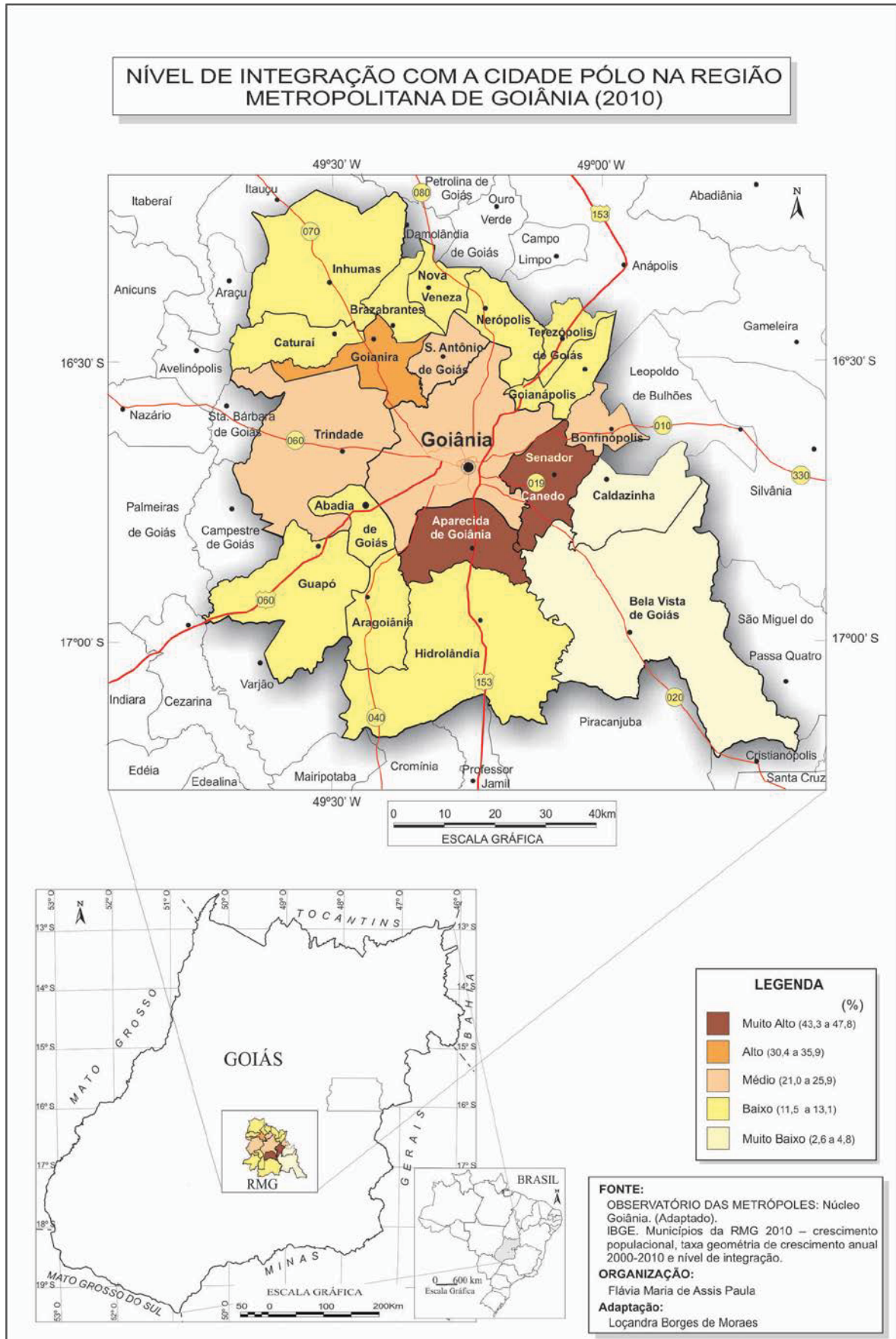


TABELA 7. LOCAL DE FREQUÊNCIA DA ESCOLA NA RMG – 2010

MUNICÍPIOS	NÚMEROS DE PESSOAS				(%)			
	TOTAL	MUNICÍ- PIO DE RESIDÊN- CIA	OUTRO MUNICÍ- PIO	PAÍS ESTRAN- -GEIRO	TOTAL	MUNICÍ- PIO DE RESI- DÊNCIA	OUTRO MUNICÍ- PIO	PAÍS ESTRAN- -GEIRO
Abadia de Goiás	1.877	1.531	345	-	100	81,61	18,39	-
Aparecida de Goiânia	143.362	113.223	30.040	100	100	78,98	20,95	0,07
Aragoiânia	2.211	1.967	244	-	100	88,98	11,02	-
Bela Vista de Goiás	6.668	5.943	725	-	100	89,13	10,87	-
Bonfinópolis	2.133	1.840	293	-	100	86,24	13,76	-
Brazabrantés	860	601	259	-	100	69,9	30,10	-
Caldazinha	897	762	134	-	100	85,02	14,98	-
Caturai	1.109	932	177	-	100	84,07	15,93	-
Goianápolis	2.933	2.457	475	-	100	83,79	16,21	-
Goiânia	393.831	377.382	16.206	243	100	95,82	04,11	0,06
Goianira	9.657	8.094	1.552	12	100	83,81	16,07	0,12
Guapó	3.731	3.313	418	-	100	88,79	11,21	-
Hidrolândia	4.914	4.059	856	-	100	82,59	17,41	-
Inhumas	13.794	12.251	1.534	9	100	88,82	11,12	0,07
Nerópolis	6.681	5.897	784	-	100	88,26	11,74	-
Nova Veneza	2.021	1.721	299	-	100	85,19	14,81	-
Santo Antônio de Goiás	1.286	1.137	149	-	100	88,42	11,58	-
Senador Canedo	26.087	21.598	4.489	-	100	82,79	17,21	-
Terezópolis de Goiás	1.850	1.674	176	-	100	90,47	09,53	-
Trindade	30.452	26.194	4.258	-	100	86,02	13,98	-

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

Notas:

1. Dados da Amostra.
2. Salário mínimo da época: R\$ 510,00.
3. A categoria "Sem rendimento" inclui as pessoas que receberam somente em benefícios.

TABELA 8. LOCAL DO TRABALHO NA RMG-2010

MUNICÍPIO	LOCAL DO TRABALHO NA RMG (%)				
	TOTAL	MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA	OUTRO MUNI- CÍPIO	PAÍS ESTRAN- -GEIRO	MAIS DE UM MUNICÍPIO OU PAÍS
Abadia de Goiás	100	58,42	39,37	0,12	2,09
Aparecida de Goiânia	100	56,96	41,80	0,04	1,20
Aragoiânia	100	75,62	24,17	-	0,21
Bela Vista de Goiás	100	88,75	10,72	-	0,53

MUNICÍPIO	LOCAL DO TRABALHO NA RMG (%)				
	TOTAL	MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA	OUTRO MUNICÍPIO	PAÍS ESTRANGEIRO	MAIS DE UM MUNICÍPIO OU PAÍS
Bonfinópolis	100	58,45	40,45	0,08	1,02
Brazabrantes	100	71,68	26,69	-	1,64
Caldazinha	100	71,08	28,92	-	-
Caturai	100	74,30	22,97	-	2,73
Goianópolis	100	79,83	19,65	0,14	0,38
Goiânia	100	94,75	04,11	0,03	1,11
Goianira	100	49,89	49,02	-	1,09
Guapó – GO	100	74,92	24,29	-	0,79
Hidrolândia	100	79,68	18,22	0,07	2,03
Inhumas	100	91,30	06,46	0,04	2,20
Nerópolis	100	80,55	18,61	-	0,84
Nova Veneza	100	75,69	20,53	0,04	3,74
Santo Antônio de Goiás	100	65,56	34,44	-	-
Senador Canedo	100	46,49	52,84	-	0,67
Terezópolis de Goiás	100	79,96	19,94	-	0,10
Trindade – GO	100	63,21	34,57	-	2,22

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

Notas:

1 - Dados da Amostra.

2 - Salário mínimo da época: R\$ 510,00.

3 - A categoria “Sem rendimento” inclui as pessoas que receberam somente benefícios.

Pela análise do Mapa 7, percebe-se que os municípios com os índices do nível de integração com a metrópole muito altos são Aparecida de Goiânia e Senador Canedo, o que confirma a intensa relação entre a metrópole e esses dois municípios, fato anteriormente apontado por Arrais (2005); Pinto (2009) e Lima (2010). Outros que se destacam em relação ao nível de fluxos com a metrópole são Goianira, com alta integração, e Bonfinópolis, Trindade e Santo Antônio de Goiás, que apresentam um índice de média integração. A maioria dos demais municípios apresenta um nível de baixa integração, com exceção de Bela Vista e Caldazinha, que apresentam muito baixa integração.

Essa integração com a metrópole fica evidente também por meio da análise da mobilidade cotidiana da população da RMG para trabalhar e estudar, como apresentado nas Tabelas 7 e 8. Os municípios que se destacam por apresentar um percentual acima de 16% de pessoas que estudam em outro

município são Brazabrantes (30,10%), Aparecida de Goiânia (20,95%), Abadia de Goiás (18,39%), Hidrolândia (17,41%), Senador Canedo (17,21%), Goianópolis (16,21%) e Goianira (16,07%). Em relação ao percentual de pessoas da RMG, cujo local de trabalho está em outro município, destacam-se as seguintes cidades: Senador Canedo (52,84%), Goianira (49,02%), Aparecida de Goiânia (41,80%), Bonfinópolis (40,41%), Abadia de Goiás (39,37%) e Santo Antônio de Goiás (34,44%). Esse último dado atesta a concentração de postos de serviço na metrópole, pois apenas dois municípios da RMG, além da própria Goiânia (4,11%), possuem um percentual abaixo de 11% de pessoas que trabalham em outro município: Bela Vista de Goiás (10,72%) e Inhumas (6,46%).

Dessa forma, o fluxo diário da população da Região Metropolitana de Goiânia na realização de suas práticas espaciais – como trabalhadores, estudantes, usuários dos serviços públicos e particulares de saúde, consumidores etc. – denota a importância crescente dessa região metropolitana e o papel que sua população desempenha nesse contexto. Assim, o espaço urbano da metrópole se (re)produz a partir das relações e práticas sociais resultantes desses movimentos, que modificam tanto sua paisagem urbana quanto sua própria conformação territorial. Todavia, é válido ressaltar que a mobilidade (e a centralidade) também expressa a segregação, como explica Arrais (2005, p. 353):

No caso específico da RMG, tanto a mobilidade quanto a centralidade são, cada vez mais, um atributo das classes privilegiadas que moram em lugares dotados de infra-estrutura e que, ao mesmo tempo, têm condições de se deslocar com conforto e segurança, apropriando-se de um tecido urbano produzido pela coletividade.

Dentre os sujeitos que produzem esse espaço metropolitano, essa pesquisa destaca o papel do jovem, principalmente o jovem migrante que, como foi demonstrado anteriormente, constitui-se um dos grupos populacionais etários que mais realizam migrações no país (IPEA, 2010). O jovem (cidadão) ao participar ativamente da/na produção do espaço urbano está envolvido neste processo, tendo possibilidade assim de contribuir para a transformação desse espaço. Acerca dessa relação entre o jovem, seu espaço e o exercício da cidadania, Martins (2007, p. 206) destaca:

[...] os jovens são sujeitos constituídos e constituintes da realidade histórica e social a que estão inseridos, capazes, portanto, de compreender a realidade em que vivem e de contribuir para a sua transformação, ou seja, são sujeitos sociais.

Tal como Martins (2007), reconhece-se que os jovens são sujeitos sociais e como tais, ao agirem sobre o espaço urbano, contribuem sem dúvida para a sua produção. Por sua vez, o jovem migrante ao inserir-se no espaço urbano de Goiânia depara-se com dinâmicas, fenômenos e processos presentes neste espaço, tais quais os abordados anteriormente – a segregação, a fragmentação, a mobilidade, o uso e apropriação etc. – que influenciarão e interferirão na constituição em sua com sujeito social que age e produz esse novo espaço. Mas de que forma o jovem migrante conhece essa cidade e dela se apropria? Como constrói sua condição juvenil e nova identidade frente a ela?

Para responder a tais questionamentos torna-se importante, por meio de um viés geográfico, discutir o papel dos jovens e de suas práticas espaciais na estruturação do espaço urbano de uma cidade ou metrópole, tal qual Goiânia, como têm feito algumas ciências afins: a Sociologia, a Psicologia, a Pedagogia, entre outras. É sobre essa aproximação necessária entre a geografia, as juventudes e suas espacialidades de que trata o segundo capítulo desta pesquisa.

CAPÍTULO 2

2 JUVENTUDES E CIDADES: UMA LEITURA ESPACIAL

No presente capítulo, será discutida a temática das juventudes e de sua relação com o espaço urbano e as cidades, no contexto da ciência geográfica. Para tanto, será realizada uma abordagem acerca da pluralidade das juventudes existentes e do entendimento dessa categoria social na contemporaneidade.

Será discutida também a aproximação necessária dessa temática com a Geografia, a partir de determinados conceitos e categorias geográficas, tais como o território, a territorialização e a territorialidade. Dada a problemática desta pesquisa, essas categorias são bastante relevantes para a compreensão das espacialidades inscritas pelos jovens na cidade, por meio de suas práticas espaciais e de suas redes de sociabilidade.

2.1 Juventudes: representações sociais e múltiplos modos de ser

Vários são os autores que entendem a categoria da juventude como uma construção social, histórica e espacial. Isso porque a juventude afirma-se como uma categoria social mediante o seu reconhecimento por parte das instituições sociais (Estado, escola, família etc.) e pela autoidentificação do sujeito como jovem (DAYRELL, 2001; 2003; CATANI; GILIOLI, 2008). Mas essa concepção de juventude como categoria social, embora seja a utilizada nesta pesquisa, não é a única. Há outras teorias que definem e caracterizam a juventude com base em aspectos relacionados ao desenvolvimento biológico e psicológico, o que trouxe limitações ao entendimento da categoria por um longo período (DAYRELL, 2001; PAIS, 2003; CATANI; GILIOLI, 2008).

Ainda que esses aspectos não possam ser desconsiderados, é preciso destacar que a juventude, longe de ser apenas um recorte cronológico ou uma fase

de transição, constitui-se também como uma das categorias essenciais para a compreensão da própria sociedade: sua composição e estruturação, suas transformações e diferenças, seus anseios e preocupações etc.

A juventude começa a ser estudada com maior relevância pelas Ciências Humanas e Sociais (Psicologia, Sociologia, Educação etc.) a partir do início do século XX, intensificando-se, mais precisamente, após a Segunda Guerra Mundial, o que lhe confere o *status* de uma construção social formulada com a própria modernidade (ABRAMO, 2005; CATANI; GILIOLI, 2008; TURRA NETO, 2008; CASSAB, 2009). Ao longo das décadas que compõem aquele século, a juventude foi sendo caracterizada de diversas formas. Caracterização essa que esteve pautada em determinadas representações sociais que dela se fizeram e que influenciaram as temáticas dos estudos sociais empreendidos naquele período acerca da juventude.

Assim, na década de 1950, a representação social que predominava era a do entendimento da juventude como problemática e transgressora dos padrões sociais, à qual a rebeldia e a delinquência seriam inerentes. Predominou ainda, nesse período, a visão da juventude como uma fase de transição para a vida adulta. Já nas décadas de 1960 e 1970, com o número crescente de movimentos sociais estudantis e de contracultura – que reivindicavam, por exemplo, desde a igualdade entre os sexos e as raças até o fim de ditaduras políticas –, a juventude teve sua imagem vinculada ao poder de contestação, sendo caracterizada como uma juventude revolucionária e transformadora (PAIS, 2003; KEHL, 2004; TURRA NETO, 2010). As pesquisas realizadas nesses últimos dois períodos dedicaram-se, em sua maioria, a entender os jovens como estudantes, privilegiando principalmente os jovens de classe média.

Contraditoriamente às décadas anteriores, no final dos anos de 1970 e, sobretudo, na década de 1980, a juventude foi rotulada, principalmente pelos meios de comunicação, como consumista e alienada. Isso se deu, entre outros aspectos e fatores, por ela ser, a partir daquele momento, considerada pelo capital como um mercado consumidor em potencial, para o qual foram criados produtos específicos. Desse modo, a mídia e o mercado criaram culturas juvenis diferenciadas e apropriaram-se delas, pois ser jovem implicava vestir-se, ouvir músicas, andar, falar e consumir de forma diferenciada dos adultos. Por isso mesmo, outra visão da

juventude nesse período é a de uma fase da vida dedicada apenas à fruição e ao gozo, sem maiores preocupações.

É também, nesse contexto, que as culturas e os problemas dos jovens das classes populares ganham expressão social e despertam o interesse dos estudos sociais. Assim, a partir do final dos anos de 1970 e nos decênios seguintes, décadas de 1980 e 1990, os jovens das classes populares passaram a ser estudados em relação à sua produção cultural, aos seus problemas sociais etc. Essa visibilidade social e científica ocorreu a partir do agravamento dos problemas sociais e econômicos, resultantes da crise do sistema capitalista mundial naquele período, que expuseram os diversos problemas urbanos aos quais os jovens (principalmente, os de baixa renda) são submetidos, como a violência, o desemprego, a marginalização etc. Mas essa visibilidade foi resultante também do fato de os jovens terem tido acesso, principalmente por meio do trabalho assalariado, aos bens de consumo e locais de diversão tipicamente juvenis (ABRAMO, 1997; TURRA NETO, 2010).

A partir de meados de 1980 e em toda a década de 1990, os estudos sociais realizados passaram a utilizar uma abordagem mais pluralista dessa juventude, pois se buscava entender o jovem em suas mais variadas facetas: estudante, trabalhador, consumidor etc. Importa destacar que houve ainda um avanço nesse período em relação às pesquisas acerca do jovem: a compreensão do jovem como sujeito social, além de um interesse pelas manifestações resultantes das culturas juvenis. Apesar de os estudos sociais desse período terem contribuído para o entendimento e caracterização da juventude como uma categoria construída socialmente, eles acabaram por homogeneizá-la, na maioria das vezes, não reconhecendo (e até mesmo ocultando) as diferenças e desigualdades existentes não apenas entre os jovens, mas na própria sociedade.

Dayrell (2003) define as culturas juvenis como espaço das representações, dos símbolos, das práticas e rituais, por meio dos quais os jovens constroem uma identidade (individual e coletiva), tais como a música, a dança, as roupas, os adereços etc., que lhes distingue do mundo e da cultura adulta. Tais culturas juvenis ganham visibilidade por meio dos estilos dos grupos e não são homogêneas, uma vez que elas se tornam tão complexas quanto as relações sociais das juventudes contemporâneas. Destaca Dayrell (2007, p.1110):

Nesse contexto, ganham relevância os grupos culturais. As pesquisas indicam que a adesão a um dos mais variados estilos existentes no meio popular ganha um papel significativo na vida dos jovens. De forma diferenciada, lhes abre a possibilidade de práticas, relações e símbolos por meio dos quais criam espaços próprios, com uma ampliação dos circuitos e redes de trocas, o meio privilegiado pelo qual se introduzem na esfera pública.

É preciso ressaltar ainda, como fazem Catani e Gilioli (2008), que essas culturas juvenis se constituem em expressões e reinterpretações da sociedade e do mundo no qual esses jovens vivem. Contudo, conforme destaca Pais (2003), é preciso entender e analisar essas culturais juvenis para além do nível das representações sociais dominantes (as instituições), atribuindo-lhes uma concepção mais dinâmica que considere também as expressões e os valores da vida cotidiana dos próprios jovens.

Pertinentemente, os referidos autores (PAIS, 2003; DAYRELL, 2007; CATANI; GILIOLI, 2008) acrescentam que a identificação e o entendimento dos jovens como um segmento social estão vinculados principalmente às transformações sociais decorrentes do processo de urbanização (mundial e brasileira). Assim, é no contexto urbano e a partir do modo de vida nele estabelecido que surge a possibilidade de realização e vivência da juventude, de práticas culturais nas cidades, de interações entre os jovens. O acesso ao lazer, à liberdade, à educação, ao trabalho, ao contato com culturas diferenciadas etc. são elementos essenciais tanto para a realização quanto para o entendimento da condição juvenil. Nesse sentido, cabe enfatizar aqui a importância e a necessidade de analisar as culturas juvenis e a sociabilidade como dimensões que caracterizam a condição juvenil, influenciadas pelo tempo – como uma forma própria de viver essa condição – e pelo espaço – como configuração espacial dela (DAYRELL, 2007; CARRANO, 2011).

Falando acerca da condição juvenil, Dayrell (2007) destaca que ela se refere tanto a uma fase da vida e sua representação social dentro de um determinado contexto histórico e geracional quanto ao modo ou situação como essa condição é vivida e influenciada a partir dos diversos aspectos a ela relacionados: diferenças sociais e de classe, gênero, etnia, religião, dentre outras. Ainda sobre a importância do espaço para as culturas juvenis e para a sociabilidade, o referido autor destaca que essas duas dimensões são influenciadas pelo espaço no qual são

realizadas e produzidas, sendo o espaço, simultaneamente, o suporte e a mediação das relações sociais que se processam nele.

É nesse contexto que a compreensão de juventude adquire um viés espacial, cabendo à Geografia dar maiores contribuições acerca dessa temática, estudando as espacialidades das práticas juvenis, seus lugares e territórios produzidos na cidade. A Geografia é capaz de responder a questões de viés espacial que se colocam acerca das juventudes na atualidade e que são fundamentais para o seu entendimento e para a afirmação dos próprios jovens como produtores dos espaços da cidade. Dentre essas questões, podem-se apontar algumas: Como a espacialidade contribui para a efetivação das atividades sociais cotidianas dos jovens? Como elas interferem no desenrolar de suas práticas por meio da apropriação de certos lugares da cidade? Como a estruturação dos espaços urbanos tem afetado o modo como os jovens vivenciam sua juventude e se tornam sujeitos sociais?

Acerca dessa crescente necessidade de contribuição geográfica para os estudos sobre os jovens, cabe ressaltar ainda que na atualidade muitas pesquisas sociais têm caracterizado e analisado a juventude por sua diversidade, suas múltiplas facetas e estilos, sua capacidade constante de interação com diferentes culturas, em diferentes escalas (global ou local) e em diferentes lugares, as quais contribuem para a formação e a construção de diferentes territórios nas cidades (TURRA NETO; CARDOSO, 2011). Essas formulações, além de ampliar a noção de juventude para juventudes, permitem que elas sejam vistas à luz da Geografia, por procurar entender os jovens no contexto de processos e fenômenos que lhes são inerentes. Daí o uso do termo juventudes, no plural, nas pesquisas mais recentes, e não mais juventude, no singular, para indicar que não há um único modo de ser jovem, mas que há múltiplas possibilidades de sê-lo, visto que sua construção se dá com base na influência de aspectos econômicos, sociais, biológicos, psicológicos, geográficos, culturais etc. Diz Dayrell (2003, p. 42):

Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como

uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta.

Tanto Dayrell (2003) quanto Pais (2003) destacam que a juventude é parte de um processo mais amplo de constituição do próprio jovem como sujeito social, que ocorre de forma individual e coletiva, na medida em que ele vive e compartilha experiências com outros sujeitos sociais, nos mais variados espaços e contextos possíveis: na família, no trabalho, na escola, na igreja, dentre outros. Tais experiências certamente influenciarão suas escolhas individuais e afetarão sua compreensão e visão de mundo. Assim,

[...] é nesse processo que cada um deles vai se construindo e sendo construído como sujeito: um ser singular que se apropria do social, transformado em representações, aspirações e práticas, que interpreta e dá sentido ao seu mundo e às relações que mantém. (DAYRELL, 2003, p. 43-44).

Portanto, esse jovem é influenciado por suas experiências cotidianas, sociais, históricas e espaciais. Além disso, ele é capaz de intervir no mundo em que vive a partir de sua capacidade de percepção e conhecimento, produzindo espacialidades e influenciando outros sujeitos por meio delas. Nesse contexto, torna-se importante investigar o cotidiano dessas juventudes e suas práticas espaciais considerando seus modos de vida, suas classes sociais, sua qualificação profissional e nível de escolaridade, sua inserção no mundo do trabalho e no mundo digital – o que amplia ainda mais suas redes de sociabilidade e sua interação com outras culturas em escalas diversas (local, regional, global). Todavia, é preciso lembrar sempre que as práticas juvenis, desenvolvidas em um dado cotidiano, estão situadas em um determinado tempo e em um determinado espaço que as qualificam e as tornam distintas daquelas praticadas por outros jovens em outro contexto histórico-espacial.

Desse modo, a análise das práticas espaciais, das culturas juvenis e das redes de sociabilidades construídas pelos jovens nos mais variados espaços da cidade constitui-se como uma das contribuições da Geografia para o entendimento das juventudes e de suas relações com o espaço urbano e com a cidade, o que contribuirá ainda para um melhor entendimento da própria cidade. É sobre a

Geografia e suas possibilidades de estudo da temática das juventudes e cidades que trata o próximo item.

2.2 A Geografia e as juventudes: uma aproximação temática necessária

Com os estudos culturais sobre as culturas juvenis, realizados no final do século XX e início do século XXI, fato que ficou conhecido como virada cultural, houve uma crescente preocupação por parte da Sociologia das Juventudes com o aspecto da espacialidade. Mas, mesmo utilizando conceitos e categorias próprias à Geografia – tais como o território, a territorialização, as territorialidades, a desterritorialização, o lugar, dentre outras –, não houve um estreitamento do diálogo entre essas ciências sociais e a ciência geográfica (TURRA NETO, 2010).

De fato, esta temática tem sido abordada ainda timidamente pela Geografia (TURRA NETO, 2008; CASSAB, 2009; CAVALCANTI, 2011, 2012). Em pesquisa recente, realizada por Cavalcanti et al. (2011) acerca do estado da arte da temática Juventudes e Cidade nos Programas de Pós-Graduação em Geografia (reconhecidos e recomendados pela Capes em 2009), e nas revistas e periódicos de Geografia no Brasil, no período de 2005 a 2010, também se constatou esse fato¹⁶.

Conforme apontou o referido estudo, por meio da análise do levantamento de teses e dissertações defendidas no período pesquisado, houve apenas dezoito que abordaram essa temática de forma direta ou indireta. Desses, seis eram teses de doutorado e outros doze eram dissertações de mestrado. As instituições que mais contribuíram com estudos sobre essa temática foram: a Universidade Federal Fluminense (UFF), com cinco trabalhos; a Universidade Federal de Goiás (UFG), com três; a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), com duas pesquisas cada uma. As demais instituições apresentaram apenas um único estudo relacionado à temática das

¹⁶ Cabe esclarecer, conforme Cavalcanti et al. (2011), que foram pesquisados 41 Programas de Pós-Graduação em Geografia, reconhecidos e recomendados pela Capes. No entanto, a consulta dos trabalhos só foi realizada naqueles cujas teses e dissertações defendidas de 2005 a 2010 estavam disponíveis na página do próprio programa. Aqueles que não dispunham desse recurso não estão incluídos no levantamento da pesquisa.

Juventudes. Vale ressaltar que, a partir do ano de 2007, houve um crescimento das pesquisas relacionadas a essa temática, pois quatorze das dezoito pesquisas realizadas foram empreendidas a partir daquele ano.

O estudo identificou ainda quatro grandes linhas de pesquisa sobre a temática das Juventudes e Cidades, a saber:

- 1) Juventudes e Culturas Juvenis;
- 2) Juventudes, Ensino de Geografia e Cidadania;
- 3) Juventudes e Espaço (Intra)Urbano; e
- 4) Juventudes e Políticas Públicas.

Pode-se perceber que tais pesquisas abordaram questões recorrentes à condição juvenil na atualidade:

- a) suas expressões e estilos culturais e as práticas cotidianas e territorialidades construídas a partir delas;
- b) seu papel como estudante e sua capacidade de aprender e apreender a Geografia e sua cidade por meio de seus processos cognitivos;
- c) sua relação com os espaços da cidade e com os fenômenos urbanos inerentes a ela e seu papel na produção do espaço urbano: a segregação, a violência, os movimentos sociais, dentre outros; e
- d) o papel das políticas públicas na afirmação dos jovens como cidadãos e de seu direito de usufruir e produzir a cidade.

Porém, nem todas as pesquisas tiveram preocupação em analisar o jovem como protagonista social ou como enfoque principal do trabalho. De fato, apenas metade das pesquisas objeto desse estudo mergulhou na categorização da

juventude e dialogou com outros campos de estudo sobre as juventudes, buscando contribuir para a construção de uma leitura geográfica sobre os jovens, mesmo que o foco não tenha sido sempre o jovem. As demais pesquisas trabalharam a questão da juventude de forma indireta, mediante abordagens que priorizaram mais os fenômenos e instituições (a escola, a violência, determinados aspectos das culturas juvenis, sua condição de aluno ou migrante etc.) – aos quais os jovens estão submetidos – que propriamente a discussão da vivência dos jovens nestes contextos.

Apesar desses estudos, ainda assim, há uma lacuna evidente de contribuição a ser dada pela Geografia para a ampliação do entendimento e do conhecimento das espacialidades dos jovens, seja como estudante, trabalhador, migrante etc. As juventudes, em suas relações com a cidade, desenvolvem práticas espaciais importantes para a produção do espaço urbano e para a caracterização dos lugares da cidade. O entendimento, a compreensão e o significado atribuídos por elas à cidade na qual vivem, bem como sua circulação, construção de redes de sociabilidade, estabelecimentos de territórios etc. permitem à Geografia realizar uma leitura geográfica do espaço urbano e da cidade, com base nesses processos espaciais juvenis.

Ressalte-se a existência de alguns pesquisadores que têm se destacado, ainda que recentemente, no contexto da ciência geográfica em pesquisar e contribuir para o entendimento das espacialidades juvenis na cidade. São eles: Cavalcanti (2004, 2011, 2012); Turra Neto (2004, 2008, 2010, 2011) e Cassab (2006, 2009, 2010, 2012)¹⁷. Ainda que esses pesquisadores priorizem aspectos diferenciados, mas não excludentes, eles têm sido precursores dessa temática, seja por meio de uma produção própria acerca das juventudes, seja pela constituição de grupos de estudos e pesquisas sobre os jovens e a cidade, ou pela orientação de pesquisas em relação a esse tema (na graduação e/ou na pós-graduação em Geografia).

Sobre as possibilidades de incorporar a discussão das juventudes na Geografia, Turra Neto (2010, p. 93) destaca duas vertentes. A primeira delas seria “ver os processos de produção e redefinição do espaço urbano a partir da ampliação

¹⁷ Aqui foram citadas apenas algumas das obras consideradas mais relevantes pelos próprios autores. As demais obras podem ser consultadas no Currículo Lattes de cada um deles.

da condição juvenil a amplos setores da sociedade”. A observação das transformações espaciais desencadeadas pela constituição das redes de sociabilidade juvenis – a partir de suas demandas por lugares exclusivos para o lazer e a diversão, por exemplo – é objeto de estudo que certamente contribuirá para a inserção da Geografia nessa temática. E a segunda vertente de estudo, apontada pelo referido autor, seria capaz de:

[...] oferecer uma contribuição nossa à reflexão da espacialidade das juventudes, seria pelo estudo das diversas culturas juvenis urbanas, suas trajetórias de chegada até os lugares específicos e o processo de territorialização pretérito e atual (pela constituição de uma rede de sociabilidade localizada em torno de seus referentes). (TURRA NETO, 2010, p. 93).

Cassab (2009, p. 7) acrescenta pertinentemente que, nessa temática de juventudes, é preciso que a Geografia se preocupe ainda em analisar a relação entre cidade, cidadania e juventudes, ou seja, em discutir e estudar

[...] o jovem e suas formas de apropriação da cidade a partir do reconhecimento da relevância do uso da cidade na construção de um sentido pleno de cidadania. Quem sabe, pensar a apropriação da cidade como a faceta espacial de uma cidadania plena desses jovens?

Cavalcanti também tem destacado a importância, dentro dessa temática, de uma linha de pesquisa que investigue o jovem em sua relação com a cidade (em seus diversos aspectos), por meio de suas espacialidades e da formação de sua cidadania, bem como o papel do Ensino de Geografia neste contexto, principalmente dos conteúdos que dizem respeito à cidade e ao espaço urbano.

Acerca da relação entre os jovens e seus processos de identificação com a escola e o ensino de Geografia, a autora aponta duas relações possíveis. A primeira decorre do fato de

[...] que os jovens estão na escola, são sujeitos do processo de ensino-aprendizagem que ocorre no espaço escolar, sendo nesse caso importante conhecê-los. Outra, e particularmente interessante para a Geografia, é que esses jovens têm uma “geografia”, um conhecimento espacial. Eles, na verdade, enquanto cidadãos e enquanto jovens em busca de identificação, produzem uma “geografia”, particularmente uma “geografia urbana”, que deve ser incluída no conjunto curricular [...]. (CAVALCANTI, 2011, p. 43).

Nas possibilidades de estudos e temáticas apresentadas anteriormente, fica evidente o papel das redes de sociabilidade das juventudes em sua circulação pela cidade, na apropriação de seus espaços, ou ainda na representação que eles possuem dessa cidade.

Acerca da sociabilidade, importa destacar, conforme Dayrell (2007), que ela se constitui em uma dinâmica de relações que se dá cotidianamente, e que ocorre preferencialmente nos espaços de lazer e diversão e manifestação, nas ruas e praças, mas não apenas neles. Ela também pode estar presente nos espaços institucionais, como na família, na escola, no trabalho ou nas igrejas (DAYRELL, 2007; TURRA NETO, 2008). Ela consiste numa troca de experiência do jovem com seus pares, em um “estar junto”, que se dá em um determinado tempo e espaço, com distintos graus de aproximação afetiva nos quais se evidenciam os que são amigos e aqueles que são apenas colegas. Assim,

[...] podemos afirmar que a sociabilidade, para os jovens, parece responder às suas necessidades de comunicação, de solidariedade, de democracia, de autonomia, de trocas afetivas e, principalmente, de identidade. Todavia, nessa dimensão temos de considerar, também, as expressões de conflitos e violência existentes no universo juvenil que, apesar de não serem generalizadas, costumam ocorrer em torno e a partir dos grupos de amigos, sobretudo masculinos. (DAYRELL, 2007, p. 1112).

É necessário ressaltar que o tempo e o espaço são importantes para a efetivação da sociabilidade. Nesse sentido, a Geografia tem muito a contribuir, pois os jovens, ao interagirem no espaço urbano de uma cidade para estabelecerem e realizarem suas redes de sociabilidade, transformam-no, produzem-no e dele se apropriam através de relações afetivas e de poder. Pode-se afirmar que é por meio delas que os jovens estabelecem territorialidades que se materializam na ocupação de determinados territórios (ainda que transitórios), de uma cidade, em um determinado período de tempo.

Nesse contexto, considera-se que é possível à Ciência Geográfica analisar e entender qual a relação desses jovens com o espaço no qual estão inseridos, a partir da análise das práticas espaciais dos jovens na cidade, de sua circulação por ela, bem como das territorialidades exercidas por eles por meio de suas redes de sociabilidade em locais diversos. Portanto, torna-se importante fazer

uma breve discussão de alguns conceitos e categoriais essenciais à compreensão das práticas espaciais dos jovens na cidade, dentre os quais se destacaram, para esta análise, o território, a territorialização e as territorialidades.

2.3 Sobre a noção de território na Geografia, as práticas espaciais e as territorialidades juvenis

Dentro da discussão empreendida nesta pesquisa, o objetivo é analisar e entender as territorializações e territorialidades dos jovens migrantes na Metrópole de Goiânia. Assim, se torna pertinente realizar um panorama do conhecimento geográfico acerca do território, o que será essencial para a ampliação do entendimento desse conceito tão presente nas análises geográficas sobre a cidade e o espaço urbano. Buscou-se, nesse sentido, fazer uma síntese do entendimento desse conceito, destacando contribuições teóricas de alguns autores, atentando para a leitura comum que fazem em relação a essa categoria, resguardadas as respectivas diferenças de entendimento no que tange a um ou outro aspecto.

Num primeiro momento, a noção de território adveio dos estudos de Etologia e de Biologia, estando associada ao instinto natural dos animais em demarcar área para garantir sua sobrevivência. Essa noção naturalista (e positivista) influenciou a concepção de território no contexto da chamada Geografia Clássica, no século XIX, momento de institucionalização da Geografia como ciência e do estabelecimento do Estado Moderno. Nesse contexto, F. Ratzel foi o responsável pela concepção geográfica de território. O território, por meio de sua estreita relação com o poder do Estado, era considerado como substrato material para a efetivação da vida humana e como fonte de recursos sobre domínio e controle estatais (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2004).

É preciso ainda considerar a ambivalência do termo, tanto no interior da própria Geografia como nas Ciências Humanas e Sociais que dele fazem uso, como a Ciência Política, a Antropologia, a Economia, a História, a Sociologia etc., para as quais o conceito adquire uma significação distinta a depender da base filosófica utilizada (SOUZA, 2001; HAESBAERT, 2004; SAQUET, 2010).

Na Geografia, conforme sintetiza Haesbaert (2004), as concepções distintas de território podem ser agrupadas em quatro vertentes básicas:

- 1) política ou jurídico-política: o território é visto como um espaço delimitado e controlado, por meio do qual se exerce um determinado poder;
- 2) cultural ou simbólico-cultural: o território é entendido como produto da apropriação/valorização simbólica de um determinado grupo;
- 3) econômica: o território é visto como fonte de recursos e/ou incorporado na luta das classes sociais e na relação capital-trabalho; e
- 4) naturalista: noção de território é construída com base na relação sociedade-natureza.

Mas, apesar das dimensões a partir das quais o território pode ser analisado, o referido autor também faz uma distinção pertinente em relação às perspectivas teóricas desse conceito com base em dois binômios: o binômio materialismo-idealismo e o binômio espaço-tempo (HAESBAERT, 2004, 2011).

Assim, tem-se que, durante muito tempo, nas análises geográficas (o que não quer dizer que elas não sejam mais utilizadas), dependendo da base filosófica utilizada, eram priorizados determinados aspectos em relação ao conceito de território: ora ele foi concebido com base em aspectos concretos (material); ora foi entendido com base em de elementos simbólicos (imaterial); ora fez-se uma análise parcial que procurava incorporar apenas uma de suas dimensões (econômica, política, cultural etc.); ou então se fazia uma análise que buscava a integração destas.

Em relação ao binômio espaço-tempo, houve abordagens que priorizaram seu caráter relacional (como relação social-histórica), em detrimento do absoluto (como entidade físico-material ou objeto), ou que desconsideraram (ou não) sua historicidade e sua geograficidade (HAESBAERT, 2004, 2008, 2011).

Ainda em relação a essa ambiguidade de entendimento acerca do território nas análises geográficas, é preciso ressaltar que ele era visto, por um lado, como substrato físico e material – no qual o poder de dominação do Estado era destacado – e, por outro lado, como resultado de um campo de relações, como um território simbólico, construído a partir do poder simbólico de apropriação. Outra dualidade apontada refere-se à visão do território como sendo algo fixo, contínuo, com delimitações precisas de fronteiras, em contraponto àquela visão do território como algo dinâmico, que possui mobilidade, descontinuidade e fluidez (SAQUET, 2010; HAESBAERT, 2011).

Contudo, houve uma mudança de postura da Geografia (brasileira) em relação às análises mais atuais acerca do território, principalmente naquelas realizadas a partir da década de 1990. Rompendo com essa visão mais tradicional e dualista de território, procurou-se fazer estudos mais integradores que passaram a considerar:

- a) todos seus aspectos e dimensões constituintes (econômica, política, cultural, física etc.);
- b) as escalas de análise e efetivação;
- c) e os agentes detentores de poder que, embora não possuindo o mesmo grau de poder ou de atuação, desempenham papéis distintos e importantes nos processos vinculados à construção do território, como a territorialização, a desterritorialização, as territorialidades e as múltiplas territorialidades (HAESBAERT, 2008; SOUZA, 2009; SAQUET, 2010, 2011).

Assim, na Geografia contemporânea, a construção do território não é entendida e considerada apenas por meio da atuação e do poder dos agentes hegemônicos, como o Estado ou as grandes empresas capitalistas. Ela se estende até o nível das práticas cotidianas, abrangendo também as manifestações de poder pertencentes aos diferentes grupos e sujeitos que atuam e vivenciam os vários territórios presentes no espaço geográfico e que, apesar de não serem

hegemônicos, desenvolvem distintas territorialidades sobre esse espaço. A definição de territorialidade apontada por Saquet (2010, p. 129) denota essa perspectiva:

A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola, etc., resultado e determinante do processo de produção de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos e relações.

Nesse sentido, as escalas de análise relacionadas ao território também se ampliam: indo desde a escala global, na qual é possível a análise dos processos e fenômenos mundiais; passando pela regional; até a local, na qual se podem vislumbrar, por exemplo, aspectos do processo de territorialização cotidiana de grupos juvenis.

Outra faceta importante a ser destacada, relacionada ao território, é o aspecto das múltiplas territorializações e territorialidades que os diferentes sujeitos e atores podem desempenhar, vivenciar e efetivar no espaço. Isso se dá pelo fato de os sujeitos e atores poderem pertencer a distintas redes de atuação, o que ocorre, sobretudo, pela ampliação dos aspectos constituintes do processo de territorialização. Agora não apenas o viés político e físico (ou natural), mas também o econômico, o social, o cultural etc. são importantes para a compreensão e a análise do território como um todo. Por sua vez, tal perspectiva denota outras faces atuais do território, incorporadas à concepção geográfica na atualidade: sua imaterialidade, sua fluidez e sua descontinuidade (territórios em rede).

No entanto, isso não significa que ele não seja portador de uma dimensão material. Mas, em relação a esse aspecto, concorda-se com a abordagem integradora de Haesbaert (2004, p. 74), que considera que o território “carregaria sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural em sentido estrito, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômico-política.”.

Apesar de todos esses elementos apresentados anteriormente tornarem mais complexa a noção de território, eles propiciam também uma ampliação da própria visão geográfica sobre os fenômenos espaciais ligados aos processos de

territorialização e contribuem, sem dúvida, para que a Geografia amplie seu campo de atuação e análise sobre determinados fatos e fenômenos espaciais ligados às juventudes que, até então, eram discutidos por outras ciências afins, como a Antropologia, a Educação, a Sociologia etc. Dentre esses fatos e fenômenos espaciais, têm grande relevância para esta pesquisa, como apontado anteriormente, as espacialidades produzidas pelos jovens (migrantes ou não) ao realizarem suas práticas espaciais cotidianas no espaço urbano de uma cidade.

Sobre a prática sócio-espacial, ressalte-se sua importância em relação à produção da cidade e do espaço urbano. Para Carlos (2004, 2011), é por meio da análise do conteúdo da prática sócio-espacial que se pode compreender o próprio movimento de produção/apropriação/reprodução da cidade. Ainda, conforme a referida autora, a análise espacial da produção da cidade revela tanto a vida na cidade quanto

[...] a indissociabilidade entre o espaço e a sociedade, na medida em que as relações sociais se materializam num território real e concreto, o que significa dizer que, ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço, enquanto prática sócio-espacial. (CARLOS, 2004, p. 19).

Lefebvre (1981), ao discutir a produção do espaço, também aponta a importância da prática espacial para o entendimento desse espaço e salienta que ela se constitui em um processo de reprodução das relações sociais, o qual envolve uma relação espaço-tempo. Refere Lefebvre (1981):

A prática espacial de uma sociedade secreta seu espaço, ela o põe e o supõe, numa interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando. [...] Ela associa estreitamente, no espaço percebido, a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os percursos e redes ligando os lugares do trabalho, da vida “privada”, dos lazeres).

Sendo assim, a análise da prática sócio-espacial cotidiana – entendida como movimento de produção/apropriação/reprodução da cidade que ocorre mediante a materialização das relações sociais envoltas numa relação espaço-tempo – permite identificar e conhecer os vários sujeitos que produzem a cidade e o espaço urbano. Dentre esses vários sujeitos, o jovem aparece como um dos

produtores do espaço urbano e da cidade. Ao desenvolver suas práticas cotidianas, carregadas de símbolos, desejos e frustrações, ele cria territórios por meio de estratégias territoriais distintas permeadas de relações sociais, as quais representam interesses e apropriações diferenciadas em relação ao espaço.

O jovem, na condição de sujeito social, ao participar ativamente da produção do espaço urbano, está envolvido nesse processo, tendo a possibilidade de contribuir com sua transformação por meio de suas ações cotidianas (coletivas ou individuais). Acerca dessa relação entre o jovem e seu poder de mudar o espaço no qual está inserido, Martins (2007, p. 206) destaca que “os jovens são sujeitos constituídos e constituintes da realidade histórica e social a que estão inseridos, capazes, portanto, de compreender a realidade em que vivem e de contribuir para a sua transformação, ou seja, são sujeitos sociais”.

Ao desenvolverem suas práticas socioespaciais, e delimitarem seus territórios, esses jovens realizam territorialidades que estão vinculadas diretamente à classe social a que pertencem (MARTINS, 2007). Assim, os jovens das classes sociais mais abastadas, por exemplo, possuem melhores condições de usufruir de uma gama maior de espaços da cidade do que os jovens das classes populares. Suas redes de sociabilidade, construídas cotidianamente por meio de relações entre seus pares, têm a possibilidade de extrapolar o território de seu bairro e, até mesmo, de sua cidade ou país.

Esse fato intensifica os processos de segregação e fragmentação, uma vez que essa possibilidade de ocupação e apropriação desigual dos espaços torna os territórios mais ou menos permeáveis, dependendo da classe social a que o jovem pertence, propiciando uma identificação (de pertencimento) distinta entre os jovens com relação à cidade e aos seus lugares.

Desse modo, a maioria dos jovens das classes populares usufrui muito pouco dos territórios juvenis da cidade existentes fora de seu bairro. Esse fato está estreitamente ligado a sua condição social e econômica que os impede de vivenciar sua juventude de forma plena, pois há limites que lhes são impostos: de acessibilidade, de mobilidade, de tempo, de recursos financeiros etc. Suas estratégias de dominação e apropriação acabam por se restringir aos seus espaços mais imediatos como, por exemplo, ao bairro no qual residem (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2008; CORREA, 2008; CAVALCANTI, 2011, 2012).

No entanto, os jovens (de classes sociais variadas), submetidos aos processos de globalização cultural e ao acesso às tecnologias de informação e dos meios de comunicação, podem usar de estratégias (virtuais e territoriais) para romper barreiras sociais que limitam ou impedem seu acesso aos diferentes locais da cidade. Eles acabam por exercer territorialidades que lhes possibilitam ampliar suas redes de sociabilidade por meio das redes virtuais (tais como o Facebook, Twitter, Instagram etc.), por exemplo, ou por práticas de resistências, como em ocasião de ocupação de áreas por grupos de outros lugares. Dessa forma, eles criam pertencimento e identificação com certos grupos culturais que, por sua vez, podem dar-lhes condições de transitar por outros territórios que não os de sua classe social de origem.

Vale destacar que há uma estreita relação entre as práticas cotidianas, as territorialidades e a formação de territórios juvenis nas cidades. Para os jovens de hoje é possível desempenhar vários papéis sociais ao mesmo tempo: de estudante, de trabalhador, de migrante, de grafiteiros, dentre outros. Esse fato permite-lhes também ampliar e multiplicar seus espaços de vivência da juventude, de suas práticas cotidianas e da constituição de redes de sociabilidade, e possibilitando que eles exerçam múltiplas territorialidades e circulem por diferentes territórios da cidade. Sobre a pertinência e relação entre território e territorialidades, Saquet (2009b, p.185) destaca:

[...] o território e as territorialidades são entendidas como resultado e condição do movimento, envolvendo a materialização espacial da sociedade e a dinâmica da natureza exterior ao homem. Território e territorialidades condicionam-se: a construção do território é estabelecida pelas territorialidades que são, ao mesmo tempo, influenciadas pelo território onde há unidade e diversidade determinadas em cada relação tempo-espço. Conjugam-se materialidade e imaterialidade de formas e relações sociais, identidade e movimento, mudanças e permanências, controle e desregulação no tempo e no espaço. O território significa materialidade e imaterialidade ao mesmo tempo, não é formado apenas por formas nem apenas por relações sociais: as próprias relações são materiais e imateriais, mudam e permanecem na vida cotidiana.

Assim, as territorialidades exercidas pelos jovens são diversificadas, pois suas práticas espaciais são reguladas tanto por aspectos subjetivos quanto objetivos. Segundo Trindade Júnior (2001), as territorialidades diversas são

responsáveis por demarcar e garantir interesses de um ou vários agentes no processo de reprodução das ações sociais e do próprio espaço urbano. Para o referido autor, “mais do que simples apropriações, as territorialidades urbanas nos permitem compreender também a dimensão do urbano como meio e condição da relação dialética entre os elementos da *ação* e aqueles da *estrutura*” (TRINDADE JÚNIOR, 2001, p. 155, grifo do autor).

A definição que Moura et al. (1994, p. 113-120) fazem acerca das territorialidades é bastante pertinente. Os referidos autores destacam os conceitos de territorialidades subjetivas – que são as demarcações de interesses que se colocam entre os agentes e o espaço concreto –, cuja atuação é definida por limites subjetivos, não necessitando de demarcação formal. Elas surgem com base em identidades que expressam recortes territoriais por meio de suas relações sócio-espaciais e de territorialidades formais – que também são produtos de redes ou coligações de interesses diversos –, a fim de delimitar práticas espaciais institucionalizadas e muitas vezes hegemônicas.

Assim, os jovens, por meio dessas territorialidades diversas, construídas intencionalmente ou reguladas pelas instituições, tornam-se produtores do espaço urbano. Ao circularem pelos espaços das ruas, de praças, bares, clubes, escolas, igrejas, *shoppings* etc., eles realizam suas práticas espaciais, tecem redes de sociabilidade, demarcam territórios. Sobre as territorialidades juvenis e sua mobilidade pelos espaços e lugares da cidade, Cavalcanti (2012, p.119) afirma:

É nessa teia que os jovens constituem suas múltiplas identidades (HALL, 1997). Num movimento dialético com a cidade, transformam-na e transformam-se constantemente, produzem espacialidades ao se produzirem, produzem e consomem culturas, produzem e consomem a cidade, constroem suas identidades e sua subjetividade com as condições dadas pela espacialidade urbana constituída e dominante, transformando-a em determinadas condições objetivas [...].

Diante do exposto, esta pesquisa buscou investigar quais seriam de fato os processos de territorialização e as territorialidades de um jovem que, na maioria das vezes, além de ser estudante e trabalhador, também é migrante. Como esses jovens, por exemplo, constroem suas novas redes de sociabilidade na metrópole de Goiânia? Quais representações eles possuem acerca da cidade onde vivem ou na

qual constroem espacialidades? Quais são suas estratégias de apropriação e dominação sobre pessoas, espaços e fenômenos no território no qual está inserido, ou seja, suas territorialidades?

Na tentativa de responder a alguns desses questionamentos, serão apresentados no próximo capítulo os resultados da coleta de dados levantados, com base na aplicação dos instrumentos destinados a esse fim: os formulários de questionário e entrevista aplicados aos jovens sujeitos desta pesquisa.

CAPÍTULO 3

3 OS SUJEITOS JOVENS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA, SUAS PRÁTICAS ESPACIAIS E REDES DE SOCIABILIDADE NA METRÓPOLE

No presente capítulo, serão apresentados os dados obtidos mediante a aplicação dos instrumentos utilizados para esta coleta: o questionário, aplicado a todos os estudantes jovens (migrantes e não migrantes); e a entrevista, aplicada especificamente aos jovens migrantes. Os modelos de formulário de ambos os instrumentos encontram-se em apêndice e os aspectos metodológicos referentes a esta pesquisa foram apresentados previamente na introdução.

São explicitadas aqui as análises e considerações acerca dos dados coletados, a partir dos quais se caracterizaram (socioeconomicamente) o perfil dos jovens pesquisados (migrantes e não migrantes), suas naturalidades, suas práticas espaciais, suas mobilidades pela metrópole goiana e suas principais redes de sociabilidades.

Cabe destacar que o objetivo maior foi desvendar a condição juvenil e os mecanismos de (re)territorialização daqueles que são os sujeitos de interesse direto deste estudo, isto é, os jovens migrantes, procurando ainda demonstrar aspectos relacionados a seus grupos de relacionamento e suas impressões acerca de Goiânia.

3.1 Quem são os jovens migrantes e não migrantes das escolas públicas estaduais da metrópole?

Neste item, são apresentados e analisados os dados obtidos por meio da aplicação do formulário de questionário a 574 jovens estudantes matriculados no 3º ano do Ensino Médio da Rede Pública Estadual de Goiânia.

Embora os aspectos metodológicos da pesquisa, conforme ressaltado anteriormente, já tenham sido apresentados na introdução, vale lembrar que para a aplicação do formulário de questionário foram escolhidas nove escolas públicas estaduais de Ensino Médio de Goiânia, a saber: o Instituto Goiano de Educação (IEG); o Colégio Estadual Carlos Alberto de Deus; o Colégio Estadual Amália H. Teixeira; o Colégio Estadual Prof. Joaquim Carvalho; o Colégio Estadual Pedro Xavier Teixeira; o Colégio Estadual Jardim das Aroeiras; o Colégio Estadual Vandy de Castro; o Colégio Estadual Antônio O. da Silva e o Colégio Estadual Solon Amaral. A localização das escolas pode ser vista no Mapa 8, que apresenta ainda as regiões administrativas de Goiânia.

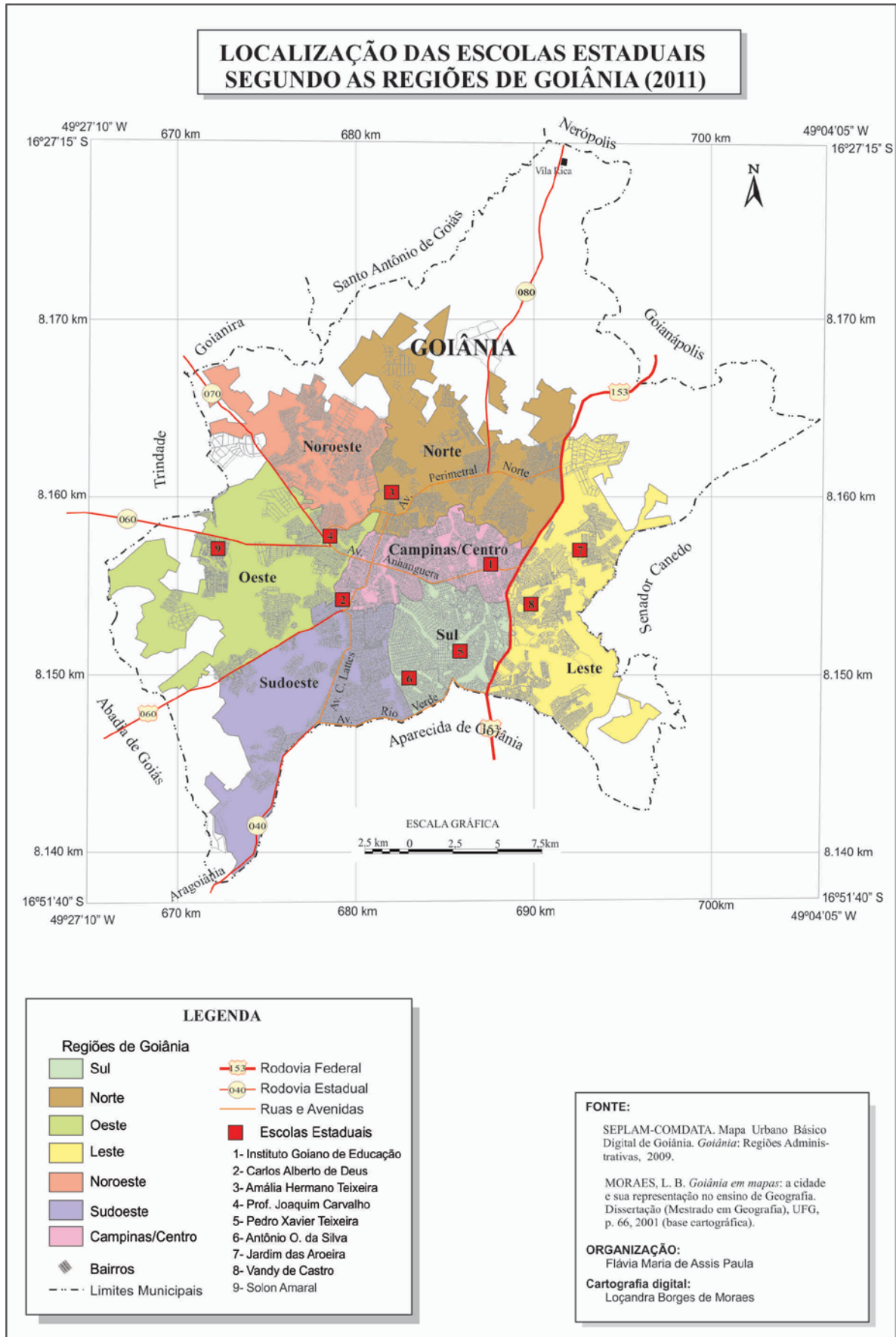
É preciso salientar que os dados que se seguem foram base para traçar e caracterizar o perfil (socioeconômico) dos jovens pesquisados, bem como distinguir os jovens migrantes dos não migrantes. Também para coletar evidências sobre a mobilidade e espacialidade deles na metrópole, bem como identificar suas redes de sociabilidade. O objetivo é analisar suas principais territorialidades, assim como entender seus processos de territorialização e impressões acerca de Goiânia.

O questionário foi dividido em duas partes. Na primeira delas procurou-se, por meio de questões de múltipla escolha, caracterizar o perfil socioeconômico dos jovens pesquisados. Já a segunda parte visou, através de questões abertas, levantar aspectos ligados à residência, à mobilidade e à sociabilidade dos referidos jovens.

Cabe evidenciar que, embora a concepção da juventude como uma categoria e produção social seja a base teórica para esta pesquisa, para fins de coleta de dados, delimitaram-se como jovens os estudantes com faixa etária entre 15 e 24 anos¹⁸, regularmente matriculados no 3º ano do Ensino Médio nas escolas públicas estaduais localizadas em Goiânia no ano de 2011.

¹⁸ A escolha desse recorte cronológico está pautada tanto na proposta metodológica da Linha de Pesquisa sobre Juventude de Cavalcanti (2012) quanto no critério utilizado pelo IBGE para caracterizar os jovens. Todavia, este recorte cronológico é apenas um recurso utilizado para fins de coleta de dados e que a autora entende que a vivência da juventude não está limitada diretamente à faixa etária aqui indicada.

MAPA 8. LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS SEGUNDO AS REGIÕES DE GOIÂNIA - 2012.



A Tabela 9, a seguir, indica o número de entrevistados em cada idade, bem como o percentual de cada uma em relação ao total de entrevistados (574).

TABELA 9. IDADE, NÚMERO E PERCENTUAL DOS JOVENS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA-- 2011

IDADE	NÚMERO DE JOVENS	%
15	0	0
16	57	9,9
17	257	44,8
18	146	25,4
19	63	11
20	23	4
21	5	0,9
22	9	1,55
23	6	0,9
24	9	1,55
TOTAL	574	100

Fonte: Tabulação de Dados do Questionário- 2011.

Pela tabela anterior, nota-se que o maior percentual de entrevistados encontra-se nas idades de 17 e 18 anos, pois as duas juntas correspondem a 70,2% dos jovens pesquisados.

Em relação ao sexo, do total (574) de jovens entrevistados, 61% eram do sexo feminino e 39% do sexo masculino. Desse total, 332 (58%) estudavam no turno matutino e 242 (42%) no turno noturno. A maioria deles, 97,7%, declarou ter estado civil de solteiro.

Quanto à religião, 45,12% declararam-se evangélicos, 37,28% católicos, 2,98% informaram ser espíritas, 4% professam outras religiões e 1,06% não respondeu a essa questão. Cabe ressaltar que 9,58% dos jovens pesquisados declararam não possuir religião.

Quando indagados sobre cor/raça, a maioria dos jovens pesquisados (48,61%) declarou-se parda, outros 28,05% consideraram-se brancos, 12,37% se

dizem negros, outros 8,54% dos jovens se reconhecem amarelos, 1,93% declarou-se indígena e apenas 0,5% não quis responder a essa indagação.

Em relação à questão de o jovem ser ou não trabalhador, dos 574 jovens pesquisados que responderam ao questionário, 283 (49,3%) declararam trabalhar, outros 275 (47,91%) afirmaram não trabalhar e 16 jovens não deram essa informação. Sobre os jovens trabalhadores (283), constatou-se que: 104 deles trabalham no comércio, o que corresponde a 36,75% do número de jovens trabalhadores; 98 jovens estão empregados no setor de serviços, ou seja, cerca de 30% do total; 29 trabalham no setor industrial (10,25%); e outros 52 (18,37%) declaram desempenhar atividades diversas. Portanto, esse dado confirma a importância de Goiânia como uma metrópole do setor terciário, o que se estende também para alguns dos municípios de RMG, conforme ficou evidenciado no Capítulo 1 deste estudo.

Em relação à renda mensal recebida apenas pelos jovens que são trabalhadores ou por aqueles que não trabalhavam, mas que declararam possuir renda, o que corresponde a um total de 297 pesquisados, constatou-se que: a maioria, 70,03%, recebe até um salário mínimo (SM); 24,93% ganham de um a dois salários mínimos; 4,04% têm rendimento mensal de dois a três salários mínimos; e apenas 1% recebe entre três e cinco salários mínimos. Esses dados podem ser observados na Tabela 10.

**TABELA 10. RENDIMENTO MENSAL DO JOVEM
DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA E DE SUA FAMÍLIA - 2011**

RENDA MENSAL (EM SM)*	JOVEM (%)	FAMÍLIA (%)
ATÉ 1	70,03	8,18
ENTRE 1 E 2	24,93	37,46
ENTRE 2 E 3	4,04	26,18
ENTRE 3 E 5	1	16,36
ACIMA DE 5	0	11,82
TOTAL	100	100

Fonte: Tabulação de Dados do Questionário- 2011.

* O valor do salário mínimo à época da aplicação do questionário era de R\$ 545,00.

Essa informação acaba por denotar a baixa remuneração recebida por esses trabalhadores que, muitas vezes, são tidos e vistos como mão de obra temporária, inexperiente e sem ou com pouca qualificação. Para Dayrell (2007, p.1108), as transformações ocorridas no mundo do trabalho no Brasil

[...] vêm alterando as formas de inserção dos jovens no mercado, com uma expansão das taxas de desemprego aberto, com o desassalariamento e a geração de postos de trabalho precários, que atingem, principalmente, os jovens das camadas populares, delimitando o universo de suas experiências e seu campo de possibilidades.

Já os resultados da renda familiar mensal, ainda conforme a Tabela 10, confirmam a premissa apontada anteriormente, uma vez que, dos 550 jovens que responderam a essa indagação (os outros 24 não deram resposta a essa pergunta), 8,18% recebem até um salário mínimo, 37,46% possuem renda mensal de um a dois salários mínimos, 26,18% têm renda de entre dois e três salários mínimos, 16,36% recebem de três a cinco salários mínimos, outros 11,82% possuem renda mensal acima de cinco salários mínimos. O último percentual indica que os jovens dessas famílias têm maior poder aquisitivo.

Contudo, se forem somados os percentuais relativos apenas às faixas de renda familiar mensal de até um salário mínimo, de um a dois salários mínimos e de dois a três salários mínimos, será constatado que as três faixas respondem sozinhas por mais de 70% do ganho familiar mensal dos jovens investigados: 72,82%. Esse aspecto, relacionado aos dados sobre a renda mensal daqueles jovens que possuem remuneração, revela algo mais acerca deles: pertencem às classes populares. Assim, pergunta-se: em que medida esse fato dificultará sua mobilidade e a espacialização de suas redes de sociabilidades pela RMG?

Quanto ao local ou região de nascimento dos jovens entrevistados, aspecto relevante para este estudo, 60,98% deles nasceram em Goiânia e outros 36,93% são naturais de outras localidades: de outros estados (21,78%), do interior do estado de Goiás (13,24%) e dos municípios da RMG (1,74%). Outros 2,26% não informaram sua naturalidade. Vale ressaltar que, entre os outros estados, os que mais se destacam são, respectivamente: MA, TO, PA, BA, MG, SP, MT e DF. Essas informações podem ser visualizadas na Tabela 11.

**TABELA 11. LOCAL DE NASCIMENTO DOS JOVENS
DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA – 2011**

LOCAL DE NASCIMENTO	Nº.	%
RMG	10	1,74
NÃO INFORMADO	13	2,26
INTERIOR DE GO	76	13,24
OUTROS ESTADOS	125	21,78
GOIÂNIA	350	60,98
TOTAL	574	100

Fonte: Tabulação de Dados do Questionário – 2011.

É interessante destacar ainda que, em muitos casos, apesar de o jovem pesquisado não ser migrante, os seus pais o são, ou pelo menos um deles. Esses dados são indicados na Tabela 12 a seguir.

**TABELA 12. LOCAL DE NASCIMENTO DOS PAIS DOS JOVENS
DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA – 2011**

LOCAL DE ORIGEM	PAI	%	MÃE	%
NORTE	31	5,40	39	6,79
NORDESTE	82	14,29	98	17,07
SUL	11	1,92	06	1,05
SUDESTE	56	9,76	48	8,36
CENTRO-OESTE (*)	14	2,44	15	2,61
GOIÁS	148	25,78	165	28,75
GOIÂNIA	159	27,70	166	28,92
NÃO INFORMADO	73	12,71	37	6,45
TOTAL	574	100	574	100

Fonte: Tabulação de Dados do Questionário – 2011.

(*) Exceto o Estado de Goiás.

Uma análise da tabela anterior possibilita notar que, ao se excluir os percentuais de pais naturais de Goiânia e daqueles que não têm sua naturalidade

informada, nota-se que 59,59% deles são oriundos do interior de Goiás e de outros estados. A mesma premissa é válida para o local de nascimento das mães dos jovens entrevistados, pois se percebe que 64,63% de mães também são migrantes. Além da importante contribuição dada pelo interior de Goiás, as regiões que mais contribuíram com pais e mães migrantes foram: Nordeste, Sudeste e Norte, respectivamente.

Os dois últimos aspectos analisados acabam por confirmar, conforme apontado no Capítulo 1, três fatos importantes:

1. A contribuição dada por alguns estados das regiões Nordeste, Norte e Sudeste para o aumento da população de Goiânia, da RMG e de Goiás, a saber: MA, TO, PA, BA, MG e SP;
2. A relevância do processo de migração para a dinâmica populacional de Goiás, principalmente para seu crescimento populacional; e
3. A confirmação da informação dada pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás de que o número de alunos migrantes matriculados no Ensino Médio corresponde a mais de 35% do total.

Conforme ressaltado anteriormente, na segunda parte do questionário, foram levantados aspectos ligados à residência dos entrevistados, bem como de seus principais grupos de relacionamento e sociabilidade, além de parte de sua mobilidade por Goiânia e RMG.

Em relação às residências, conforme pode ser observado na Tabela 13 a seguir, constatou-se que a maior parte dos jovens entrevistados mora em casas (78,22%), sendo que as demais opções ("apartamento", "barracão",¹⁹ "quitinete" e "outros") somam juntas 21,78%. Quanto ao tipo de propriedade da residência, do número total de entrevistados – ou seja, 574 –, 282 eram "próprias quitadas" (49,13%), 179 "alugadas" (31,19%), 59 foram "cedidas" (10,28%), e 48 "próprias não

¹⁹ É chamado de barracão em Goiás uma construção em alvenaria com poucos cômodos. Na maioria das vezes, possui forma retangular e sua área construída é pequena e sem maiores preocupações com a arquitetura ou com a estética.

quitadas" (8,36%). Apenas seis jovens, ou 1,04%, não responderam a essa pergunta.

TABELA 13. CARACTERIZAÇÃO DA RESIDÊNCIA DOS JOVENS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA – 2011

TIPO	Nº	%	PROPRIEDADE	Nº	%
OUTROS	7	1,22	NÃO INFORMADO	6	1,04
QUITINETE	10	1,75	PRÓPRIA NÃO QUITADA	48	8,36
APARTAMENTO	41	7,14	ALUGADA	179	31,19
BARRACÃO	61	11,67	CEDIDA	59	10,82
CASA	449	78,22	PRÓPRIA QUITADA	282	49,13
TOTAL	574	100	TOTAL	574	100

Fonte: Tabulação de Dados do Questionário – 2011.

Ainda sobre a questão da moradia, pela análise dos dados contidos na Tabela 14, percebeu-se que 66,20% moram com seus pais, 14,46% com sua família, e 10,10% com parentes. Apenas 9,24% relataram morar com o cônjuge/companheiro, sozinho, com amigos e outros. Esse fato deixa evidenciar a grande importância (e dependência) dos laços familiares para o jovem no que se refere à moradia, mesmo porque, ao se contabilizar os três itens que se referem a ela (pais, família e parentes), observa-se que 90,81% dos jovens moram com quem possuem laços familiares. Esse aspecto aqui constatado foi confirmado em pesquisa nacional e apontado por Abramo (2005). Essa autora destaca ainda que tal instituição social, apesar de todas as transformações sociais por que tem passado, é responsável direta pela socialização do jovem e é aquela em que eles mais confiam.

TABELA 14. COM QUEM MORAM OS JOVENS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA – 2011

COM QUEM MORA	Nº	%
SOZINHO	7	1,22

COM QUEM MORA	N^o	%
OUTROS	11	1,92
AMIGOS	16	2,79
CÔNJUGE/COMPANHEIRO	19	3,31
PARENTES	58	10,10
FAMÍLIA	83	14,46
PAIS	380	66,2
TOTAL	574	100

Fonte: Tabulação de Dados do Questionário – 2011.

Por meio da observação e análise dos dados, os quais podem ser visualizados na Tabela 15 e que dizem respeito à mobilidade dos jovens entrevistados na condição de estudantes e trabalhadores, pode-se perceber que os jovens, ao se deslocarem para a escola, o fazem da seguinte forma: a pé (44,43%); de ônibus (30,49%); de carro (12,02%); de moto (7,49%); também de bicicleta (4,53%); ou de outras formas (1,04%). O alto percentual de jovens que vai a pé para a escola pode ser uma evidência de que a escola provavelmente localiza-se no mesmo bairro em que eles residem. Contudo, o número de alunos que faz uso do transporte coletivo, 30,49%, para chegar à escola é indicativo de que há um bom número de jovens que reside longe da escola.

Entre os jovens que trabalham (299) e precisam se deslocar para o local de trabalho, um grande percentual faz uso do ônibus, 45,15%. Já 24,41% dos jovens vão a pé, 12,04% dos entrevistados se locomovem de moto, outros 9,70% utilizam carro para isso, 5,02% deslocam-se de bicicleta, e 3,68% possuem outras formas para ir à escola. Outra vez o grande percentual dos que fazem uso do ônibus (45,15%) denota que uma parte considerável dos locais de trabalhos dos jovens está distante de suas residências. Essas informações também podem se observadas na Tabela 15.

TABELA 15. MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PELOS DOS JOVENS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA – 2011

MEIO DE TRANSPORTE	PARA IR À ESCOLA	%	PARA IR AO TRABALHO	%
OUTROS	6	1,04	11	3,68
BICICLETA	26	4,53	15	5,02
MOTO	43	7,49	36	12,04
CARRO	69	12,02	29	9,70
ÔNIBUS	175	30,49	135	45,15
A PÉ	255	44,43	73	24,41
TOTAL	574	100	299	100

Fonte: Tabulação de Dados do Questionário – 2011.

O trabalho e o estudo são as questões que mais se destacam nas perspectivas futuras dos jovens entrevistados. As respostas e percentuais podem ser conferidas na Tabela 16. Quando indagados em relação ao futuro, 220 (38,33%) pretendem cursar uma universidade, 113 (19,69%) querem fazer um curso universitário para conseguir um emprego melhor; 68 (11,85%) pretendem continuar estudando para se qualificar melhor para a universidade, outros 68 (11,85%) vão trabalhar e estudar para se preparar melhor e poder pagar uma universidade particular; 38 (6,62%) irão apenas trabalhar; 27 (4,70%) jovens desejam fazer outras coisas e outros 40 (6,96%) não informaram o que pretendem fazer. Dessa forma, a escola e o trabalho fazem parte da vida, pelo menos como perspectiva ou desejo, dos jovens pobres e possuem uma relação complementar e uma lógica própria em sua condição juvenil, não se opondo uma a outra (DAYRELL; NOGUEIRA; MIRANDA, 2011).

TABELA 16. PERSPECTIVA DOS JOVENS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA EM RELAÇÃO AO QUE FAZER NO FUTURO – 2011

PERSPECTIVAS	Nº	%
OUTROS	27	4,70
TRABALHAR	38	6,62
NÃO INFORMADO	40	6,96

PERSPECTIVAS	Nº	%
ESTUDAR PARA SE QUALIFICAR PARA A UNIVERSIDADE	68	11,85
TRABALHAR E ESTUDAR PARA INGRESSAR E PAGAR A UNIVERSIDADE	68	11,85
CURSO UNIVERSITÁRIO E EMPREGO MELHOR	113	19,69
CURSAR UNIVERSIDADE	220	38,33
TOTAL	574	100

Fonte: Tabulação de Dados do Questionário – 2011.

Esses dados reforçam a centralidade do trabalho e do estudo na vida do jovem, em sua produção como sujeito social, no seu relacionamento com seus pares, e também no que diz respeito à sua capacidade de se mover pelos espaços da cidade e dela usufruir. Sobre isso, Dayrell (2007, p. 1109, grifo do autor) destaca:

Para os jovens, a escola e o trabalho são projetos que se superpõem ou poderão sofrer ênfases diversas, de acordo com o momento do ciclo de vida e as condições sociais que lhes permitam viver a condição juvenil. Nesse sentido, o mundo do trabalho aparece como uma mediação efetiva e simbólica na experimentação da condição juvenil, podendo-se afirmar que “o trabalho também faz a juventude”.

Pode-se afirmar que é a partir do afastamento da casa que o jovem amplia suas redes de sociabilidade e seu entendimento do mundo que o cerca, podendo nele interferir. Por isso mesmo, torna-se importante discorrer sobre os locais frequentados pelos jovens entrevistados em seus bairros residenciais, e sobre os principais grupos de relacionamento por eles apontados, além das atividades realizadas por eles nesses grupos.

Ao serem indagados sobre os locais de lazer que costumam frequentar em seu bairro, das 591 respostas obtidas, 254 (42,98%) disseram não frequentar nenhum local de lazer em seu bairro, 109 (18,44%) destacaram as praças como lugar preferido para estar com os amigos, 71 (12,01%) disseram frequentar locais diversos, 35 (5,92%) responderam frequentar os parques, 24 (4,06%) apontaram as feiras (noturnas), outros 23 (3,89%) indicaram como locais de lazer os bares, 13 (2,20%) escolheram os shoppings, 9 (1,52%) pessoas indicaram os clubes, e outras

05 (0,86%) a igreja como locais que costumam frequentar no bairro. Outros 48 jovens (8,12%) não quiseram informar os locais frequentados no bairro. A Tabela 17 apresenta os dados relativos a esse aspecto da sociabilidade dos jovens entrevistados em seus respectivos bairros de residência.

TABELA 17. LOCAIS DE LAZER FREQUENTADOS PELOS JOVENS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA EM SEU BAIRRO RESIDENCIAL – 2011

LOCAL	Nº.	%
IGREJA	05	0,86
CLUBES	09	1,52
<i>SHOPPINGS</i>	13	2,20
BARES	23	3,89
FEIRAS	24	4,06
PARQUES	35	5,92
NÃO INFORMADO	48	8,12
DIVERSOS	71	12,01
PRAÇAS	109	18,44
NENHUM	254	42,98
TOTAL	591	100

Fonte: Tabulação de Dados do Questionário – 2011.

Fica evidente, pela grande quantidade de jovens que responderam não frequentar nenhum lugar de seu bairro, que não há atrativos suficientes nos locais de residência desses jovens, os quais em sua maioria estão na periferia social da cidade, ao passo que os grandes e melhores equipamentos públicos de Goiânia e da RMG encontram-se nos lugares mais centrais da metrópole e também nos bairros residenciais das camadas mais abastadas, fato demonstrado no Capítulo 1 deste estudo.

Assim, a segregação e a fragmentação no espaço metropolitano ampliam-se, distanciando e, até mesmo, isolando esses jovens de camadas sociais populares de outros jovens que são de camadas sociais de maior renda. Os espaços públicos, ao se localizarem preferencialmente nos locais de residência das elites, acabam por se tornar privados, pois a acessibilidade e a mobilidade até esses locais por parte

das classes de menor poder aquisitivo são dificultadas pelo menos por dois aspectos: a distância de tais locais em relação ao local de residência dos jovens pobres e pela falta de tempo e recurso financeiro para usufruir de tais locais públicos de lazer. Conseqüentemente, a cidade torna-se dividida e fragmentada, e o jovem torna-se mais ou menos cidadão, parafraseando Milton Santos (1987), em função do lugar que ocupa na metrópole.

Na Tabela 18, a seguir, estão disponibilizados os valores acerca dos grupos com os quais os jovens possuem maior empatia e nos quais se concentram suas redes de sociabilidade e relacionamento. Destacam-se:

- a) a igreja em primeiro lugar, com 33,45%;
- b) o trabalho aparece em segundo, com 17,95%;
- c) os amigos surgem em terceiro, com 15,50%; e
- d) a escola em quarto lugar, com 10,98% das respostas;
- e) outros grupos, com 13,41%, aparecem em quinto lugar, dentre os quais se destacam as torcidas de futebol e os clubes de música;
- f) 2,09% dos jovens disseram não pertencer a nenhum grupo; e
- g) 6,62% não deram informação relativa a esse item.

TABELA 18. GRUPOS DE RELACIONAMENTO DE MAIOR IMPORTÂNCIA PARA OS JOVENS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA – 2011

GRUPOS	Nº.	%
NENHUM	12	2,09
NÃO INFORMADO	38	6,62
ESCOLA	63	10,98
OUTROS	77	13,41
AMIGOS	89	15,50
TRABALHO	103	17,95
IGREJA	192	33,45
TOTAL	574	100

Fonte: Tabulação de Dados do Questionário – 2011.

Os altos percentuais alcançados pela igreja, pelo trabalho, pelos amigos e pela escola se justificam, em parte, pelo grande percentual de evangélicos e católicos entre os jovens pesquisados, e, por outro, também pelo expressivo número deles que são trabalhadores. Além disso, as igrejas evangélicas e católicas promovem em seus templos, ou fora deles, eventos voltados especificamente para os jovens, tais como: festivais de música e louvor, grupos de teatro, estudo bíblico, retiros etc. No entanto, o local de trabalho e a escola se constituem, para muitos dos jovens estudantes e trabalhadores, aqueles lugares onde passam a maior parte de seu tempo, fazendo dos companheiros de trabalho e de escola as principais redes de sociabilidade (DAYRELL, 2007; CATANI; GILIOLI, 2008; DAYRELL; NOGUEIRA; MIRANDA, 2011).

Quanto aos amigos, todos os locais citados (a igreja, a escola e o trabalho) são espaços que propiciam a interação entre os jovens, a formação de redes de sociabilidade, sendo, portanto, espaços que estimulam a possibilidade de se fazer amizades.

Ainda em relação ao grupo de sociabilidade, os jovens foram indagados sobre os lugares que costumam frequentar com o grupo e sobre as atividades praticadas com outros jovens que dele fazem parte. Ao observar a Tabela 19, constata-se que, entre as 933 respostas obtidas, acerca dos locais frequentados com o grupo, aparecem: em primeiro lugar às relativas aos *shopping centers*, com 37,8%; os parques vêm em segundo lugar, com 20,7% das respostas; em terceiro lugar destacam-se os bares, com 13,2% da preferência; e em quarto lugar são apontadas as praças, com 10,0% das respostas. As demais respostas correspondem juntas apenas a 13,5% do total. Vale ressaltar ainda que 2,8% afirmaram não ir a nenhum lugar com o grupo e outros 2,0% dos jovens não responderam a essa pergunta.

TABELA 19. LOCAIS FREQUENTADOS PELOS JOVENS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA COM SEUS GRUPOS DE RELACIONAMENTO - 2011

LOCAL	NO.	%
IGREJA	15	1,6
NÃO INFORMADO	19	2,0
NENHUM	26	2,8

LOCAL	NO.	%
CLUBES	35	3,8
OUTROS	76	8,1
PRAÇAS	93	10,0
BARES	123	13,2
PARQUES	193	20,7
SHOPPINGS	353	37,8
TOTAL	933	100

Fonte: Tabulação de Dados do Questionário – 2011.

Constata-se que o *shopping center*, sendo considerado o templo do consumo, aparece aqui como o lugar preferido para o encontro com os amigos ou para a fruição. O mesmo pode-se dizer dos parques e praças que, somados, correspondem a 32,2% das preferências, locais nos quais o estar-junto, as conversas e brincadeiras são atividades que expressam sua condição de jovens. Ainda em relação aos *shopping centers*, alie-se aos aspectos citados anteriormente a praticidade de se encontrar em um mesmo espaço cinemas, áreas de alimentação e lojas comerciais. Já os bares se constituem para os jovens locais de descontração e diversão, pois o tempo corre lentamente e sem maiores preocupações. Dentro desse contexto, cabe ressaltar a importância que adquire a renda própria para os jovens, como condição de acessibilidade (caso dos cinemas, casas de shows etc.) ou de transporte e alimentação (no caso de praças, parques etc.).

Diferentemente do que ocorre quando indagados sobre quais são os lugares que costumam frequentar no bairro, em que a maioria dos jovens respondeu nenhum lugar (42,98%), é interessante notar que nessa questão relacionada aos locais que os jovens frequentam com o grupo, um elevado percentual (71,7%) de respostas incide sobre os locais preferencialmente distantes de suas casas: os *shoppings*, os bares e os parques. Esse fato leva a duas constatações:

1. A maior parte dos jovens entrevistados, ao se relacionarem com seus grupos, constroi suas redes de sociabilidades, territorializando outros espaços da cidade que não sejam o seu próprio bairro residencial. Ao fazê-lo, esses jovens exercem suas territorialidades

sobre esses lugares, ao mesmo tempo em que conhecem e usufruem melhor dos espaços dessa cidade;

2. Os bairros residenciais desses jovens, por estarem em sua maioria nas periferias sociais e geográficas da metrópole, não possuem grandes equipamentos públicos (e privados) de lazer ou para o consumo para atender à demanda deles em relação a esses aspectos.

Ainda assim, pode-se afirmar que os jovens, ao realizarem suas atividades em locais próximos ou distantes de suas residências, tecem suas redes de sociabilidade por meio de suas territorializações, ainda que os territórios delas resultantes sejam transitórios. É a partir dessa territorialização que os jovens migrantes e não migrantes pesquisados expressam suas territorialidades e modificam a paisagem urbana por meio de suas práticas espaciais e tornam-se produtores desse espaço urbano.

Dentre as atividades praticadas com o grupo, estão entre as preferidas pelos jovens: passear/sair (26,5%); trabalhar (13%); conversar (10,6%); atividades artísticas (8,4%); estudar (7,4%); praticar esportes (6,3%). Todavia, é interessante destacar que um percentual expressivo de jovens (27,9%) afirmou praticar atividades diversas com o grupo, nas quais está incluída grande parte das atividades citadas anteriormente, mas principalmente aquelas que propiciam diversão e lazer. A apresentação dessas informações pode ser vista na Tabela 20.

**TABELA 20. ATIVIDADES PRATICADAS PELOS JOVENS
DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA COM SEUS GRUPOS DE RELACIONAMENTO - 2011**

ATIVIDADES	Nº	%
NENHUM	15	2,6
PRATICAR ESPORTES	37	6,3
ESTUDAR	43	7,4
ATIVIDADES ARTÍSTICAS	49	8,4
NÃO INFORMADO	59	10,1
CONVERSAR	62	10,6
TRABALHAR	76	13,0
PASSEAR/SAIR	155	26,5

ATIVIDADES	Nº	%
DIVERSAS	163	27,9
TOTAL	888	100

Fonte: Tabulação de Dados do Questionário – 2011.

Na verdade, esse aspecto é relevante, por indicar a preferência do jovem pesquisado por atividades desenvolvidas com seus pares, e por aquelas que lhes permitam exercer sua liberdade longe dos adultos e que estejam desvinculadas de maiores responsabilidades. Parece que assim ele é capaz de usufruir, de fato, de sua juventude, de formar suas próprias opiniões sobre o mundo que o cerca, construindo tempos e espaços intersticiais e, ao mesmo tempo, sua própria identidade juvenil (ABRAMO, 2005; DAYRELL; NOGUEIRA; MIRANDA, 2011; MARTINS; CARRANO, 2011).

A análise geral dos dados, resultantes da aplicação dos questionários aos jovens estudantes das nove escolas selecionadas para esse fim, denota que os jovens migrantes e não migrantes de Goiânia e sua Região Metropolitana vivenciam sua condição juvenil. E isso é possível, apesar dos problemas relacionados à sua condição de serem jovens pertencentes às camadas populares: de serem trabalhadores, de não poderem usufruir dos equipamentos de lazer em seus próprios bairros, de terem sua mobilidade muitas vezes restrita aos espaços vizinhos à sua casa, à escola e ao trabalho etc.

Mesmo assim, as redes de sociabilidade desses jovens e as práticas espaciais construídas nos lugares de encontro com o grupo e com seus pares permitem aos jovens pesquisados empreender territorializações que são manifestas na apropriação temporária de certos espaços, tais quais as praças, os parques, os *shoppings*, e até mesmo certos espaços da escola, da igreja ou do trabalho (DAYRELL, 2007; DAYRELL; NOGUEIRA; MIRANDA, 2011). É a partir e por meio dessas práticas e da construção de suas redes de sociabilidade que o jovem pode manifestar suas expressões culturais: modo de falar, estilo musical, modo de se vestir e usar o cabelo, enfim, de ser jovem e expressar sua condição juvenil apesar de sua condição social, econômica, cultural etc.

Mas e as redes de sociabilidade dos jovens migrantes? Algumas questões são pertinentes nessa investigação: esses jovens migrantes possuem práticas espaciais distintas dos demais jovens? Ou eles possuem outras restrições de acesso e mobilidade por Goiânia e pela RMG? Como formam e quais são suas principais redes de sociabilidade? Quais são seus mecanismos de territorialização? Como a cidade de Goiânia é vista por eles? Visando responder a essas e outras perguntas é que serão apresentados, nos próximos itens, os dados dos questionários referentes especificamente aos jovens migrantes e também aqueles coletados a partir das entrevistas aplicadas a uma parte dos jovens migrantes pesquisados.

3.2 Os jovens migrantes: caracterização, práticas espaciais e redes de sociabilidade

Conforme enunciado anteriormente, neste item serão apresentados os dados do questionário que se referem exclusivamente aos jovens migrantes. Para tanto, considerou-se como migrante o jovem cujo local de nascimento não é o mesmo que o de sua residência atual e que tenha vindo morar, com sua família ou mesmo sozinho, em Goiânia ou em um dos municípios da RMG. Ou seja, é tido como jovem migrante aquele nascido em outro município (de Goiás ou de outro estado) que não aquele no qual vive atualmente.

Antes, é preciso salientar que não se pode olvidar a importância dos processos migratórios para a constituição tanto do território quanto da população de um país, estado ou região. Com a diminuição das taxas de natalidade no Brasil nas últimas décadas, essa contribuição torna-se ainda mais evidente, conforme ressaltam Silva e Rodrigues (2009). Assim, pode-se afirmar que, na atualidade, a migração é um dos fatores que mais contribuem para as dinâmicas populacionais do país.

O processo de migração não pode ser concebido como um simples deslocamento. Mais que isso. É preciso considerar os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais nele envolvidos (HAESBAERT, 2004). São vários os fatores que podem levar um indivíduo a migrar: catástrofes naturais; questões econômicas

vinculadas à falta de emprego ou de desenvolvimento em sua região de origem; questões políticas que levam a guerras, conflitos e perseguições; aspectos sociais e culturais variados como busca de melhor escolarização ou de serviços médicos; profissionalização; retorno às origens etc.

As motivações migratórias podem ser tanto de ordem externa (aspectos socioeconômicos) quanto interna (subjetivas) (BECKER, 1997; HAESBAERT, 2004; MATOS, 2011). Por exemplo: um jovem migra não apenas pela necessidade de conseguir um trabalho, mas também pela vontade de vivenciar um espaço urbano diferente do seu, de ampliar seus espaços e horizontes. Tem-se, então, uma busca pela sobrevivência material, mas também pelo desconhecido, pelo novo, por novos desafios, por outro futuro diferente do de seus pais.

No contexto atual da migração interna no Brasil, segundo o IPEA (2010), os jovens têm formado um grupo expressivo. Seja por questões ligadas à busca de melhor qualificação educacional ou de uma oportunidade de emprego, seja pelo desejo de morar em uma cidade grande, eles (os jovens) veem nas metrópoles uma oportunidade de mudança em relação à sua condição social e juvenil.

Para Santos (1999), o migrante pobre em particular tem maiores condições de se reterritorializar, ou seja, de se identificar, construir laços de pertencimento e ligação cotidiana com os lugares e os outros sujeitos etc. do novo espaço urbano no qual se insere. Ainda conforme o referido autor, diante do desconhecido na cidade, ele reelabora suas concepções e assimila melhor as novas informações que lhe são apresentadas por meio de suas práticas cotidianas. Nessa perspectiva, Haesbaert (2004) considera que o migrante busca uma integração (econômica, social e cultural, etc.), além de ser portador de uma multiterritorialidade construída na mobilidade, no seu movimento.

A apresentação e análise dos dados que se seguem procuram apreender aspectos dessa mobilidade e das territorialidades desses jovens migrantes por meio de suas práticas espaciais e redes de sociabilidade.

Conforme ressaltado anteriormente, neste item são apresentados os dados dos questionários que se referem exclusivamente aos jovens migrantes selecionados a partir da triagem dos dados coletados junto aos 574 jovens estudantes pesquisados. No total, foram encontrados 212 jovens migrantes, dentre

os quais 63,21% eram do sexo feminino e 36,79% do sexo masculino. Entre as nove escolas nas quais foi realizada a pesquisa, algumas se destacaram em relação a possuir um alto percentual de jovens mulheres migrantes, a saber: Carlos Alberto de Deus (87,50%), Vandy de Castro (80%), Joaquim de Carvalho (77,78%), Pedro Xavier Teixeira (77,50%) e Antônio O. Silva (68,42%).

Os jovens migrantes pesquisados eram predominantemente solteiros (97,64%) e 55,19% deles estudavam no turno matutino e 44,81% no noturno. Em relação à raça/cor: a maioria (45,28%) declarou-se pertencente à cor parda; 28,31% se disseram da cor/raça branca; 13,21% se identificaram como sendo da cor preta; os demais declararam-se amarelos (9,43%) e indígenas (3,3%); e apenas 0,47% não se identificou.

Quanto à religião, 45,76% dos jovens são evangélicos e 36,79% católicos. Os demais jovens declararam professar outras religiões (7,55%), serem ateus (0,49%), ou sem religião (8,49%). Apenas 0,94% não respondeu a essa questão. Conforme pode ser visualizado na Tabela 21, a maioria dos migrantes tem 17 (46,23%) e 18 anos (22,64%).

TABELA 21. IDADE, NÚMERO E PERCENTUAL DE JOVENS MIGRANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA – 2011

IDADE	NÚMERO DE JOVENS	%
15	0	0
16	24	11,32
17	98	46,23
18	48	22,64
19	23	10,85
20	8	3,77
21	3	1,42
22	4	1,89
23	2	0,94
24	2	0,94
TOTAL	212	100

Fonte: Tabulação de Dados do Questionário – 2011.

Os dados apontaram ainda que 114 dos jovens migrantes pesquisados possuem algum vínculo empregatício, ou seja, 53,77% são jovens trabalhadores. Ao se comparar esse percentual de jovens migrantes trabalhadores com o encontrado para o total de jovens pesquisados (49,3%), constatou-se que o percentual de jovens trabalhadores aumenta, quando esse percentual é considerado em separado do universo total. Destes jovens migrantes e trabalhadores, 34,21% trabalham no comércio, 24,56% estão empregados no setor de serviços, 14,04% encontram-se vinculados à indústria, 21,93% trabalham em outras atividades remuneradas, e 5,26% não informaram em que ramo estão empregados. Ainda em relação a esse aspecto, observou-se que o percentual de jovens migrantes trabalhadores foi maior que a média total nas seguintes instituições educacionais: Solon Amaral (75%); Joaquim de Carvalho (66,67%); Amália H. Teixeira (63,42%); e no IEG (58,93%). Esse aspecto pode ser justificado em parte pelo fato de que em tais escolas o número de turmas nas quais foram aplicados os questionários pertence, em sua maioria, ao turno noturno. Esse é o turno preferencialmente escolhido pelos jovens que são trabalhadores, a fim de conciliar as jornadas de trabalho e estudo.

Contudo, 98 jovens migrantes não trabalham e nem possuem renda própria, o que corresponde a 46,23%. Em relação a esse fato, é interessante ressaltar que em algumas escolas o percentual de jovens que não possuem vínculo empregatício é superior à porcentagem total apresentada. São elas: Carlos Alberto de Deus (82,25%); Antônio O. Silva (73,68%); e Pedro Xavier Teixeira (55%). A questão de gênero parece ter um peso em relação a isto, uma vez que essas escolas apresentaram um elevado percentual de jovens migrantes do sexo feminino. Pode-se deduzir, então, que ainda prevalece uma cobrança social de o jovem do sexo masculino ingressar mais cedo no mercado de trabalho, embora atualmente haja um número cada vez maior de mulheres trabalhadoras.

Observou-se que, de modo geral, os dados referentes aos migrantes denotam que eles possuem uma caracterização socioeconômica similar à que foi apresentada pelo número total de jovens pesquisados (migrantes e não migrantes). Os dados sobre a renda mensal dos jovens migrantes e de sua família também confirmam essa premissa.

Acerca do ganho salarial do jovem migrante que é trabalhador, constatou-se que 67,54% possuem rendimento mensal de até um salário mínimo, 27,19%

ganham entre um e dois salários mínimos, e 4,39% entre dois e três salários mínimos. Nesse sentido, o jovem migrante trabalhador encontra-se em uma situação de precariedade semelhante (em relação ao salário recebido de até 1 S. M.) ao percentual apresentado pelo total geral de jovens para essa faixa de renda, que é de 70,03%. Esse dado reflete o fato de o jovem brasileiro encontrar-se em uma situação de má remuneração, fato já apontado anteriormente por Abramo (2005) e Dayrell (2007), mas também indica que os jovens migrantes parecem ser ainda mais afetados por essa situação.

A renda mensal da família do jovem migrante é um pouco melhor do que a do jovem considerada sozinha, sendo que a maioria possui renda que vai de um a três salários mínimos (65,57%). Ainda assim, é uma remuneração mensal que pode ser considerada baixa. Todavia, há também 16,04% das famílias com renda mensal que varia entre três e cinco salários mínimos, e 13,68% com ganho mensal acima de cinco salários mínimos. Esse rendimento mensal dos jovens migrantes e de suas famílias pode ser observado na Tabela 22.

TABELA 22. RENDIMENTO MENSAL DOS JOVENS MIGRANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA E DE SUA FAMÍLIA – 2011

RENDA MENSAL (EM SM) *	JOVEM	%	FAMÍLIA	%
ATÉ 1	77	67,54	18	8,49
ENTRE 1 E 2	31	27,19	75	35,38
ENTRE 2 E 3	5	4,39	46	21,70
ENTRE 3 E 5	0	0	34	16,04
ACIMA DE 5	0	0	29	13,68
NÃO INFORMADO	1	0,88	10	4,71
TOTAL	114	100	212	100

Fonte: Tabulação de Dados do Questionário – 2011.

* O valor do salário mínimo à época da aplicação do questionário era de R\$ 545,00.

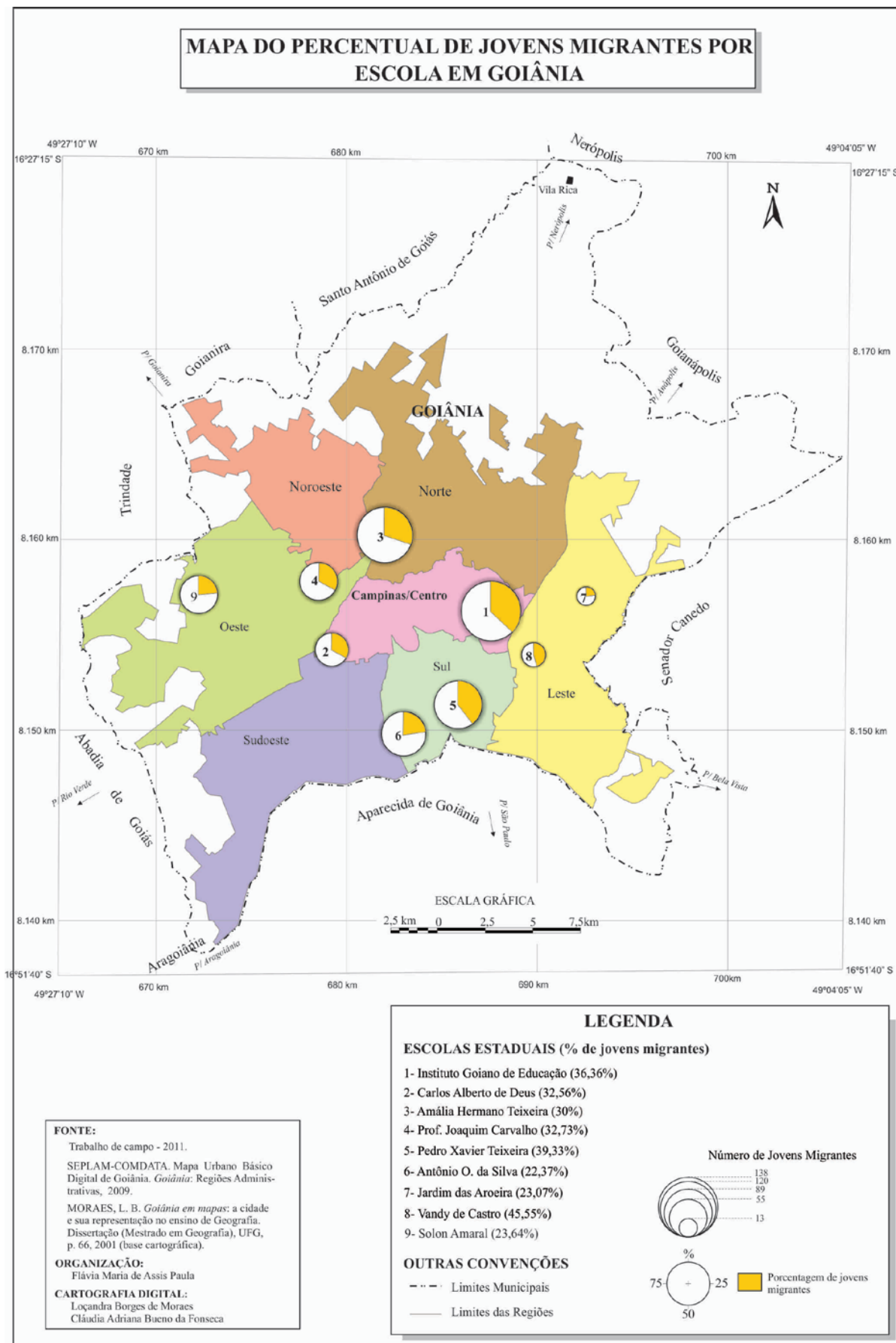
Contata-se, pela Tabela 23, que os jovens migrantes pesquisados nasceram principalmente em outros estados (58,97%) e no interior do estado de

Goiás (35,85%). Além disso, 4,71% deles nasceram em cidades da RMG e 0,47% não informou seu lugar de nascimento. A análise por escola revelou que as que apresentaram um percentual de migrantes jovens acima de 30% foram: Vandy de Castro (45,55%); Pedro Xavier Teixeira (39,33%); Instituto Goiano de Educação - IEG (36,96%); Joaquim de Carvalho (com 32,73%); Carlos Alberto de Deus (32,56%). As demais escolas apresentaram percentuais entre 30% e 22%. O Mapa 9 apresenta o percentual de jovens migrantes por escola. Dentre as nove escolas as que possuem o maior percentual de jovens migrantes advindos de outros estados brasileiros são:

- a. Jardim das Oliveiras e Vandy de Castro (ambas com 100%);
- b. Solon Amaral (com 65%);
- c. IEG (com 62,50%);
- d. Joaquim de Carvalho (com 61,10%); e
- e. Pedro Xavier Teixeira (com 55%).

Essas escolas estão localizadas nas seguintes regiões de Goiânia: Central: Instituto Goiano de Educação (IEG); Leste: Jardim das Oliveiras e Vandy de Castro; Oeste: Joaquim de Carvalho e Solon Amaral; e Sul: Pedro Xavier Teixeira. Essas informações são consideradas interessantes, uma vez que demonstram que as escolas com maior percentual de migrantes são aquelas localizadas mais próximas das fronteiras com outros municípios da RMG (Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade) e que ocupam uma posição de vantagem em relação à localização (caso do IEG), no que se refere à acessibilidade, pela proximidade de terminais com grande circulação de linhas de ônibus.

MAPA 9. PERCENTUAL DE JOVENS MIGRANTES POR ESCOLA EM GOIÂNIA - 2012



Isso reafirma também que Goiás tem se mantido como um estado receptor de migrantes, atestando sua relevância como metrópole regional do Centro-Oeste (OLIVEIRA; ERVATTI; O'NEILL, 2011). Apenas em uma escola, Carlos Alberto de Deus, a maioria dos migrantes não é de outros estados, mas sim do interior de Goiás. A referida escola apresentou um percentual de 62,50% dos jovens migrantes nascidos em outros municípios goianos que não a capital.

**TABELA 23. TABELA DO LOCAL DE NASCIMENTO DOS JOVENS
MIGRANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA – 2011**

LOCAL DE NASCIMENTO	Nº.	%
NÃO INFORMADO	1	0,47
RMG	10	4,71
INTERIOR DE GO	76	35,85
OUTROS ESTADOS	125	58,97
TOTAL	212	100

Fonte: Tabulação de Dados do Questionário – 2011.

Ainda sobre o local de nascimento dos jovens migrantes, observa-se pela Tabela 24 que, dos 125 jovens migrantes que nasceram em outro estado (que não o estado de Goiás), 35,20% vieram da Região Nordeste, 28% da Região Norte, 21,60% da Região Sudeste, 14,40% da Região Centro-Oeste, e apenas 0,80% veio da Região Sul. Pode-se afirmar que a supremacia das Regiões Nordeste e Norte (juntas elas respondem por 63,20% da origem dos jovens migrantes) do país na contribuição de jovens migrantes para Goiânia deve-se ao fato de a capital se constituir em Polo Regional do Setor Terciário, que exerce grande polarização na parte sul dessas duas regiões, principalmente no que tange aos serviços de saúde e educação e ao comércio de roupas (PAULA, 2003; ARRAIS, 2007; OLIVEIRA; ERVATTI; O'NEILL, 2011). Esses dados também confirmam a tendência anteriormente apontada e balizada pelo último censo do IBGE (realizado em 2010), que ressalta a contribuição dos estados das referidas regiões para o incremento populacional de Goiânia e de Goiás, especialmente os estados do PA, TO, BA e MA.

**TABELA 24. LOCAL DE NASCIMENTO DOS JOVENS MIGRANTES
DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA – 2011**

LOCAL DE ORIGEM	Nº.	%
SUL	1	0,80
CENTRO-OESTE (*)	18	14,40
SUDESTE	27	21,60
NORTE	35	28,00
NORDESTE	44	35,20
TOTAL	125	100

Fonte: Tabulação de Dados do Questionário – 2011. (*) Exceto o Estado de Goiás.

Também em relação aos aspectos socioeconômicos, a caracterização da residência do jovem migrante, quanto ao tipo e à propriedade, apresentada na Tabela 25, evidencia que a maior parte deles mora em casas (73,11%), mas elas não lhes pertencem nem à sua família, pois 64,63% das residências são alugadas, cedidas ou próprias não quitadas. Isso denota a instabilidade desses jovens no que se refere ao seu local de moradia, uma vez que, ao não possuírem sua casa própria, a família desses jovens está sujeita a pressões econômicas que podem demandar mudanças quando o preço do aluguel sobe ou quando a residência cedida lhes é solicitada etc.

**TABELA 25. CARACTERIZAÇÃO DA RESIDÊNCIA DOS JOVENS
MIGRANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA – 2011**

TIPO	Nº	%	PROPRIEDADE	Nº	%
OUTROS	3	1,42	ALUGADA	99	46,70
QUITINETE	9	4,24	CEDIDA	17	8,02
APARTAMENTO	21	9,91	PRÓPRIA NÃO QUITADA	21	9,91
BARRACÃO	24	11,32	PRÓPRIA QUITADA	74	34,90
CASA	155	73,11	NÃO INFORMADO	1	0,47
TOTAL	212	100	TOTAL	212	100

Fonte: Tabulação de Dados do Questionário – 2011.

Conforme a Tabela 26, os jovens migrantes moram, em sua maioria, com seus pais (54,72%), parentes (16,98%) e familiares (14,15%). Esse aspecto denota a importância da família no que tange a ser uma rede de suporte socioeconômico (mas também afetivo) para o jovem migrante pesquisado e confirma a premissa apontada por alguns estudiosos dessa instituição como necessária à socialização da juventude em geral (PAIS, 2003; SARTI, 2004; ABRAMO, 2005). Embora que, para vivenciar de fato sua condição juvenil e criar sua própria identidade, o jovem precise se afastar de sua família, a fim de construir espaços e territórios de individuação e autonomia (SARTI, 2004; MARTINS; CARRANO, 2011).

TABELA 26. COM QUEM MORAM OS JOVENS MIGRANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA – 2011

COM QUEM MORA	N ^o	%
SOZINHO	4	1,89
COMPANHEIRO/CÔNJUGE	6	2,83
OUTROS	6	2,83
AMIGOS	14	6,60
FAMÍLIA	30	14,15
PARENTES	36	16,98
PAIS	116	54,72
TOTAL	212	100

Fonte: Tabulação de Dados do Questionário – 2011.

Em relação ao tempo de residência na cidade em que os jovens migrantes moram atualmente, tem-se pela Tabela 27 que: 18,39% residem há menos de um ano; 14,15% de um a dois anos; 13,21% de três a quatro anos; 11,32% de cinco a seis anos; 9,91% de sete a dez anos; 16,04% de onze a quinze anos; 12,74% há mais de quinze anos; e 4,24% não informaram há quanto tempo residem na cidade atual de moradia.

Percebe-se que a maior parte dos migrantes jovens entrevistados reside, principalmente, em Goiânia e em outras cidades da RMG (alguns moram em Aparecida de Goiânia e Senador Canedo) há no máximo seis anos, pois a soma das classes até esse período de tempo corresponde a 57,07% do total de jovens

migrantes. Isso demonstra que esses jovens têm sua vivência de juventude no espaço urbano da metrópole goianiense, diferentemente da infância que foi vivida num outro contexto espacial. É no espaço urbano metropolitano que esses jovens constroem sua identidade juvenil, por meio de suas práticas espaciais e redes de sociabilidade.

Esse último aspecto revelou-se importante para entender as territorialidades e territorializações desses jovens e a percepção sobre a cidade em que vivem, uma vez que esse tempo de vivência da juventude no local atual de moradia foi um dos critérios utilizados para selecionar os jovens entrevistados, cujos dados e análises serão apresentados no próximo item.

**TABELA 27. TEMPO NA CIDADE DE RESIDÊNCIA ATUAL
DOS JOVENS MIGRANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA – 2011**

TEMPO EM ANOS	NÚMERO DE JOVENS	%
MENOS DE 1	39	18,39
DE 1 A 2	30	14,15
DE 3 A 4	28	13,21
DE 5 A 6	24	11,32
DE 7 A 10	21	9,91
DE 11 A 15	34	16,04
MAIS DE 15	27	12,74
NÃO INF.	9	4,24
TOTAL	212	100

Fonte: Tabulação de Dados do Questionário – 2011.

Um fator que ajuda a entender a mobilidade dos jovens migrantes pela cidade, e, conseqüentemente, também suas respectivas práticas espaciais, refere-se ao meio de transporte utilizado por eles para se locomoverem para a escola e para o trabalho. Uma análise da Tabela 28 demonstra que os jovens migrantes se deslocam para a escola principalmente a pé (47,64%), de ônibus (29,25%), de carro (10,85%), de moto (7,08%), bicicleta (4,24) ou outros (0,94%). Seu percurso diário para o trabalho é realizado de ônibus (42,98%), a pé (28,95%), de moto (10,53%),

de bicicleta (7,89%), de carro (5,26%) ou de outros meios não especificados (4,39%). Esses dados são bastante semelhantes aos encontrados para o número total de jovens pesquisados, os quais podem ser consultados na Tabela 15 do item 3.1 deste capítulo.

Pode-se inferir, pela ordem crescente das porcentagens de utilização dos meios de transporte para ir à escola e ao trabalho, que:

1. As escolas parecem encontrar-se mais próximas ao local de residência ou de trabalho, pois o percurso é feito preferencialmente a pé (47,64%), ainda que a soma dos que se utilizam de veículos (ônibus, carro e motos) também se mostre expressiva (47,12%).

2. A tendência se inverte quando se analisam os meios utilizados para ir ao trabalho, pois a maior parte dos jovens migrantes se desloca para o trabalho de ônibus (42,98%), levando a crer que o trabalho localiza-se em áreas distantes de seus bairros residenciais. Somem-se a este dado os percentuais dos jovens que se utilizam de motos (10,53%) e carros (5,26%) para realizar o percurso ao trabalho, e esse fato se torna ainda mais expressivo (58,77%).

**TABELA 28. MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO
PELOS JOVENS MIGRANTES - 2011**

MEIO DE TRANSPORTE	PARA IR À ESCOLA	%	PARA IR AO TRABALHO	%
OUTROS	2	0,94	5	4,39
BICICLETA	9	4,24	9	7,89
MOTO	15	7,08	12	10,53
CARRO	23	10,85	6	5,26
ÔNIBUS	62	29,25	49	42,98
A PÉ	101	47,64	33	28,95
TOTAL	212	100	114	100

Fonte: Tabulação de Dados do Questionário – 2011.

Os jovens migrantes pesquisados, assim como os demais, possuem uma perspectiva em relação ao futuro bastante vinculada aos estudos e ao trabalho, como pode ser visto pela Tabela 29. A maioria deles preocupa-se efetivamente com seu ingresso em uma universidade, pois 38,68% responderam ser essa suas intenções futuras. As demais respostas também evidenciam esse fato: 19,34% pretendem cursar uma universidade e conseguir um emprego melhor; 13,69% vão trabalhar e estudar para ingressar e pagar uma universidade, 11,32% responderam que irão estudar para se qualificar para universidade, e outros 4,71% disseram que vão apenas trabalhar.

Essa relevância dada aos estudos e ao trabalho coincide com as respostas obtidas em relação ao universo geral de jovens pesquisados, as quais foram apresentadas no item anterior, aspecto que provavelmente está relacionado ao fato de serem alunos do 3º Ano do Ensino Médio. Assim, pode-se afirmar que esses jovens migrantes veem a qualificação estudantil e a independência financeira, por meio do trabalho, como aspectos relevantes para seu processo de vivência juvenil e seu afastamento do núcleo familiar, o que lhes possibilita a construção de uma identidade juvenil longe de casa e afastada da supervisão dos adultos que sobre eles exercem influência (os pais ou outros familiares etc.).

Esse aspecto é característico dos jovens pobres que têm na renda gerada pelo trabalho uma possibilidade de autonomia e acesso ao mundo da cultura juvenil (DAYRELL; NOGUEIRA; MIRANDA, 2011; DAYRELL, 2012). No entanto, a sociedade também estabelece o ingresso desses jovens na universidade e no mundo do trabalho como um marco social de independência e liberdade. Assim, ambos se constituem como uma mediação (de fato e simbolicamente), na vivência da condição juvenil (DAYRELL, 2007, 2012).

TABELA 29. PERSPECTIVA DOS JOVENS MIGRANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA EM RELAÇÃO AO QUE FAZER NO FUTURO – 2011

PERSPECTIVAS	Nº	%
OUTROS	10	4,71
TRABALHAR	10	4,71
NÃO INFORMADO	16	7,55

PERSPECTIVAS	Nº	%
ESTUDAR PARA SE QUALIFICAR PARA A UNIVERSIDADE	24	11,32
TRABALHAR E ESTUDAR PARA INGRESSAR E PAGAR A UNIVERSIDADE	29	13,69
CURSO UNIVERSITÁRIO E EMPREGO MELHOR	41	19,34
CURSAR UNIVERSIDADE	82	38,68
TOTAL	212	100

Fonte: Tabulação de Dados do Questionário – 2011.

Quanto ao lazer e locais frequentados pelo jovem em seu bairro residencial, cujos dados podem ser conferidos na Tabela 30, grande parte deles afirmou não frequentar nenhum lugar para esse fim em seu bairro residencial, o que corresponde a 44,35%. Essas informações são bem próximas às encontradas para os jovens considerados em sua totalidade, pois para os jovens em geral esse percentual foi de 42,98%. Percebeu-se ainda que em algumas escolas esse percentual foi ainda maior: Solon Amaral (65%) e Carlos Alberto de Deus (62,5%).

Esses dados indicam que pode haver uma estrutura precária de lazer público e/ou privado nesses locais – que é uma característica bastante comum dos bairros periféricos –, ou ainda que os espaços de lazer existentes nos bairros residenciais dos jovens migrantes não lhes despertam interesse, ou que os jovens, pela condição social, não tenham tempo de usufruir desses espaços. Contudo, cabe destacar que, dentre as infraestruturas públicas presentes em seus bairros, as praças são as mais utilizadas por esses jovens, correspondendo a 12,74% dos lugares frequentados para o lazer juvenil. Esse índice de frequência apresentado pelas praças nos bairros residenciais é ainda maior para os jovens migrantes nas seguintes escolas: Vandy de Castro (40%), Carlos Alberto de Deus (25%), Joaquim de Carvalho (22,22%) e IEG (20%).

Isto pode ser explicado, em parte, pelo fato de as praças serem espaços nos quais há a possibilidade do encontro, do convívio, da festa, constituindo-se assim em espaços da vida coletiva (OLIVEIRA, 2007). Ao serem acessadas, apropriadas e utilizadas pelos grupos de jovens (ou por outros sujeitos) para o lazer e a sociabilidade, elas se tornam lugares nos quais eles, por meio de suas

territorialidades, estabelecem territórios juvenis. Torna-se importante ressaltar também quanto o lazer se constitui como um aspecto importante da condição juvenil, pois, no “espaço-tempo do lazer, os jovens consolidam relacionamentos, consomem e (res)significam produtos culturais, geram fruição, sentidos estéticos, processos de identificação cultural” (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2008, p. 32).

TABELAS 30. LOCAIS DE LAZER FREQUENTADOS PELOS JOVENS MIGRANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA NO BAIRRO RESIDENCIAL – 2011

LOCAL	NO.	%
IGREJA	1	0,47
SHOPPINGS	3	1,42
FEIRAS	6	2,83
BARES	7	3,30
CLUBES	8	3,77
DIVERSOS	8	3,77
PARQUES	10	4,71
NÃO INFORMADO	23	10,85
OUTROS	25	11,79
PRAÇAS	27	12,74
NENHUM	94	44,35
TOTAL	212	100

Fonte: Tabulação de Dados do Questionário – 2011.

Ao serem indagados sobre os grupos de relacionamento mais importantes para si, nota-se pela análise da Tabela 31 que os jovens migrantes responderam que eles estão principalmente na igreja (32,55%), no trabalho (18,40%) e na escola (12,26%). Percebe, então, o quanto tais espaços são importantes para que o jovem estabeleça vínculos com outros jovens, constituindo novos amigos ou colegas, e o quanto a espacialidade (em geral) está presente e possui um peso na construção de sua condição juvenil (DAYRELL, 2007; CAVALCANTI, 2011; 2012; TURRA NETO, 2010). Também em relação à referida tabela, outro fato deve ser mencionado: o de que os amigos aparecem como o único grupo de pessoas mencionado nominalmente, representando 12,26% das preferências, e reforçando a importância

da sociabilidade e da vivência entre seus pares na elaboração da juventude desses migrantes.

TABELA 31. GRUPOS DE RELACIONAMENTO DE MAIOR IMPORTÂNCIA PARA OS JOVENS MIGRANTES - 2011

GRUPOS	NO.	%
NENHUM	2	0,94
NÃO INFORMADO	21	9,91
ESCOLA	26	12,26
OUTROS	29	13,68
AMIGOS	26	12,26
TRABALHO	39	18,40
IGREJA	69	32,55
TOTAL	212	100

Fonte: Tabulação de Dados do Questionário – 2011.

Ainda acerca da sociabilidade e da mobilidade dos jovens ao frequentarem espaços fora de seus bairros com seus grupos de relacionamento, percebeu-se, pela Tabela 32, que os locais mais mencionados foram:

- a) os *shoppings*, que aparecem em primeiro lugar, com 37,71% das preferências;
- b) os parques em segundo, com 20,29% das respostas;
- c) os bares em terceiro, com 12,29% das citações;
- d) seguido das praças, que aparecem em 10% das respostas.

É interessante notar que, embora os grupos de relacionamento sejam construídos em espaços institucionais (a igreja, o trabalho e a escola), como visto na Tabela 31, a sociabilidade ocorre preferencialmente em espaços destinados ao lazer e à diversão, os quais possibilitam a ampliação do espaço de vivência para além dos seus bairros residenciais e contribuem para a construção de territorialidades e

territórios (ainda que estes sejam transitórios). Espaços e tempos estes (do lazer e do tempo livre) que influenciam e contribuem para a produção das culturas juvenis, as quais são expressões dos modos de ser jovem, de suas identidades coletivas e individuais (DAYRELL, 2007, BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2008; MARTINS; CARRANO, 2011).

**TABELA 32. LOCAIS FREQUENTADOS PELOS JOVENS MIGRANTES
COM SEUS GRUPOS DE RELACIONAMENTO - 2011**

LOCAL	NO.	%
NENHUM	6	1,71
IGREJA	7	2,00
NÃO INFORMADO	8	2,29
CLUBES	21	6,00
OUTROS	27	7,71
PRAÇAS	35	10,00
BARES	43	12,29
PARQUES	71	20,29
SHOPPINGS	132	37,71
TOTAL	350 (*)	100

Fonte: Tabulação de Dados do Questionário – 2011.

(*) Os jovens deram mais de uma resposta a essa questão

Os dados contidos na Tabela 33 reforçam a importância da sociabilidade e do lazer para a efetivação da condição juvenil. Pela análise dos dados coletados entre os jovens migrantes por intermédio do questionário, os quais podem ser vistos na referida tabela, verificou-se ainda que as principais atividades praticadas por eles com seus grupos foram: diversas (25,62%); passear/sair (24,79%); trabalhar (11,15%); conversar (8,68%); estudar (7,44%); atividades artísticas (5,79%); e prática de esportes (4,55%). Outros 11,15% não responderam a essa indagação e 0,83% afirmou não desempenhar nenhuma atividade com seus grupos de relacionamento. Torna-se relevante que entre as atividades diversas estão aquelas especialmente vinculadas aos aspectos constituidores da sociabilidade e do lazer: sair ou passear com os amigos, divertir-se, conversar, brincar etc.

**TABELA 33. ATIVIDADES PRATICADAS PELOS JOVENS MIGRANTES
COM SEUS GRUPOS DE RELACIONAMENTO - 2011**

ATIVIDADES	Nº	%
NENHUMA	2	0,83
PRATICAR ESPORTES	11	4,55
ATIVIDADES ARTÍSTICAS	14	5,79
ESTUDAR	18	7,44
CONVERSAR	21	8,68
NÃO INFORMADO	27	11,15
TRABALHAR	27	11,15
PASSEAR/SAIR	60	24,79
DIVERSAS	62	25,62
TOTAL	242(*)	100

Fonte: Tabulação de Dados do Questionário – 2011. (*) Os jovens deram mais de uma resposta a essa questão. Assim, foram computadas todas as respostas dadas.

Novamente se evidencia a importância do grupo de pares para a vivência juvenil, uma vez que é entre seus iguais que o jovem vive de fato sua condição juvenil, produz culturas e sociabiliza-se. Essa sociabilidade se constrói em espaços e tempos distintos do mundo adulto e preferencialmente em espaços e tempos intersticiais, mas também ocorre nos espaços e tempos da escola e do trabalho (DAYRELL, 2007; BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2008; MARTINS; CARRANO, 2011).

Perante a exposição e a análise dos dados referentes aos jovens migrantes, pode-se inferir que sua condição de migrante não interfere diretamente em seu modo de viver sua juventude, pois esse jovem constitui suas redes de sociabilidade nos mesmos espaços institucionais que os demais: na igreja, na escola e no trabalho. No entanto, esses jovens também estão sujeitos à mesma condição social que os não migrantes, pois eles são, em sua maioria, jovens estudantes de classe popular e estão submetidos a condições precárias de trabalho e renda.

Mas de que forma esses jovens migrantes veem a cidade de Goiânia? Quais são suas territorialidades, ou seja, suas ações cotidianas que os ajudam a se

reterritorializar? Procurando responder a essas indagações é que serão apresentadas no próximo item a análise e as considerações feitas em relação às entrevistas realizadas com alguns jovens migrantes.

3.3 Os jovens migrantes, sua condição juvenil e seus principais mecanismos de (re)territorialização

Neste item serão apresentadas as análises referentes às entrevistas realizadas com jovens migrantes pesquisados oriundos de outros estados e do interior do estado de Goiás que estivessem morando na cidade há no máximo seis anos.²⁰ O roteiro de entrevista foi estruturado em três partes, a saber: a primeira procurou levantar aspectos relacionados ao seu local de origem; a segunda tentou evidenciar aspectos e impressões relacionados ao seu local atual de moradia; e a terceira e última parte visou compreender aspectos ligados às suas redes de sociabilidade.

Assim, foram entrevistados dez jovens migrantes²¹ moradores de Goiânia, dos quais sete eram do sexo feminino e três do sexo masculino; número que está proporcionalmente ligado à porcentagem total apresentada pelos jovens migrantes pesquisados em relação ao sexo, dos quais 63,21% eram do sexo feminino e 36,79% do sexo masculino.

Quanto ao local de origem dos jovens migrantes entrevistados, três são do interior do estado de Goiás; três nasceram no Maranhão; e os demais vieram dos seguintes estados: BA, MG, TO e SP. Do total de jovens entrevistados, seis eram jovens trabalhadores e quatro declararam não possuir trabalho atualmente, sendo que, destes, três já estiveram empregados em outro momento. Em relação à idade,

²⁰ Conforme explicitado anteriormente no item 3.2 deste capítulo, esse recorte se deu por se considerar que os jovens entrevistados deveriam vivenciar sua juventude no contexto espacial de Goiânia.

²¹ Uma dificuldade encontrada para a realização das entrevistas foi entrar em contato posterior com os jovens migrantes pesquisados, pois eles eram alunos do 3º. Ano do Ensino Médio em 2011 e as entrevistas foram realizadas apenas em meados de 2012. Assim, os números de telefones informados pelos jovens muitas vezes estavam desatualizados, de modo que não foi possível entrar em contato com eles.

quatro tinham 17 anos, outros cinco tinham 18 anos e apenas um tinha 23 anos. Destes, nove se declararam solteiros e apenas um casado.

A primeira parte do formulário de entrevista procurou levantar aspectos relacionados ao local de origem do jovem migrante tais como a frequência e os motivos de visita à cidade de nascimento; seus sentimentos, impressões e ligações em relação ao local de origem, sua pretensão de retornar ou não a ela etc.

Dos dez migrantes entrevistados, nove responderam visitar sua cidade de origem regularmente e apenas um respondeu que isso acontece raramente. Para aqueles que retornam à sua cidade com frequência, isso acontece preferencialmente nas férias escolares e/ou do trabalho e em datas comemorativas especiais como o Natal e o Ano Novo. Os principais motivos apontados para a visita são: ver os pais; ver demais parentes (que não os pais) e os amigos.

Quando indagados se sentem saudades do local de origem, a maioria declarou sentir saudades especialmente da família (com destaque para os pais) e dos amigos. Apenas um entrevistado disse sentir saudades da cidade em si. Percebe-se aqui a importância dos laços afetivos com a família e os amigos para a manutenção da ligação com o lugar de origem. Essa importância é reforçada ainda pelas respostas dadas à pergunta que se refere ao que eles mais gostavam em sua cidade natal, pois a família e os amigos foram novamente os mais citados. A respeito do que eles menos gostavam em sua cidade natal, a maior parte das respostas estava vinculada à falta de desenvolvimento econômico e social e de oportunidades para conseguir trabalho.

Pode-se inferir que a capital goiana, nesse contexto, aparece como o local de realizações e de oportunidades; além de reforçar o papel de polarização exercida por ela em relação às cidades do interior do estado de Goiás e para as Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país. Essa premissa é reforçada pelas respostas dadas à segunda parte do formulário de entrevista, que procurou evidenciar aspectos ligados ao atual local de moradia, tais como o tempo de residência; os motivos da migração; as impressões sobre a cidade, o processo de ambientação e os locais preferidos na cidade.

Acerca do tempo de residência dos jovens migrantes entrevistados na capital goiana, três jovens migrantes residem em Goiânia há quatro anos; dois

jovens vivem na capital há cerca de três anos; outros dois moram aqui há dois anos; mais dois aqui fixaram residência há seis anos; um jovem migrante mora há cinco anos e apenas um migrante jovem aqui reside há um ano. Esse aspecto temporal irá ter uma relação bastante significativa no que se refere à efetivação e intensidade dos processos de reterritorialização dos jovens migrante no espaço urbano goianiense, fato que será explicitado no próximo capítulo.

Em relação ao questionamento de ter vindo sozinho ou com alguém da família (com um dos pais, com os irmãos, primos, ou com o cônjuge, com toda a família etc.): cinco vieram sozinhos e outros cinco com pessoas da família, principalmente com os irmãos. Os principais motivos que estimularam a migração para Goiânia relatados foram, por ordem de importância: a procura por trabalho e/ou por uma melhor qualificação nos estudos; a existência de parentes e de amigos que já moravam nessa região.

As respostas dadas pelos jovens migrantes acerca das impressões sobre Goiânia quando de sua chegada à metrópole denotam seu estranhamento e espanto em relação ao tamanho da cidade; à agitação e movimentação intensa de pessoas, veículos etc., o que remete à estruturação distinta que a capital possui em relação ao local de origem da maioria desses jovens. Contudo, a maior parte deles considera Goiânia como um local de oportunidades e desenvolvimento, o que indica uma expectativa positiva em relação à cidade. Apesar de terem sido dadas em menor número também houve respostas ligadas a impressões negativas acerca da cidade, tais como o trânsito caótico e a violência urbana etc.

Outro bloco de questões procurou apreender as impressões atuais dos jovens migrantes entrevistados sobre o novo local de moradia (no caso Goiânia). Tais questões pediam ao jovem migrante entrevistado que declarasse a atual imagem que possui em relação a Goiânia e também que a definisse com apenas uma palavra.

As respostas dadas a essas questões foram bastante similares e reafirmaram a expressão da metrópole como um local de desenvolvimento e oportunidades pessoais; de intensa beleza²² e comodidade (em relação à

²² A beleza aqui parece indicar não só a euforia do jovem em relação às belas paisagens da metrópole, mas também seu posicionamento aberto em relação ao novo.

disponibilidade e variedade de comércios, serviços, educação e trabalho) para a maioria dos jovens migrantes entrevistados.

Contudo, embora em um número bem menor, a cidade também foi associada a imagens e palavras negativas especialmente por duas jovens entrevistadas que parecem ainda não terem se identificado com a cidade, uma por ter vindo de uma cidade bem maior que Goiânia e outra pela intensa saudade dos pais e da vida interiorana que levava.

Os processos de ambientação na cidade foram evidenciados e apreendidos por meio das respostas dadas às indagações sobre gostar ou não de morar em Goiânia; da indicação de quem o ajudou a se ambientar; e de quais locais contribuíram para que isso se desse; além da indicação de qual seria a cidade escolhida por ele para fixar residência permanente.

Como resultado, tem-se a indicação de que a maioria dos jovens migrantes entrevistados (oito mais precisamente) gosta de morar em Goiânia e isto se dá, segundo os próprios jovens, porque eles já se acostumaram com a cidade; já fizeram novos amigos; por causa dos locais de lazer e das oportunidades de trabalho e educação existentes na cidade. As falas de duas jovens migrantes relatadas a seguir são bons exemplos disso:

Gosto sim, porque aqui tenho muitas oportunidades que lá não tinha. Conheci aqui vários lugares e várias pessoas, fiz muitas amizades.

Sim, gosto. Eu já me acostumei com a cidade, já conheço bem Goiânia e já fiz novas amizades.

Sobre a indicação dos locais e pessoas que os ajudaram nesse processo de ambientação na cidade constatou-se que os parentes (que não os pais, pois a maioria veio sozinha ou com outros parentes) e amigos (principalmente os da escola e da igreja) foram os mais lembrados pelos entrevistados. Esse dado reforça a importância apresentada pela sociabilidade e pelos laços afetivos para o processo de adaptação e reterritorialização dos jovens migrantes, premissa já apontada anteriormente e reforçada também pela análise dos dados que se referem aos espaços que foram importantes para o processo de reterritorialização.

Quanto aos locais e espaços da cidade que contribuíram para a ambientação desses jovens a escola, o trabalho e a igreja foram os mais citados. Novamente percebe-se como a mobilidade dos jovens pela cidade, por outros espaços – que não os de sua casa –, contribuem sobremaneira para sua reterritorialização. Pois é no contexto desses espaços que os jovens migrantes traçam territorialidades, ampliam suas práticas espaciais e suas redes de sociabilidade e vão construindo sua identificação com Goiânia.

As respostas dos jovens migrantes à última questão desse bloco – que se refere à escolha de outra cidade para fixar residência – denotou a intensidade de reterritorialização dos jovens migrantes entrevistados, além de indicarem seu processo de identificação e satisfação com Goiânia. Metade dos jovens (cinco) considerou ser a própria metrópole esse lugar; outros três indicaram metrópoles maiores que Goiânia (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília) apesar de se dizerem satisfeitos com a cidade; e apenas um indicou sua própria cidade de origem – o que sugere que esse jovem migrante ainda tem laços precários de territorialização com Goiânia. Também quando indagados se pretendem retornar à sua cidade natal seis jovens responderam que não pretendem retornar, pois em sua cidade não há oportunidades de desenvolvimento ou de trabalho; outros dois disseram que talvez o façam, mas que se puderem trazer os pais para Goiânia ficariam por aqui; e apenas dois responderam que irão voltar por causa da família e da cidade em si.

Mediante a análise das respostas dadas pelos jovens migrantes a esse conjunto de questionamentos, pode-se perceber que a maioria dos jovens parece estar ambientada ou reterritorializada com o espaço urbano de Goiânia, ainda que os níveis de intensidade dessa ambientação ou reterritorialização se dê de maneira diferenciada.

O terceiro e último bloco de perguntas procurou identificar as redes de sociabilidade dos jovens migrantes, bem como compreender o papel destas no seu processo de reterritorialização e ainda conhecer as práticas espaciais desses jovens em seus principais grupos de sociabilidade. Assim, pode-se perceber que o grupo de amigos – especialmente os da escola, seguidos pelos do trabalho e da igreja – se constitui no grupo de sociabilidade de maior afetividade para o jovem migrante.

Esses dados confirmam as afirmações feitas em itens anteriores deste capítulo de que os jovens têm o estar-junto aos seus pares como um fator essencial

tanto para se reterritorializar quanto para vivenciar sua condição juvenil, aliás, dois processos que parecem estreitamente vinculados. Mas, apesar da importância dos amigos na efetivação do processo de reterritorialização dos jovens migrantes, o grupo formado pelos familiares já estabelecidos em Goiânia é apontado também como um dos principais grupos de relacionamento desses jovens, sendo o segundo grupo mais citado por eles durante as entrevistas.

Dessa forma, pode-se afirmar que os grupos compostos pelo núcleo familiar dos jovens migrantes constituem-se em uma referência segura para uma primeira aproximação com a metrópole e para o seu estabelecimento nela, fator que incidirá diretamente na sua territorialização primária.

As redes sociais e o telefone celular foram mencionados como os principais veículos de comunicação utilizados pelos jovens para contatar suas redes de sociabilidade, principalmente os amigos.

Em relação às atividades realizadas com os amigos, aquelas vinculadas aos tempos e espaços de lazer foram consideradas como sendo as mais priorizadas pelos jovens entrevistados. Dentre estas se destacaram principalmente as atividades destinadas aos passeios e fruição (como, por exemplo, os *shoppings*, praças e parques, clubes etc.); à diversão (em casas de shows e boates, festas em casa de amigos ou outros espaços), além de atividades culturais e de práticas esportivas (como ir ao cinema e praticar futebol etc.).

Os lugares preferidos de Goiânia pelos jovens migrantes entrevistados para frequentar com seus amigos denotam mais uma vez a importância dos espaços de lazer para a efetivação de sua condição juvenil. Os locais mais indicados foram, em ordem de preferência: os *shoppings centers*; os cinemas; as casas de shows e dança (boates); festas em casa de amigos ou em outros locais etc.

Finalmente, considerou-se primordial para esta pesquisa ouvir a opinião dos próprios jovens migrantes sobre sua condição juvenil; questão que procurou apreender o como e o porquê dos jovens se sentirem e se autoidentificarem como jovens. Todos os jovens responderam assertivamente à questão de se considerar jovem. Os motivos que obtiveram relevância nas justificativas apresentadas pelos jovens de se considerarem e se sentirem jovens foram:

1. O convívio e o relacionamento com outros jovens;
2. As atividades realizadas tais como passear, namorar, estudar, brincar, conversar e se divertir (sempre com os amigos);
3. Os locais que frequentam na cidade (os *shoppings*, parques, cinemas, festas etc.);
4. A energia e disposição para realizar tarefas e pela determinação diante da vida;
5. A faixa etária à que pertencem.

As falas de quatro jovens migrantes entrevistados a seguir expressam bem o conjunto dessas afirmações:

Me sinto jovem por causa do convívio com as pessoas da mesma idade que a minha, pela *convivência com meus amigos*, pelas coisas que faço e *pelos locais* que vou. Também *por causa da curtidão com meus amigos e meu estilo de vida*. Porque eu sonho bem alto!.

Sim, claro. Porque acho, assim, que *juventude é querer aproveitar a vida* da melhor maneira possível. É arriscar sempre e eu sou assim.

Sim. Me considero jovem *por causa das brincadeiras*, porque eu gosto de jogar bola e *de me relacionar com meus amigos* da faculdade e de São Miguel. Eu falo muito com os meus amigos pelo celular e pela internet.

Sou, sim! Acho que ser jovem hoje é *gostar muito de sair*, de ir para festas, pra balada. [...] Me sinto jovem pois *gosto ir ao cinema com meus amigos e de bater perna no shopping* [...].

Diante desses dados, percebe-se o quanto os locais que frequentam, ou seja, as espacialidades, constituem-se como um dos elementos de grande relevância para o processo de identificação dos jovens migrantes com Goiânia. Essas espacialidades propiciam também a esses jovens a vivência de sua condição juvenil e interferem em sua construção de sujeito social que se insere e produz no/o espaço urbano goianiense.

Na verdade, é preciso ressaltar que as respostas dadas pelos jovens migrantes ao conjunto de questões da entrevista contribuíram para confirmar, além da referida acima, algumas das outras premissas teóricas anteriormente

apresentadas ao longo deste e de outros capítulos. Os jovens migrantes entrevistados, como quaisquer outros, têm sua juventude ligada principalmente à vivência com outros jovens, por realizar práticas espaciais e atividades eminentemente juvenis nos espaços e tempos de lazer. Isso contribui para seu processo de reterritorialização e (re)elaboração de sua identidade como jovem, mas também como sujeito social.

Todavia, não se pode esquecer a contribuição dada pelos espaços e tempos institucionais para o processo de socialização e territorialização primárias e para o conhecimento do espaço urbano goianiense. Assim, a família, a escola, o trabalho e a igreja, no caso dos jovens pesquisados, foram também locais de grande importância para a inserção nos espaços da metrópole, para o estabelecimento de novas redes de sociabilidade, o que se deu pela possibilidade da realização das práticas sócio-espaciais nesses lugares de Goiânia.

Cabe destacar que os processos de reterritorialização desses jovens migrantes se encontram em situações distintas, pois as territorialidades empreendidas por eles, resguardadas as respectivas semelhanças, se diferem em alguns aspectos. Os próprios jovens migrantes são também distintos, pois a diversidade está presente também em sua formação social, econômica, geográfica e histórica etc.

Mesmo assim, pode-se afirmar que esses jovens migrantes tiveram como fatores essenciais em seu processo de reterritorialização: as práticas sócio-espaciais e as redes de sociabilidade estabelecidas com e na metrópole. Portanto, no quarto capítulo far-se-á uma explanação da relação desses e de outros conceitos como importantes aspectos da territorialidade dos jovens migrantes em seu processo de (re)territorialização no espaço urbano de Goiânia.

CAPÍTULO 4

4 (RE)TERRITORIALIZAÇÕES E TERRITORIALIDADES JUVENIS NA METRÓPOLE: DAS PRÁTICAS ESPACIAIS ÀS REDES DE SOCIABILIDADE

No presente capítulo, são apresentadas as considerações e as interpretações acerca das análises dos dados coletados junto aos jovens migrantes. Tais análises foram importantes para a compreensão do processo de reterritorialização de tais jovens em Goiânia, bem como do significado das práticas espaciais e do estabelecimento de redes de sociabilidade como componentes importantes desse processo. Também neste contexto a mobilidade, as territorialidades e as espacialidades empreendidas por eles no espaço intraurbano da metrópole não só permitiram compreender suas territorializações, como também possibilitaram o desvendamento de sua condição juvenil nesse mesmo espaço.

Assim, o capítulo em questão estrutura-se de modo a demonstrar a diversidade do processo de (re)territorialização dos jovens migrantes estudados em Goiânia, buscando refletir sobre a relação desse processo com as práticas espaciais cotidianas e as redes de sociabilidade desses jovens na metrópole. Avaliam-se as influências desses fatores para a reelaboração da identidade e da condição juvenil dos jovens migrantes, mediante o estabelecimento de uma discussão sobre o processo de reterritorialização e a segregação e fragmentação urbanas vivenciadas por tais jovens.

4.1 Os jovens migrantes e suas situações de (re)territorialização

Como discutido anteriormente, compreende-se que os jovens, por serem sujeitos sociais, são também portadores de uma diversidade no que tange aos aspectos econômicos, culturais, religiosos, históricos, geográficos etc. (PAIS, 2003; CARRANO, 2011). Essa multiplicidade existente nas juventudes, longe de ser um

entreve para as pesquisas geográficas, constitui-se em um elemento instigador para desvendar os processos espaciais presentes nas dinâmicas juvenis na atualidade.

Mediante as discussões teóricas acerca das juventudes, com base em alguns autores (PAIS, 2003; DAYRELL, 2007; TURRA NETO, 2008; CARRANO; 2011; CAVALCANTI, 2011, 2012, dentre outros), e das análises dos dados coletados realizadas para esta pesquisa, constatou-se que a condição juvenil, para ser vivenciada, prescinde, dentre outros aspectos (sociais, históricos, culturais etc.), de uma espacialidade. Essa espacialidade é manifestada por meio das práticas sócio-espaciais cotidianas, que, por sua vez, dão condições a esses sujeitos produtores da cidade de exercerem territorialidades graças ao estabelecimento de redes de sociabilidade, as quais interferem no processo de reterritorialização deles em Goiânia, bem como em sua identificação com a cidade, com seus pares e consigo mesmo.

Acredita-se, conforme apontado anteriormente por Santos (1999), que a condição de migrantes desses jovens lhes dá maiores condições de se adaptarem ao novo local de moradia, principalmente para aqueles jovens que vieram de cidades médias ou pequenas. A migração como desejo e como necessidade propicia ao jovem migrante, na maioria das vezes, uma capacidade de incorporar o novo, o desconhecido. Assim, no anseio de desvendar a cidade, esses jovens ampliam suas práticas espaciais, suas territorialidades e constroem redes de sociabilidade que os ajudam no processo de (re)territorialização.

Desse modo, pode-se afirmar que os jovens migrantes, por meio de sua mobilidade e pela ampliação do conhecimento dos espaços da cidade de Goiânia, para além de seu espaço primário (que é a casa), tais como a escola, o local de trabalho, a igreja, os parques, praças e *shoppings*, dentre outros, desenvolvem práticas espaciais que lhes permitem estabelecer territorialidades nos espaços/tempos institucionais e intersticiais da metrópole goiana. Dayrell (2007) destaca que esses espaços/tempos intersticiais são destinados à ação criativa, nos quais predominam a sociabilidade e o prazer, em contraposição aos espaços/tempos institucionais, que são regidos pela obrigação e pela normatização. Esse aspecto se tornou perceptível na declaração dos próprios jovens migrantes acerca de suas relações com Goiânia, que se dá por meio de suas práticas espaciais, de suas redes sociabilidade, dos lugares (institucionais e intersticiais) que

frequentam, além de outros.

Por meio das análises empreendidas em relação aos jovens migrantes pesquisados, percebeu-se ainda que essa diversidade é experimentada também por eles no que tange não só à vivência de sua condição juvenil, mas também em relação aos aspectos que lhes permitem usufruir do espaço urbano de Goiânia, tais como sua mobilidade cotidiana, seus locais de moradia, os meios de transporte utilizados, seus locais de lazer, a localização da escola e do trabalho etc. Todos esses aspectos exercem um peso sobre a espacialidade desses jovens. Assim, apesar de existirem indicadores de que eles possuem um poder aquisitivo semelhante, não se podem homogeneizar suas territorialidades, seus processos de reterritorialização e sua postura diante da metrópole.

Discorrendo acerca da interação entre território e territorialização, Haesbaert (2004, 2008) destaca que o primeiro produz uma identificação, além de ser uma imbricação de múltiplas relações (sociais) de poder que resultam em apropriação e dominação do/no espaço (ou de fragmentos deste), ou seja, em um processo de territorialização que é empreendido pelos múltiplos agentes/sujeitos que nele agem. Sobre esse aspecto o autor acrescenta ainda que, por meio dele é possível,

[...] criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo “poder” sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais [...], poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de “dominação” e “apropriação” ao mesmo tempo. (HAESBAERT, 2008, p. 97, grifo do autor).

Assim, a reterritorialização se constitui em um processo de identificação com o novo território vivido e compartilhado; é o estabelecimento de ligações afetivas, sociais e espaciais com a cidade e com outros sujeitos que nela habitam. É também uma integração com o novo lugar de residência. Todavia, como processo sócio-espacial que é, há fatores que sobre ele incidirão, tais como as particularidades/singularidades da constituição/formação histórica e sócio-espacial desses jovens, por exemplo. Do mesmo modo, essa diversidade presente tanto nas juventudes quanto em suas trajetórias sócio-espaciais e históricas foi encontrada também na reterritorialização dos jovens migrantes estudados.

Como sujeito social, o migrante jovem não será passivo diante da

reterritorialização. Mas sua trajetória de vida, a classe social a que pertence, a identificação com o espaço urbano anterior, sua intencionalidade e receptividade em relação ao novo espaço, por exemplo, irão afetar a velocidade e a intensidade desse processo. Ora acelerando-o, ora retardando-o. Então, a reterritorialização, por ser um processo dinâmico e complexo, dar-se-á de forma distinta entre os vários sujeitos por ela atingidos.

Portanto, nesse contexto, é preciso ressaltar que o processo de reterritorialização dos jovens migrantes entrevistados não ocorre homogeneamente e nem se constitui em um processo linear, gradativo. O que se pode apreender entre os jovens migrantes, por meio das evidências da pesquisa, foi a existência/identificação de três situações:

1. Reterritorialização efetiva – nessa situação o jovem migrante se encontra mais integrado com a metrópole, tendo nela se reterritorializado. Ele já estabeleceu elos afetivos, cognitivos e de identificação com a metrópole. Suas redes de sociabilidade e suas práticas espaciais na cidade são mais amplas e complexas. As territorialidades exercidas por ele na cidade se processam de forma espontânea e contundente, sendo portador de uma multiterritorialidade e capaz de pertencer a distintos territórios e grupos de sociabilidade. Em relação a essa situação, é preciso fazer uma ressalva, pois quando se fala em reterritorialização efetiva não se quer dizer que o jovem está se apropriando por completo da cidade, pois o processo de segregação/fragmentação na metrópole não lhe dá condições para isso, sobretudo por sua condição limitada do ponto de vista dos processos dominantes da produção urbana e social. Mas o que se quer destacar aqui é a inserção mais efetiva que alguns jovens parecem realizar, ou seja, a superação da sua condição de estranhamento como estrangeiro, como migrante. Cinco jovens apresentam elementos indicadores de uma completa reterritorialização. A citação de alguns trechos das falas desses jovens migrantes são exemplos de seu pertencimento a essa situação:

Nossa! Já fui a vários lugares que nem me lembro se tem algum que não conheço.

Sim, adoro morar em Goiânia. Primeiro, porque gosto dos lugares, das amizades e do meu namorado.

Goiânia é uma cidade maravilhosa. Seu pudesse trocaria o hino do Rio [de Janeiro] para Goiânia [sobre a música: Cidade Maravilhosa...].

Eu vou muito ao *Shopping Flamboyant* [no Setor Jardim Goiás]. Vou a *shows* no Atlantic Music Hall, na Vila Mix [em Aparecida de Goiânia e Setor Marista, respectivamente]. Gosto também de ir ao *Parque Mutirama* [no Setor Central] e ao *Parque Flamboyant* [no Setor Jardim Goiás]. Vou também muito pra *Aparecida* [de Goiânia – na RMG], pois minha avó mora lá.

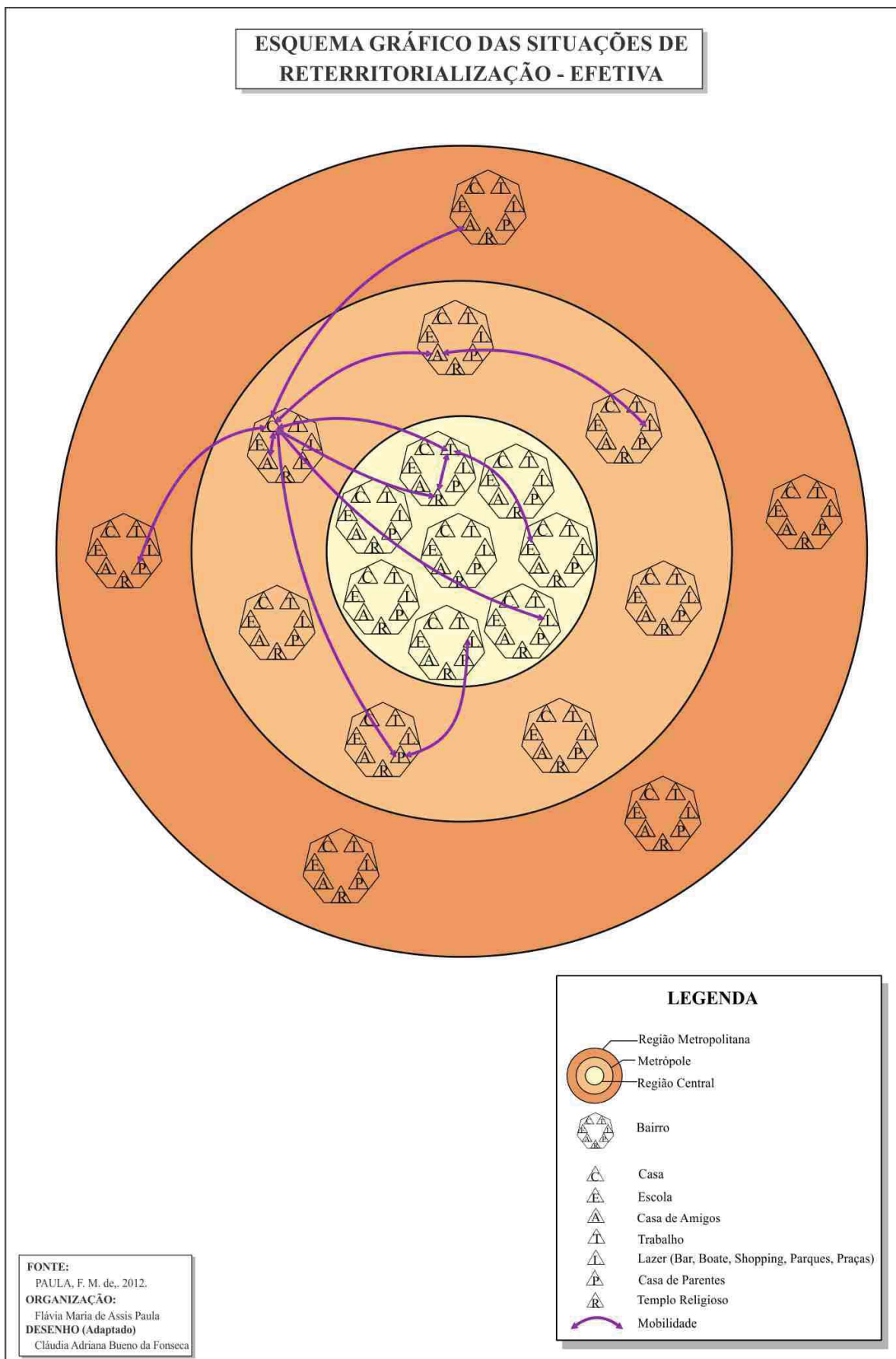
Vou muito ao *Clube do Mané* [Pesque e Pague – Saída para Abadia de Goiás]. Vou também ao [*Shopping*] *Flamboyant* e no [*Parque*] *Vaca Brava*.

Não pretendo voltar não [para sua cidade natal]. Já me acostumei com a cidade [Goiânia], já fiz novas amizades, arrumei um emprego, estou na faculdade [...].

As palavras destacadas nos trechos das falas dos jovens nesse tipo de situação evidenciam a ligação afetiva e sua maior mobilidade por diversos lugares da metrópole e até para a RMG. O esquema gráfico 1 apresentado a seguir tenta reproduzir essa situação de reterritorialização dos jovens migrantes entrevistados.

Todavia, faz-se necessária uma ressalva: este e os demais esquemas gráficos que se seguem não se constituem nas reais práticas espaciais e mobilidades dos jovens migrantes, mas são uma representação destas, um modo de visualizar espacialmente amplitude ou redução dela. A mesma observação vale também para seus bairros, pois os mesmos nem sempre são dotados de todos os equipamentos e instituições que estão indicados no modelo esquemático. Ademais, sabe-se que a realidade é dinâmica e não estática; e o que se faz, na ânsia por compreendê-la, é uma apreensão dela.

ESQUEMA GRÁFICO 1. RETERRITORIZAÇÃO EFETIVA



2. Reterritorialização parcial – nesse plano a reterritorialização do jovem migrante está em andamento, ou seja, ela ainda não se efetivou totalmente. Embora o jovem não esteja completamente integrado aos espaços e tempos da metrópole, pode-se inferir que isso se dá basicamente por sua condição social e econômica, pois ele está disposto a conhecê-la e a entendê-la. Já estabeleceu práticas espaciais cotidianas e sua rede de sociabilidade começa a se ampliar para além dos espaços primários de socialização (a casa, o local de trabalho, a escola), estendendo-se também para os espaços e tempos de lazer da cidade. Suas territorialidades estão se estabelecendo e se tornando mais complexas. Essa situação parece ser vivenciada por três dos jovens migrantes entrevistados. As falas transcritas a seguir são indicativas dessa situação:

Quando cheguei achei tudo muito grande. Tinha medo de me perder, pois a cidade é grande. Agora já me acostumei com o tamanho [de Goiânia] [...].

Achei a cidade muito movimentada, uma desorganização, as ruas com muita gente. Mas agora tô mais adaptado, já entendo a lógica [de organização da cidade].

Como eu vim do interior, aqui é uma correria [sobre a cidade]. As coisas são mais longe. Mas aqui tem mais oportunidades. Eu consigo fazer tudo que preciso.

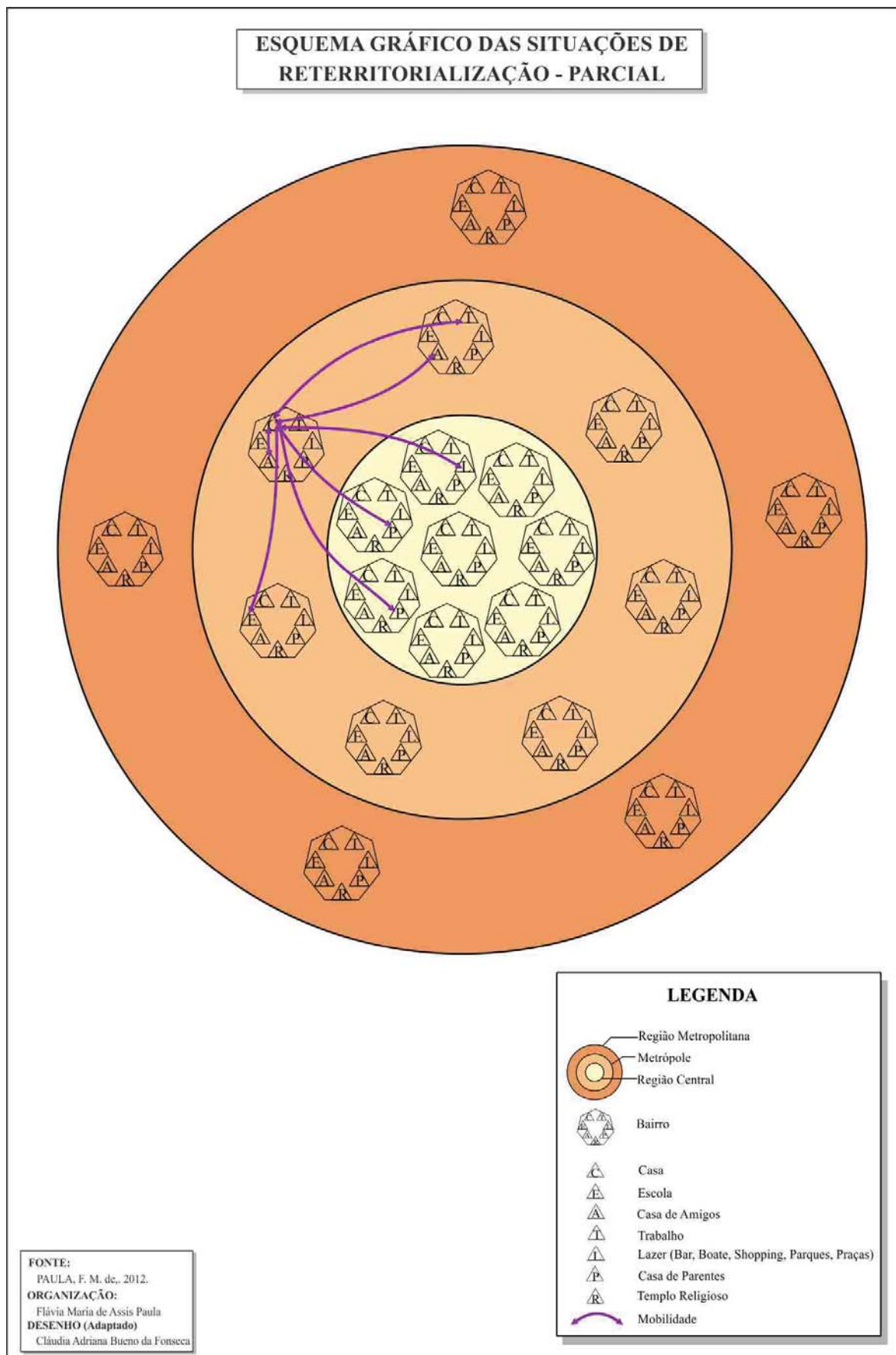
Na verdade, assim eu vou ao shopping e em algum parque [Vaca Brava – no Setor Bueno e Areião – Setor Pedro Ludovico]. Mais no Araguaia [shopping no Terminal Rodoviário de Goiânia] e no Banana [shopping no centro da cidade]. Mas vou mais aos lugares mais próximos da minha casa.

Olha, eu saio mais com o pessoal do trabalho, saio mais para barzinhos [próximos ao local de trabalho] e para casa dos meus amigos [que não os do trabalho].

Saio muito com meus amigos pra estudar, pra ir no cinema do Shopping Flamboyant e pra ir no [Parque] Vaca Brava pra passear e distrair um pouco, conversar e fazer piquenique.

Os termos destacados nas falas dos jovens migrantes nessa situação evidenciam um misto de sentimentos em relação à metrópole que vai do estranhamento ao entendimento e aceitação da lógica da metrópole; além de destacarem uma mobilidade que começa a se expandir para alguns lugares dela. O modelo esquemático (Esquema gráfico 2) a seguir procura demonstrar a mobilidade do jovem migrante nessa situação de reterritorialização:

ESQUEMA GRÁFICO2. RETERRITORIZAÇÃO PARCIAL



3. Reterritorialização precária²³ ou restrita – nesse estado, a reterritorialização do jovem migrante é incipiente ou mínima, pois ele ainda não se mostrou disposto a integrar-se com a dinâmica sócio-espacial da metrópole (mesmo dos “pedaços” que estão ao seu alcance). Há mesmo um sentimento de apatia e estagnação perante o novo espaço urbano. Embora ele desempenhe práticas espaciais, elas se constituem em meros deslocamentos entre espaços primários (como, por exemplo, entre a casa e o local de trabalho; entre esta e a escola ou universidade etc.), e sua rede de sociabilidade é restrita a esses espaços. Suas territorialidades são simples e não intencionais. Dois jovens migrantes entrevistados demonstram possuir aspectos que os vinculam a esta situação. A seguir são apresentadas algumas falas desses jovens entrevistados que denotam elementos dessa situação de reterritorialização precária ou restrita:

Quando cheguei achei a cidade muito movimentada; perigosa mesmo. Ainda tenho a mesma imagem. Parece que o movimento está ainda pior [...].

Não gosto de morar aqui [em Goiânia], pelo fato de que aqui eu não tenho muita liberdade. É muita correria [...] quase não tenho tempo pra sair [...].

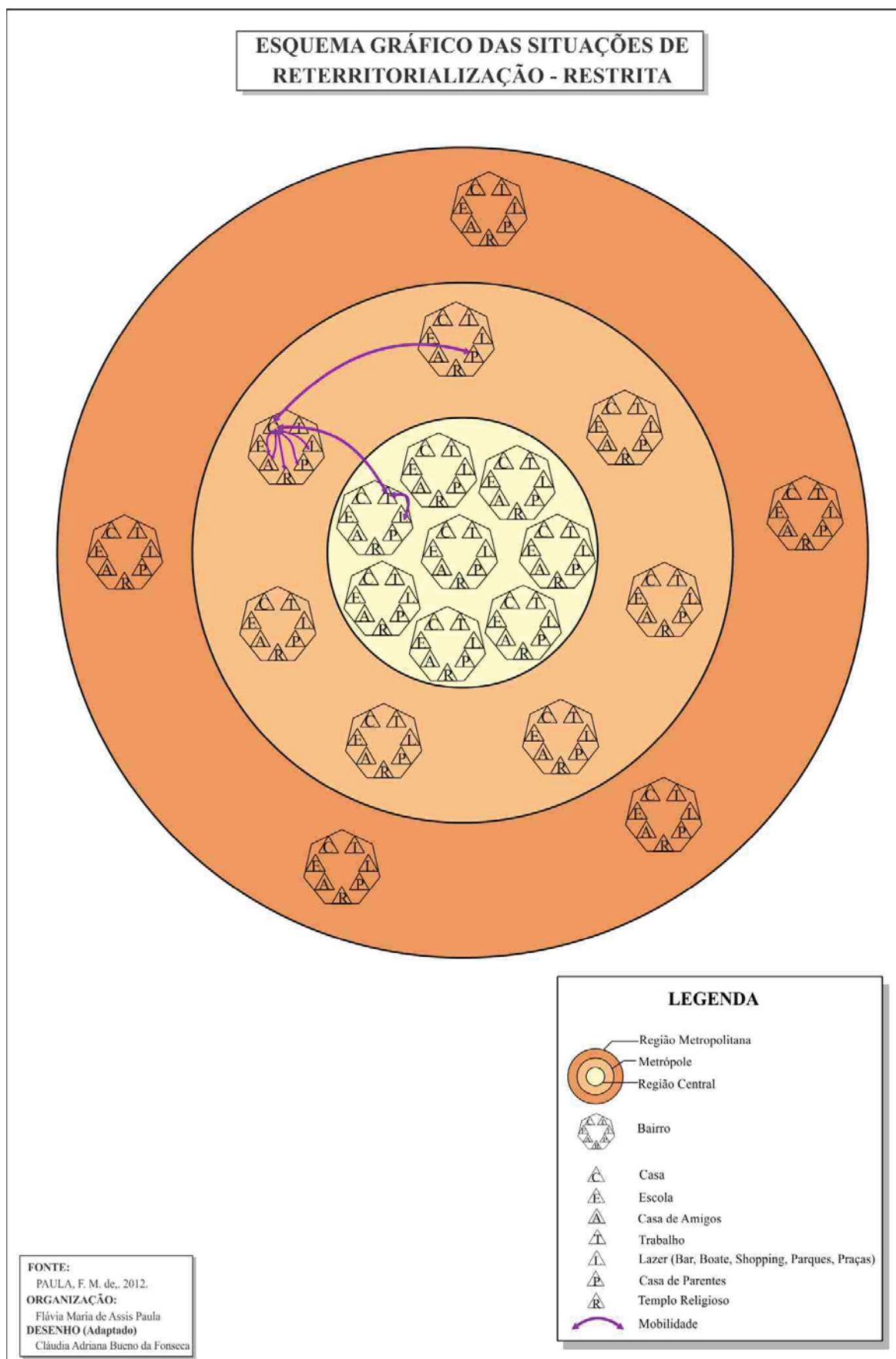
Eu costumo ir para a casa das minhas amigas, ou elas vêm pra minha, pra gente ficar conversando e assistir filmes em casa. Raramente saio pra parque e shopping [...].

Eu vou a algum pit dog [um tipo de sanduicheria típica de Goiânia e de Goiás] no Setor Universitário com meu irmão. Quase não saio de casa [...].

O conjunto de palavras destacado nas respostas dos jovens nessa situação, anteriormente apresentadas, denota tanto o estranhamento e a falta de adaptação deles em relação à metrópole quanto sua negação ou resistência em ampliar sua mobilidade e circulação por ela. O Esquema gráfico 3 a seguir procura demonstrar a mobilidade restrita dos jovens vinculados a essa situação de reterritorialização:

²³ Cabe esclarecer que o termo “reterritorialização precária” adveio de Haesbaert (2004, p. 370); que destaca que elas “[...] podem ser o embrião de reterritorializações comprometidas com a reconstrução reflexiva que acredita e luta constantemente por uma sociedade mais justa e igualitária.”.

ESQUEMA GRÁFICO 3. RETERRITORIZAÇÃO PRECÁRIA OU RESTRITA



É preciso enfatizar mais uma vez que tais situações são interpretações com base nas entrevistas concedidas pelos jovens migrantes. Sabe-se que é difícil também, pelos aspectos subjetivos envolvidos nessa caracterização, definir de fato um período temporal mínimo ou máximo para a permanência ou mudança de situação; ou mesmo se haverá tal mudança. Na verdade, o que se pode constatar é que os próprios jovens, por meio de constituições subjetivas (imateriais) e objetivas (materiais), são mais ou menos permeáveis ao novo território no qual se instalam. Harvey (2011, p. 138, grifo do autor), discorrendo sobre o modo como o indivíduo (o corpo) se relaciona com o mundo que o cerca, destaca: “Na qualidade de ‘máquina desejante’ capaz de criar ordem não apenas em seu próprio interior mas também em seu entorno, o corpo humano é ativo e transformador em relação aos processos que o produzem, sustentam e dissolvem”. Outrossim, a reterritorialização é um processo dinâmico, não linear, não previsível, mas se dá de modo diferente, de forma diversa entre os sujeitos (não apenas entre os jovens migrantes, mas entre todos que realizam uma mobilidade entre espaços e lugares). A tipificação proposta foi uma tentativa de compreender melhor a diversidade e a dinamicidade desse processo.

Neste contexto urbano, é preciso ressaltar que as práticas sócio-espaciais dos diferentes sujeitos, ao mesmo tempo em que possibilitam a (re)produção do espaço urbano, influenciam o processo de construção das identidades coletivas e individuais desses próprios sujeitos ao mediar o contato deles com a cidade, permitindo-lhes conhecer e se relacionar com outros indivíduos e com outros lugares da cidade (CARLOS, 2004, 2011; CAVALCANTI, 2011). As relações que eles estabelecem por sua vez delineiam múltiplos territórios. Multiplicidade territorial que se dá pelo fato de que os homens circunscrevem territorializações de bases materiais e imateriais variadas, as quais estão pautadas por relações sócio-espaciais (HAESBAERT, 2004, 2008; SAQUET, 2009, 2010).

Foi constatado ainda que, mesmo considerando a diversidade do processo, como anteriormente destacado, esses jovens migrantes vivem e se apropriam da cidade de Goiânia parcialmente. Isso ficou evidente na fala de alguns jovens ao relatarem que não pensam e não têm interesse em conhecer outros espaços da cidade além dos que eles costumam frequentar. Essa assertiva pode indicar a falta de conhecimento em relação aos demais espaços de Goiânia, o que lhes dá uma visão parcial da cidade, ou ainda sua falta de consciência em relação à

sua condição sócio-espacial desprivilegiada. Dessa forma, a segregação e a fragmentação as quais eles estão submetidos não lhes permitem exercer seus direitos de usufruir da cidade de forma plena.

Tanto Beltrão Spósito (2011) quanto Mendes (2011) são enfáticos ao afirmar que essa fragmentação espacial e social é resultado direto da condição urbana pós-moderna que afeta a cidade. Para os referidos autores, a cidade, nesse contexto, é uma realidade flexível que se adapta e se modifica mediante as exigências e necessidades do capital e do mercado. Assim, ela não pode mais ser compreendida como uma unidade espacial, mas como um conjunto de fragmentos, sendo portadora de uma descontinuidade territorial e urbanística, na qual as relações sociais e as estratégias de apropriação do espaço pelas diferentes classes sociais e pelos diferentes sujeitos tornam-se mais complexas e parcelares.

Cabe à Geografia, por meio de sua leitura dos espaços e lugares da cidade, desvendar tais relações sócio-espaciais empreendidas pelos homens em sua cotidianidade, por meio das quais eles produzem espaços e territórios, espacialidades distintas e constroem uma identidade territorial com a cidade e o espaço urbano no qual vivem. A cidade e o espaço urbano, por sua vez, interagem com tais sujeitos, modificando-os, reconstruindo-os, dotando-lhes de novas experiências e percepções sociais, econômicas, culturais, espaciais, temporais etc. O próximo item procura exatamente estabelecer uma reflexão sobre a importância e o papel das práticas espaciais cotidianas e das redes de sociabilidade juvenis no contexto da reterritorialização.

4.2 O papel das práticas sócio-espaciais urbanas e das redes de sociabilidade juvenis no processo de (re)territorialização

O espaço urbano e a cidade são produzidos socialmente, ou seja, são resultantes das interações dos homens entre si e, ao mesmo tempo, destes com o espaço urbano e a cidade nos quais residem. É por meio dessas múltiplas interações que os sujeitos (tais quais os jovens migrantes) que habitam a cidade ou a metrópole, que a vivenciam, ou que nela veem a possibilidade de um futuro

melhor, se tornam atores do espaço urbano.

Mesmo que tais sujeitos ou atores sejam portadores de diferenças de classe social (ricos e pobres), de gênero (homens e mulheres), de idade (jovens e idosos), de formação educacional (letrados e iletrados); de origem (naturais ou migrantes); ou incluídos ou excluídos do sistema (econômico, técnico, político) etc., todos são capazes, com maior ou menor capacidade/intensidade, de influenciar e interferir na produção social do espaço, sendo portadores/produtores de uma espacialidade (BELTRÃO SPÓSITO, 2011).

Essa espacialidade é construída e revelada cotidianamente através das práticas sócio-espaciais, as quais podem ser entendidas como as ações cotidianas por meio das quais os sujeitos vivenciam a cidade e dela se apropriam. É também por meio dessas práticas espaciais que os sujeitos sociais produzem e constroem a cidade, bem como lhe dão significados que são conformados a partir da mobilidade cotidiana inscrita nos diferentes lugares da cidade ou da metrópole e em tempos também distintos. A mobilidade é aqui entendida não apenas como um mero deslocamento, mas em uma perspectiva que ultrapassa essa noção e a considera como uma relação social que permite ao sujeito produzir o espaço urbano no qual ele se insere, por meio de suas territorialidades e práticas espaciais cotidianas (BALBIM, 2004; LEVY, 2009; SALGUEIRO, 2009; JARDIM, 2011).

Sobre essa questão, Carlos (2011) acrescenta, pertinentemente, que, na relação cotidiana com e no espaço, o próprio sujeito ou indivíduo é transformado, afirmando-se como ser individual e coletivo, produzindo sua própria identidade. A referida autora acrescenta ainda que “[...] a relação espaço-tempo se explicita, na condição de prática sócio-espacial, no plano da vida cotidiana, realizando-se enquanto modo de apropriação (o que envolve espaços e tempos determinados)” (CARLOS, 2011, p.11).

Assim, reafirma-se a importância do espaço e do tempo para a compreensão dos fenômenos, fatos e processos que se dão no cotidiano, os quais contribuem para a formação de distintos lugares, paisagens e territórios urbanos, cujas análises revelam, além da forma urbana, também seu conteúdo. A cidade e o espaço urbano são pares que se completam por meio de aspectos materiais e imateriais: as paisagens; as instituições; as construções; os agentes produtores (internos e externos); os modos de vida, os processos e aspectos econômicos,

sociais, físicos, culturais e políticos; as subjetividades individuais e coletivas; os tempos distintos; os fluxos de pessoas, bens e capitais etc.

Dentre os sujeitos que produzem (vivenciam/ usufruem/apropriam-se) a cidade, os jovens se apresentam como um grupo bastante ativo no espaço urbano, pois eles inscrevem espacialidades diversas por meio de ações cotidianas e de relações com seus pares. É a partir de tais ações e redes de sociabilidade estabelecidas que os jovens constroem territórios e se apropriam dos diferentes espaços urbanos de uma cidade, ainda que tais territórios sejam construídos com base em confrontos com outros jovens, ou com grupos diferentes daquele do qual eles fazem parte.

Acerca da importância da sociabilidade para os jovens como parte expressiva de sua condição juvenil e de sua identidade, Dayrell, Nogueira e Miranda (2011, p. 30) destacam que “[...] a sociabilidade para os jovens parece responder às suas necessidades de comunicação, de solidariedade, de democracia, de autonomia, de trocas afetivas e, principalmente, de identidade”.

Dessa forma, a sociabilidade torna-se bastante relevante, pois a vivência em grupo, entre seus iguais, lhes propicia também uma identidade juvenil e espacial. Para os jovens, viver sua juventude é antes de tudo estar entre seus pares; é “fazer coisas” de jovens (conversar, namorar, dançar, se divertir, passear, circular, curtir etc.); é estar com quem se gosta (pais, parentes, amigos, colegas etc.) no lugar do qual se gosta (a cidade, o bairro, a casa, a escola, a igreja, o trabalho, a praça, o parque, o *shopping* etc.).

Os jovens migrantes aqui estudados se constituem também em produtores do espaço urbano. Suas práticas espaciais, sua espacialidade e redes de sociabilidade realizadas nos diferentes espaços de Goiânia lhes conferem territorialidades, ou seja, estratégias territoriais as quais lhes permitem se reterritorializar no espaço urbano goianiense. Um espaço urbano, a princípio, que lhes traz estranhamento, mas que se dá a conhecer, a entender e que possibilita sua apropriação (mesmo que parcial ou simbólica somente, ou nos espaços intersticiais) a partir do momento em que tais jovens migrantes estabelecem práticas espaciais e constituem novas redes de sociabilidade em espaços/tempos diversos.

Assim, é por meio dessa mobilidade cotidiana, de sua inserção nesses

espaços/tempos da escola, do trabalho, do bairro, da praça, dos parques, dos *shoppings* goianienses etc.; de seu convívio com os parentes, professores, amigos, colegas de trabalhos; de suas perambulações, idas e vindas pela cidade em circuitos que são de seu grupo principal de relacionamentos ou de outros grupos secundários; através de expressões culturais tais como a dança, expressões verbais e gestuais, as vestimentas que os jovens migrantes, como qualquer outro jovem, reelaboram e vivenciam sua nova condição juvenil. Dayrell (2007), discutindo a importância da mobilidade cotidiana e da sociabilidade no processo de constituição da condição juvenil, destaca:

[...] Para muitos desses jovens, a vida constitui-se no movimento, em um trânsito constante entre os espaços e tempos institucionais, da obrigação, da norma e da prescrição, e aqueles intersticiais, nos quais predominam a sociabilidade, os ritos e símbolos próprios, o prazer. É nesse percurso, marcado pela transitoriedade, que vão se delineando as trajetórias para a vida adulta. É nesse movimento que se fazem, construindo modos próprios de ser jovem. (DAYRELL, 2007, p. 1113).

Pode-se perceber, conforme apontado no Capítulo 3, que as principais práticas espaciais desenvolvidas pelos jovens migrantes aqui estudados estão relacionadas ao estudo, ao trabalho e ao lazer. Por consequência, os locais que mais contribuíram para o processo de reterritorialização deles em Goiânia foram: a escola, a igreja, o trabalho e os locais de lazer com os amigos, principalmente os *shoppings* e parques. Além disso, esses espaços possibilitaram ainda o estabelecimento e ampliação dos grupos de sociabilidade na metrópole para além do contexto familiar. A transcrição das falas de alguns jovens – com relação à sua ambientação/adaptação com a cidade; ou a quem o ajudou nesse processo; sobre seu grupo de sociabilidade principal; ou se gosta de morar em Goiânia – deixa transparecer bem esses aspectos relacionados à territorialização.

No começo não foi fácil me adaptar, mas com o companheirismo dos amigos, com a escola, fui me adaptando. Hoje, só penso em mudar se arrumar um emprego muito bom lá [na cidade natal], para estar junto da minha família [...].

Saio muito com meus amigos para estudar, pra ir no cinema do Shopping Flamboyant ou pra ir no [Parque] Vaca Brava pra passear e distrair um pouco, conversar e fazer piquenique.

A igreja e a escola foi o que mais me ajudou a me adaptar com a cidade.

Sim eu gosto muito de morar aqui [em Goiânia]. Aqui tem vários lugares pra ir, pra o lazer. Tenho muitos amigos aqui.

[...] Eu já me acostumei com a cidade, já conheço bem Goiânia e já fiz novas amizades.

Não pretendo voltar não [para sua cidade natal]. Já me acostumei com a cidade [Goiânia], já fiz novas amizades, arrumei um emprego, estou na faculdade [...].

São as práticas espaciais realizadas por eles cotidianamente em Goiânia que irão contribuir para o estabelecimento de novos processos de territorialização. Dessa maneira, ao trabalhar, estudar, realizar atividades de lazer etc., esses jovens circulam, conhecem, familiarizam-se com os espaços da metrópole. São nesses espaços que os jovens migrantes estabelecem também novas redes de sociabilidade, pois é a partir da vivência, entre seus pares, que se identificam como jovens, empreendem territorialidades e constroem/estabelecem novos territórios.

Nesse contexto, os espaços públicos ganham uma conotação importante, pois são lugares do encontro com o outro, das diferenças, mas ao mesmo tempo são lugares nos quais se garante a igualdade de direitos (GOMES, 2002; SOUZA, 2008). Eles são construídos a partir da necessidade de relações de sociabilidade e, como tais, são produzidos socialmente. Diante esses aspectos, eles são vistos como um espaço material e imaterial (GOMES, 2012).

Gomes (2012) ressalta a importância de se entender o espaço público como o lócus, como o espaço físico da cidadania e de sua efetivação, sendo a copresença dos indivíduos, a publicidade, o debate; a acessibilidade e a isonomia características essenciais à sua definição. Assim, o espaço público deve ser acessível a todos, ao mesmo tempo em que deve garantir uma convivência civilizada entre as diferentes classes sociais. Contudo, Serpa (2011) salienta que os espaços públicos na atualidade foram privatizados ao serem incorporados pelo capital e transformaram-se em mercadoria para o consumo e o benefício de poucos. Assim, muitos dos espaços públicos atuais, ao serem apropriados e dominados por determinados grupos, tornam-se propriedade de poucos, propiciando não a convivência entre os diferentes, mas a segregação e o apartamento entre eles.

Para Gomes (2002), é preciso resgatar essa especificidade dos espaços públicos da construção de identidades e sociabilidades, sua capacidade de ser um

local de participação ativa, de ser um espaço político. Esse resgate certamente contribuiria para a própria ampliação da noção de cidadania por parte dos sujeitos que deles usufruem, uma vez que suas práticas sociais são orientadas por esses espaços, ao mesmo tempo em que eles são transformados por elas. Esse resgate pode ser feito no movimento social, na articulação da sociedade civil e democraticamente organizada, resultando em demandas que entram em condições de legitimidade no jogo de forças políticas das instâncias do Estado – portanto uma conquista social e não uma concessão do poder público, do Estado. Em obra mais recente o mesmo autor exprime sua noção de espaço público como lugar de debates, reivindicações políticas e transformação social. Em suas palavras:

Os espaços públicos são, nesse sentido, lugares onde os problemas são assinalados e significados, um terreno onde se exprimem tensões, o conflito se transforma em debate e a problematização da vida social é posta em cena. Ele constitui, por isso, uma arena de debates, mas também um terreno de reconhecimento e de inscrições dos conflitos sociais. Por essa razão, esses espaços são marcadores fundamentais da transformação social. (GOMES, 2012, p. 24).

Assim, o novo contexto espacial urbano, no caso a metrópole goianiense, interfere diretamente na condição juvenil dos jovens migrantes vindos de outros núcleos urbanos, principalmente os de menor porte que Goiânia. A vivência cotidiana desses jovens nos espaços públicos da metrópole contribui para seu processo de reterritorialização na nova cidade, ao mesmo tempo em que propicia uma ampliação da sua percepção em relação à realidade que os cerca e à sua condição juvenil atual e de outrora. Ao circularem, ao realizarem suas práticas espaciais pelos parques, pelas praças, pelas ruas e avenidas, ou por outros espaços públicos da cidade, ao produzirem novas espacialidades, nos interstícios dos lugares, os jovens migrantes se apropriam, identificam-se e usufruem melhor dela. Nesse contexto, como já foi dito, a mobilidade desses jovens migrantes é um fator essencial em seu processo de reterritorialização.

Haesbaert (2004, 2008) e Santos (1999) destacam a importância da mobilidade na construção de territórios ou no processo de territorialização dos indivíduos na atualidade. Para Haesbaert (2008, p. 23), essa importância da mobilidade é evidenciada na construção e controle dos territórios redes, ou seja, “na construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente fluxos de

peças, mercadorias e informações)". Em obra anterior (HAESBAERT, 2004, p. 82), o referido autor também denota a relevância de se compreender o território com base em uma perspectiva relacional, como "[...] movimento, fluidez, interconexão – em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade". Santos, por sua vez, traz argumentos que podem ser acrescentados no sentido de defender-se esse potencial criador na mobilidade. Conforme expõe:

Hoje, a mobilidade se tornou praticamente uma regra. O movimento se sobrepõe ao repouso. A circulação é mais criadora que a produção. Os homens mudam de lugar como turistas ou como migrantes. [...] desterritorialização é, frequentemente, uma outra palavra para significar estranhamento, que é, também, desculturização. (SANTOS, 1999, p. 262).

Dessa forma, percebeu-se que os jovens migrantes com mobilidade restringida ou limitada, que não conseguem estabelecer novas redes de sociabilidade e ampliar suas práticas espaciais, possuem e produzem também uma espacialidade reduzida, o que dificulta sobremaneira sua territorialização em Goiânia. A identificação desse jovem migrante com a cidade também é prejudicada, o que fica nítido nas falas de três jovens migrantes entrevistados. As respostas referem-se, respectivamente, às indagações acerca de gostar ou não de morar em Goiânia; das atividades desenvolvidas com os amigos e sobre os principais locais que costumam ir; e sobre o processo de ambientação com a metrópole:

Não gosto de morar aqui [em Goiânia], pelo fato de que aqui eu não tenho muita liberdade. É muita correria [...] quase não tenho tempo pra sair [...].

Eu costumo ir para a casa das minhas amigas, ou elas vêm pra minha, pra gente ficar conversando e assistir filmes em casa. Raramente saio pra parque e *shopping* [...].

Me ambientei aos poucos. Quase não saio de casa. Tive mais dificuldade em arrumar emprego e estudar. Mas isso foi mais no começo, agora nem tanto.

O conjunto de respostas dadas a outra indagação, que se preocupou em detectar se o jovem gostaria de conhecer ou de frequentar algum lugar específico de Goiânia, também reforça essa relação entre a territorialização e a visão parcial ou fragmentada da cidade. A maioria dos jovens respondeu que não havia nenhum lugar que quisesse conhecer, não porque já conhecesse, mas porque ainda não

tinha parado para pensar no assunto. Na verdade, o que se pode inferir a partir de tais respostas foram a falta de conhecimento jovens em relação à própria cidade de Goiânia e a constatação de uma vivência parcial desses jovens em relação a ela.

Também foi evidenciado que os jovens migrantes que têm uma sobrecarga de responsabilidades em relação ao mundo adulto, tais como o trabalho e a família, por exemplo, se consideram cerceados em relação às práticas juvenis nos espaços e tempos de lazer tipicamente juvenis; e gostariam de ter mais tempo livre para curtir sua juventude. Contudo, apesar dessas limitações apontadas por eles mesmos, tais jovens se reconhecem e se afirmam como jovens. A resposta de uma jovem migrante atesta bem esse sentimento em relação ao jovem que, além de estudante, é também trabalhador:

Me considero. Mas, às vezes, como hoje, acordei meio deprimida, desanimada [...]. Tenho muita responsabilidade. Não tenho tempo pra nada, trabalho demais. Acho que sou muito jovem pra ter tanta responsabilidade. Meus amigos não são assim, não precisam trabalhar, só estudam. Queria aproveitar mais minha juventude. Só tenho 18 anos e quase não saio. Meu trabalho tem pesado muito [...].

A referida fala da jovem migrante expressa ao mesmo tempo o desconforto e a consciência em relação à vivência distinta de sua condição juvenil se comparada àquela experimentada pelos jovens que não precisam trabalhar. Essa jovem migrante, apesar de se considerar jovem, sabe que há outros jovens que vivem sua juventude mais intensamente que ela. Essa percepção pode gerar pelo menos três tipos de reações e posicionamentos em relação a essa problemática. Ela pode tanto tentar uma mobilidade social por meio do trabalho e dos estudos, ou conformar-se com tal situação, não podendo usufruir com propriedade sua juventude e a cidade em si, ou ainda empreender (individual e/ou coletivamente) a luta social por suas utopias.

Conforme a pesquisa demonstrou, os vários espaços institucionais e não institucionais da cidade apropriados pelos jovens migrantes são centrais para a construção de sua identidade, para exercerem sua condição juvenil por meio de suas práticas espaciais. São eles: a escola; o trabalho; a igreja; os *shoppings*, os parques; as praças etc. Acredita-se que as práticas sócio-espaciais cotidianas dos jovens migrantes, tais como sua circulação pelo bairro de residência ou pela cidade, seus deslocamentos para o trabalho ou para a escola, suas práticas de lazer em

tempos e espaços para o lazer (os *shoppings centers*, as praças e parques etc.) – mas também em tempos e espaços institucionais (a igreja, a escola, o trabalho, etc.) – permitem-lhes construir espacialidades e territorialidades estreitamente vinculadas às suas redes de sociabilidade.

É por meio dessa sociabilidade, do encontro, do “estar junto” de seus pares, que os jovens migrantes vão construindo suas identidades e culturas juvenis, seus territórios (ainda que transitórios) e contribuindo com a produção do próprio espaço urbano no qual se inserem. Ainda que a maior parte deles esteja sujeita à segregação e à fragmentação por habitarem espaços periféricos da cidade, esses jovens vivenciam sua juventude, empreendem territorializações pelos espaços nos quais circulam e realizam suas práticas espaciais.

Entretanto, mesmo que esses espaços lhes sejam os mais próximos ou imediatos, e que eles não almejem ou não tenham consciência de sua limitação/fragmentação espacial, os jovens migrantes pesquisados conseguem vivenciar sua juventude, pois para eles o ser jovem é antes de tudo uma condição de autoidentificação. Ademais, não há um único modo de ser jovem, pois os jovens não são os mesmos, não vivem os mesmos tempos, nem os mesmos espaços e nem as mesmas trajetórias socioeconômicas e culturais. Há tantas juventudes quanto há tantos modos de ser jovem.

Diante do exposto, cabe perguntar: como o jovem migrante, em seu processo reterritorialização na metrópole, pode, por meio de suas práticas espaciais cotidianas, romper as barreiras (materiais e imateriais) que lhes são impostas pelos processos de segregação e fragmentação? Como sua espacialidade e suas territorialidades podem ser utilizadas nesse contexto? Que contribuições a Geografia, os espaços e as ações do poder público podem dar à superação dessa vivência parcelar do jovem migrante de baixa renda em relação ao espaço intraurbano de Goiânia? O item que segue tece algumas considerações acerca de tais questionamentos.

4.3 As práticas espaciais como componentes da (re)territorialização do migrante jovem: para além da segregação e da fragmentação urbanas

Na atualidade, a cidade e os sujeitos que a produzem vivenciam, em diferentes níveis e acepções, os processos de fragmentação social e espacial. Ainda que ela possa ser uma opção das classes sociais mais abastadas que se autossegregam, o mesmo não pode ser dito em relação às classes de menor poder aquisitivo, que, na maioria das vezes, vivem essa condição sem dela ter sequer consciência ou condições de alterá-la. Ribeiro (2012, p. 93-94), discorrendo acerca do processo de fragmentação, explicita:

A noção de fragmentação indica tanto transformações na materialidade urbana que interrompem a cooperação e o intercâmbio de bens e ideias, isolando segmentos sociais, quanto a perda de referências institucionais na orientação da vida diária e na definição de expectativas coletivas. Ainda com maior frequência, essa noção tem sido utilizada para se destacar o agravamento das desigualdades sociais em suas dimensões material e simbólica. Com esta última conotação, a fragmentação corresponde ao reconhecimento de que as desigualdades sociais, ao ultrapassarem os níveis anteriores de marginalização social, incluiriam a experiência do isolamento e, finalmente, da exclusão social.

Diante da exposição anterior, pode-se afirmar que a consequência desse fenômeno para os indivíduos – no que se refere ao uso e apropriação da cidade – mostra-se prejudicial. Assim, a dominação do espaço urbano por poucos sobrepor-se-á à apropriação dele por todos; ficando neste contexto também prejudicado o direito à cidade (LEFEBVRE, 1981, 1991).

A fragmentação e a segregação urbanas separam os homens uns dos outros e dos/nos espaços da cidade. Há lugares mais ou menos permeáveis a uma ou outra classe social, pois a convivência e o encontro entre as distintas classes sociais produzem conflitos e estranhamentos. Essa separação entre os espaços e os diferentes sujeitos atesta, conforme aponta Beltrão Sposito (2011, p. 142), o

[...] aprofundamento das desigualdades, negando as possibilidades de diálogo entre as diferenças, o que justifica a adoção da noção de fragmentação sócio-espacial, tanto no que se refere à sua dimensão sociopolítica [...] como em sua dimensão socioeconômica.

Nesse contexto, as diversas territorialidades dos diferentes sujeitos são também testadas, colocadas à prova cotidianamente no contato estabelecido com outros agentes e sujeitos, na confrontação de poderes no que tange ao estabelecimento de territórios pelo espaço urbano. A territorialidade, para Sack (2011, p. 63, 78), é “[...] uma estratégia geográfica poderosa para controlar pessoas e coisas através do controle de área [...]”, sendo responsável por “[...] estabelecer diferentes níveis de acesso a pessoas, coisas e relações”, podendo “[...] ser utilizada tanto nas relações cotidianas ou em organizações complexas”. Comungando dessa concepção acerca da territorialidade, Saquet (2011) identifica, então, quatro níveis correlatos que compõem a territorialidade:

- 1) as relações sociais;
- 2) as apropriações do espaço geográfico;
- 3) as intencionalidades; e
- 4) as práticas espaço/temporais.

Partindo desse pressuposto, compreende-se que as relações dos homens entre si e destes com/nos espaços urbanos são também estratégias territoriais, ou seja, são territorialidades construídas a partir das práticas espaciais, da mobilidade cotidiana e das redes de sociabilidades e territorialização que eles exercem sobre o espaço de uma metrópole ou cidade.

Nessa perspectiva, a mobilidade e as práticas sócio-espaciais cotidianas dos sujeitos pela cidade são também afetadas por esses processos, ficando restringidas, ainda que não totalmente, aos espaços que lhes são mais imediatos ou próximos. Assim, os sujeitos acabam por ter apenas, e predominantemente, uma visão e uma apropriação parcelar da cidade, pois a produção do espaço urbano desta se dá de acordo com a lógica da produção capitalista.

Mas, conforme apontam Lefebvre (1981), Certeau (1996) e Carlos (2011), é também nesse cotidiano e por meio dele que são possíveis as ações que produzem e reproduzem tanto o espaço urbano quanto a própria sociedade. Acerca do cotidiano, Carlos (2011, p. 85, grifo da autora) salienta que ele “[...] é o lugar da

ação e do conflito, da consciência e da elaboração do projeto, bem com o da reivindicação do *direito ao uso*". Dessa forma, como componentes desse cotidiano no qual a vida é produzida e vivenciada, as práticas sócio-espaciais e a mobilidade são componentes do movimento (contraditório, conflituoso) social e podem ser usadas também como estratégias territoriais para o uso pleno do espaço urbano pelos diferentes sujeitos que a habitam. Essas práticas podem dar-se, por exemplo, nos espaços micros – do cotidiano direto, quando se busca subverter o estabelecido e dominante; em práticas de arte na rua, com base em encontros em horários e lugares “proibidos”; práticas não convencionais e não legitimadas, nos espaços virtuais (nas redes sociais) ou em espaços macros (praças, *shoppings* etc.) – em manifestações com ressonância mais geral (física ou virtual).

Esta pesquisa constatou que os jovens migrantes encontram-se também segregados e submetidos à fragmentação, tanto em relação aos locais de residência - pela ausência ou escassez neles de infraestruturas no que tange aos aspectos sociais, econômicos, culturais e de lazer etc. (por habitarem em bairros periféricos socialmente) – quanto por frequentarem espaços institucionais (escolas, trabalho e igreja), que são mais restritos ao seu bairro de residência. Dayrell (2007) e Martins e Carrano (2011), discorrendo acerca da ausência ou precariedade dos equipamentos públicos de lazer nos bairros dos jovens pobres, ressaltam que, nesse contexto, a sociabilidade ganha maior peso ao se deslocar para a escola (e para outros espaços institucionais: igreja, trabalho etc.) as expectativas dos jovens da convivência com outros jovens, ao se constituir como um espaço das práticas culturais juvenis.

Contudo, percebeu-se, no que se refere à escala de suas práticas espaciais, que os jovens migrantes que conseguem estender suas ações cotidianas de estudo, de trabalho, e, especialmente, de lazer, e também as suas redes de sociabilidade para além dos espaços-tempos de seus bairros residenciais conseguem construir espacialidades mais amplas que os ajudaram a compreender, perceber e se identificar melhor com Goiânia, ao mesmo tempo em que se tornam aspectos essenciais ao seu processo de reterritorialização e à efetivação de sua condição juvenil. Carlos (2011, p. 133), sobre esse contexto, afirma:

A vida cotidiana como espaço-tempo desse processo apresenta-se como prática objetiva, revelando-a como ação junto com as representações que a sustentam e explicam. Isto é, as relações sociais entre os homens se

realizam por apropriações sucessivas dos espaços e dos tempos como condição e realização de sua existência, dando-lhes conteúdo e sentido. Nesse processo, ilumina-se a contradição espaço privado/espaço público, sendo o último termo a negação do primeiro, na medida em que o espaço surge como espaços-tempos, forma das apropriações. Nessa perspectiva, as transformações nos sentidos e nos conteúdos do espaço público se explicitam como momentos definidores, capazes de revelar o movimento da sociedade em sua totalidade.

Conforme dito em momento anterior, acredita-se que a ampliação das práticas sócio-espaciais dos jovens migrantes acaba por contribuir para sua própria formação como sujeito produtor do espaço urbano goianiense. Mediante tal ampliação, esses jovens ampliam também sua mobilidade, tornam mais complexas suas territorialidades e redes de sociabilidade; são imbuídos de uma interação com o espaço urbano da metrópole, reformulando, assim, sua própria identidade em relação à Goiânia.

Ganham relevância, nesse contexto, os espaços públicos (a escola, as praças, os parques, os *shoppings* etc.). Por meio do acesso a eles é possível aos jovens (migrantes ou não migrantes) não apenas ampliar suas estratégias de territorialização e práticas espaciais – por serem locais de encontro e confronto –, mas também suas redes de sociabilidade e sua percepção acerca de outros grupos sociais, de outras dinâmicas da cidade, de seus processos e fenômenos. Nesse processo de apropriação e usufruto desses espaços públicos, que pode se dar de forma coletiva ou individual, os jovens usufruem também de seu direito à cidade, por serem tanto sujeitos que agem sobre esse espaço quanto sujeitos que pertencem e dele se apropriam (LEFEBVRE, 1991; CASSAB, 2009).

Partindo dessa premissa, Cavalcanti (2008, 2011), Dayrell (2007) e Cassab (2009) defendem a necessidade de o poder público, por meio de políticas públicas – voltadas para o planejamento urbano e para os jovens, respectivamente – tornar os espaços públicos e a própria cidade em espaços educadores e formadores de cidadania; em espaços de encontro, de estímulos e de trocas de conhecimento entre os jovens. Nas palavras de Cassab (2009, p. 207):

É na cidade que vivem esses jovens, e é a partir dela que eles criam suas estratégias, projetam seu futuro, vivenciam as desigualdades, experimentam o diverso, convivem com as diferenças, percebem as contradições e vislumbram e realizam suas ações. A cidade é o mundo.

Todavia, tais políticas públicas devem antes de tudo considerar as juventudes em sua complexidade, em sua diversidade (cultural, religiosa etc.) e desigualdades (sociais, econômicas etc.). Para tanto, é preciso entender os jovens como sujeitos sociais que são, ouvir suas demandas e necessidades, incluí-los nas tomadas de decisão que se referem a si mesmo. Por fim, dar-lhes também condições de exercerem sua cidadania por meio da ampliação e do conhecimento de suas espacialidades, para além dos processos de segregação e fragmentação por eles vivenciados. Mas é preciso ressaltar aqui que tais reivindicações e visibilidades das necessidades dos jovens e de políticas públicas voltadas para eles não são dadas, elas são conquistadas, no movimento social, resultantes de situações de conflito, do próprio envolvimento desses jovens nesses movimentos de reivindicação e mudança.

Portanto, a Geografia pode e deve – como uma ciência que analisa as espacialidades dos sujeitos – compreender e apreender as espacialidades dos jovens no espaço urbano e na cidade, as quais são neles inscritas por meio de suas práticas espaciais, territorialidades e redes de sociabilidade. Na verdade, ao contribuir para a explicitação das dinâmicas juvenis em metrópoles como Goiânia, para a constituição de espaços de cidadania e de jovens cidadãos, por meio de pesquisas, de teorias e do ensino de Geografia, por exemplo, a ciência geográfica contribuirá também para a transformação desses jovens e para o entendimento da própria cidade e do espaço urbano nos quais esses jovens atuam, circulam, apropriam-se de seus lugares, inscrevem suas “geografias” e vivenciam sua experiência e condição juvenil, ou seja, são sujeitos sociais jovens.

Nesse sentido, a presente pesquisa procurou contribuir com o avanço da discussão geográfica em relação às juventudes e suas práticas espaciais cotidianas, bem como enfatizar o papel dos jovens migrantes como sujeitos sociais produtores da cidade e do espaço urbano goianiense. Também ficou evidenciado que o processo de reterritorialização desses jovens está estreitamente vinculado a tais práticas espaciais e à constituição de redes de sociabilidades, seja nos espaços/tempos institucionais ou intersticiais.

Além disso, o presente trabalho constatou que há uma apropriação parcelar de Goiânia por parte desses jovens, o que restringe sua visão e compreensão acerca do que vem a ser a metrópole em sua totalidade. Essa

constatação revela a fragmentação e a segregação que atinge não apenas os bairros residenciais desses jovens migrantes, mas também dos demais jovens das classes populares. Entretanto, esses processos interferem ainda na condição juvenil desses jovens, a qual é restrita a determinados lugares da cidade. Por isso mesmo, destacou-se ainda a importância do planejamento e do poder públicos em propiciarem/produzirem políticas públicas juvenis que possibilitem ao jovem (migrante ou não) ampliar sua vivência, sua mobilidade e acessibilidade para espaços além dos limites de seus bairros, contribuindo assim para uma efetiva apropriação da cidade em sua concretude.

Nesse contexto, há uma especificidade a ser considerada, como já foi ressaltado: a condição de migrantes dos jovens. O processo de migração põe de manifesto, de uma maneira potencial, o processo desterritorialização/reterritorialização. É fato que os homens e mulheres “em relações cotidianas ou em organizações mais complexas”, para o exercício de suas vidas, territorializam-se (processo dinâmico que inclui os de desterritorialização/reterritorialização), ainda que não migrem, ou pelo menos que não façam migrações mais estendidas e/ou mais definitivas (como é o caso de “migrações” temporárias de um bairro a outro dentro da cidade, ou entre cidades próximas para estudar ou trabalhar etc.). No entanto, ao migrarem “definitivamente” de um espaço (estado, município, do campo para a cidade) para outro, realizam territorializações de modo mais intenso: há um corte brusco em seu processo de territorialização, há uma negação necessária de sua identificação e um corte com o espaço anterior; da mesma forma em que há um estranhamento inicial e profundo próprio de um estrangeiro ao se inserir em um novo espaço, estranhamento de si para com o espaço e do espaço para com ele.

Esse processo de desterritorialização/reterritorialização, pode-se dizer, sobrepõe-se, num primeiro momento, aos de fragmentação/segregação próprios da dinâmica da metrópole e de seus habitantes como um todo, tal como já se assinalou. Ou seja, o jovem se percebe num primeiro momento mais como migrante do que como um “sujeito segregado” na metrópole.

No caso de Goiás e de Goiânia, o que caracteriza o poder de atração de migrantes para seus espaços é a vinda de pessoas em busca de trabalho, de estudos etc. O que se dá principalmente pela falta dessas e outras condições sociais

(econômicas, culturais etc.) em seu lugar de origem; pela carência de desenvolvimento, de oportunidades e de superação social e econômica nesses locais, por exemplo. Contudo, é preciso esclarecer que nem sempre há uma perspectiva de inclusão garantida nessas áreas. Essa migração é um processo migratório, um movimento quase “forçado”, pois, conforme apontado nos Capítulos 1 e 3, Goiânia exerce grande polarização em municípios de médio e pequeno porte ao sul dos estados da Bahia, Maranhão, Pará, Tocantins, dentre outros; e que os jovens migrantes veem na capital um local de oportunidades e conquistas.

Assim, ao se tentar compreender, portanto, o processo de territorialização/desterritorialização/reterritorialização dos jovens da pesquisa, percebem-se implicações do processo de migração em Goiás/Goiânia na vivência pessoal/individual desse sujeito/segmento social em seu processo de inserção na metrópole. Ao vivenciarem a metrópole goiana esses jovens procuram se adaptar na medida em que são confrontados tanto com sentimentos de ordem interna (o estranhamento ou o deslumbramento; a falta de conhecimento em relação à cidade, o medo de sobrar, a ansiedade diante do novo, a solidão ou a euforia, o próprio temperamento, seus valores pessoais etc.); quanto com os de ordem externa (a lógica, os ritmos, o tamanho e os lugares da cidade, o novo bairro, a nova escola, o novo trabalho ou a falta dele, as novas amizades, a aceitação ou resistência de integrar-se a grupos de jovens etc.) em relação a esse novo espaço urbano.

Além do mais, no desenrolar do processo des-territorialização (HAESBAERT, 2004) dos jovens migrantes, pode-se dizer que à sua condição de migrante se somam outros determinantes: sua inserção periférica e de desigualdade social na metrópole e o “isolamento” deles resultantes. Ou seja, nesse momento o jovem pode se sentir numa situação de migrante segregado e excluído da vida na metrópole. Desse modo, a complexidade desse processo implica a vivência desse jovem na metrópole: se ele tem medo por um lado sendo jovem e pobre ele terá mais medo ainda sendo jovem migrante vivendo na metrópole, seu processo de reterritorialização nesse espaço estará marcado, portanto, por esses outros processos: de segregação/desigualdade/fragmentação; de estranhamento; de inserção periférica/precária/instável na vida social (trabalho, estudo, lazer etc.).

A resposta a todos esses processos pode ser uma reação de negação da metrópole, uma reação de violência; uma reação de criação de possíveis, de

mediações, de territorialidades por meio de suas práticas espaciais de suas redes de sociabilidade, ou seja, de seu posicionamento diante do novo espaço urbano. Na verdade, influenciada por esses distintos aspectos/posicionamentos/sentimentos a reterritorialização desse jovem processar-se-á de diferentes formas, como, por exemplo, as três situações de reterritorialização anteriormente identificadas.

Para alguns jovens ela será efetiva – uma vez que eles conseguem se inserir na lógica (formal e informal) da metrópole ou cidade, se apropriam de lugares, estabelecem relacionamentos e um sentimento de pertencimento a ela. Para outros ela será parcial – resultante do sentimento misto de integração/estranhamento em relação ao novo espaço urbano, suas dinâmicas e lugares. Já para outra parcela ela será restrita ou precária – pois os jovens que se encontram nessa situação têm um sentimento de negação e resistência em relação à cidade, uma apatia que lhes constrange e limita sua mobilidade e seu (re)conhecimento em relação a ela. Isso se dá porque esses jovens migrantes (e outros tipos de migrantes) são sujeitos sociais que são afetados e transformados pelos processos e fenômenos presentes nos espaços/tempos nos quais se inserem, ao mesmo tempo em que esses espaços//tempos são apropriados, ressignificados e modificados segundo a lógica interna desses indivíduos. Há mesmo que uma luta, um confronto (material e imaterial) entre o sujeito e a cidade, pela inserção/exclusão, pelo domínio/apropriação, pela ressignificação/negação – embates que resultam em uma reterritorialização desse indivíduo nesse espaço urbano/ metrópole/cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Goiânia é uma metrópole cuja dinâmica é permeada por diversos processos e fenômenos, entre os quais se destacam os processos de migração e segregação/fragmentação sócio-espacial. A migração e segregação sempre estiveram atreladas à formação territorial do espaço urbano da cidade, conforme ressaltado anteriormente. E assim, como a própria metrópole, ao longo do tempo e do espaço, eles foram se tornando mais complexos e mais dinâmicos. Contudo, é preciso salientar que tais processos afetam não apenas a produção/formação espacial da cidade, mas também a vivência cotidiana dos diferentes sujeitos e agentes que a habitam. Desse modo, essa construção/produção social de seu espaço urbano é resultado da interação desses vários sujeitos e agentes entre si, e destes com os fenômenos/processos existentes nele, que ao produzirem-no modificam tanto a metrópole quanto também a si mesmos.

É por meio das práticas espaciais de seus sujeitos que as tessituras, os arranjos, os lugares de Goiânia vão sendo definidos – a par e paralelamente à construção resultante das demandas e forças do capital, dos agentes econômicos e hegemônicos. As espacialidades resultantes de tais práticas expressam ao mesmo tempo a mobilidade e as ações cotidianas desses sujeitos: o trabalhar, o estudar, o lazer, dentre outros. A partir dessas práticas espaciais e das espacialidades delas resultantes, homens e mulheres estabelecem redes de sociabilidade entre si, as quais são mediadas pelas territorialidades exercidas por eles – individual e/ou coletivamente – sobre os diferentes lugares da cidade, os quais eles vivenciam, experimentam, apropriam-se, criam resistências etc.

Dentre estes sujeitos sociais que são produtores do espaço urbano de Goiânia, destacou-se para esta pesquisa a ação dos jovens migrantes e sua apropriação dos espaços/territórios da metrópole com base no entendimento de suas estratégias sócio-espaciais, ou seja, de suas territorialidades. Assim, as considerações realizadas anteriormente (e ao longo deste estudo) – acerca do processo de produção do espaço urbano de Goiânia e de sua condição de metrópole, da ligação entre essa produção, as práticas espaciais, as territorialidades

dos jovens migrantes e a segregação/fragmentação urbanas – foram discutidas visando responder aos seguintes questionamentos:

- Há uma relação entre o processo de migração e a segregação sócio-espacial ocorrida em Goiânia?
- Quais são as principais práticas espaciais de socialização/territorialização dos jovens migrantes nessa metrópole?
- Como estão ocorrendo os principais mecanismos de territorialização dos jovens migrantes em Goiânia (a inserção no trabalho, a escolarização e formação de grupos de lazer e cultura), tendo em vista sua espacialidade e a produção da segregação urbana?
- Qual o perfil socioeconômico desses jovens migrantes e quais são os seus principais locais de origem?
- Quais os principais fatores e agentes que contribuem ou dificultam a efetivação da territorialização desses jovens?

Diante de tais indagações, a presente tese destacou como objetivo principal *analisar os mecanismos de (re)territorialização de jovens migrantes em Goiânia – estudantes do 3º. ano do Ensino Médio em escolas públicas estaduais –, tendo em vista sua espacialidade na metrópole e a produção da segregação sócio-espacial urbana*. Através dos objetivos específicos, pretendeu-se ainda:

- Apontar os principais locais de origem dos jovens migrantes pesquisados;
- Caracterizar o perfil socioeconômico e cultural desses sujeitos;
- Identificar e analisar suas principais práticas espaciais (trabalho, lazer, estudo etc.) e os principais fatores e agentes que contribuem ou dificultam o processo de territorialização desses jovens migrantes na metrópole de Goiânia;

- Compreender a relação existente entre o processo de migração e a segregação na formação sócio-espacial da metrópole goiana a partir da década de 1990.

Constatou-se, com base na análise dos dados coletados, que os jovens migrantes pesquisados advêm, sobretudo, dos municípios localizados em outras regiões do país (59%) ao sul do Maranhão, sul do Pará e oeste da Bahia, Minas Gerais e São Paulo e do interior do estado de Goiás (36%). Esse fato confirma a condição de Goiânia como um polo receptor de migrantes, um local de prosperidade, de desenvolvimento e oportunidades. Reafirma ainda o destaque da metrópole no que tange ao oferecimento de postos de trabalho, estudo, comércio, lazer, saúde etc.

Em relação ao perfil socioeconômico desses jovens migrantes, a maioria deles pertence às classes de baixa renda e mora em bairros periféricos de Goiânia. Os bairros desses jovens se mostraram pouco equipados para o lazer juvenil, não se constituindo como uma alternativa para seu exercício. Os jovens estudados se mostraram muito ligados aos aspectos religiosos, sendo que a maior parte deles (98%) declarou professar alguma religião, principalmente a Evangélica e a Católica.

Alguns grupos tiveram grande relevância no processo de reterritorialização desses jovens, sobretudo os parentes (já estabelecidos aqui) e os amigos (da igreja, da escola e do trabalho). E entre as instituições que colaboraram nesse sentido destacaram-se a igreja, a escola, a família e o trabalho. Daí resulta a importância das práticas espaciais e das redes de sociabilidade empreendidas pelos jovens nos diferentes espaços de Goiânia para o processo de reterritorialização deles na metrópole. Os principais locais da cidade que eles frequentam e seus grupos de relacionamentos foram, respectivamente, os *shopping centers*, os parques, os bares e as praças. Eles fazem uso desses espaços para conversar, brincar, se divertir, estudar, passear, namorar etc.

Nesse sentido, a mobilidade desses jovens pela cidade, a acessibilidade, ou restrições de uso a certos espaços da cidade – seja pelas dificuldades impostas por sua condição social e econômica, seja pela falta de infraestrutura adequada em seus bairros de residência, ou do transporte público precário (nos dias destinados ao

lazer), ou ainda da falta de políticas públicas voltadas para esse segmento etc. – mostram-se como fatores que podem ou não inseri-los nos espaços/tempos da metrópole. É aqui que a segregação e a fragmentação urbanas denotam a desigualdade de oportunidades entre os diferentes jovens. Pois a maioria dos jovens de baixa renda, ao possuir uma mobilidade restringida, vivencia a cidade aos pedaços, de forma parcial, não em sua plenitude.

A territorialização dos jovens migrantes na metrópole dar-se-á à medida que eles ampliam suas espacialidades por ela, a partir do desenvolvimento de suas práticas espaciais cotidianas e do estabelecimento de novas redes de sociabilidade. A intensa ligação entre esses aspectos e a (re)territorialização dos jovens migrantes em Goiânia foi evidenciada por meio da constatação da existência de três situações em relação a esse processo:

1) Reterritorialização efetiva – o jovem migrante que já ampliou suas práticas espaciais e redes de sociabilidade pela metrópole e para além dela; tendo recriado sua identidade incorporando a ela os valores do novo espaço urbano (o que não significa que ele tenha alterado sua condição de inserção social e econômica na metrópole ou Região Metropolitana);

2) Reterritorialização parcial – o jovem migrante que já se ambientou com a cidade e começa a ampliar suas práticas espaciais e redes de sociabilidade para além de seu bairro. Há um misto de estranhamento e admiração pela dinâmica da metrópole;

3) Reterritorialização precária ou restrita – o jovem migrante ainda não se ambientou na metrópole, e seu estranhamento em relação à sua dinâmica é tamanho que se recusa ou sente-se constrangido a estabelecer práticas espaciais e redes de sociabilidade para além do seu bairro e das instituições nas quais confia (a família, a escola e o trabalho, principalmente).

Todavia, mesmo afetado por tais aspectos, nem por isso esse jovem migrante negou sua condição juvenil. Embora parte deles reconheça a existência de outros tipos/condições de juventudes, todos eles se autodeclararam como tais e justificaram sua resposta principalmente pelo fato poder “estar junto a seus pares”, ou seja, com outros de sua faixa etária; fazendo “coisas de jovens”; vivenciando um a cultura juvenil que lhes é própria em grupo ou individualmente.

Por conseguinte, a Geografia tem muito a contribuir para o entendimento das espacialidades juvenis, ao permitir a análise da maneira pela qual elas são inscritas no espaço urbano mediante o estabelecimento de suas práticas espaciais, territorialidades e redes de sociabilidade etc. Ao empreender tal análise, a ciência geográfica deve preocupar-se ainda com o entendimento de constituir espaços e práticas que contribuam para a formação da cidadania dos jovens; para o despertar de uma leitura geográfica da cidade que possibilite uma transformação desses jovens em relação ao entendimento da dinâmica espacial e de sua posição/papel de sujeito produtor de sua própria realidade e condição juvenil e social.

Uma pesquisa é, antes de tudo, uma apreensão da realidade. Uma realidade que é dinâmica, o que obriga o pesquisador a fazer recortes a fim de compreendê-la em um espaço/tempo determinados, a partir de uma dada perspectiva teórica sob o crivo de uma ciência específica. Assim, as constatações contidas nesta tese não podem expressar de fato a dimensão e complexidade da temática das Juventudes e (das) Cidades (na verdade, esse não foi o intuito da pesquisa ou da pesquisadora), mas constitui-se em uma pequena contribuição dada a ela. Ademais, sabe-se que a referida temática carece de muitas outras contribuições e discussões de cunho geográfico que procurem entender e desvendar, como se objetivou aqui, a condição juvenil e a estreita ligação desta com as espacialidades, territórios/territorialidades construídas mediante o estabelecimento de suas práticas espaciais e redes de sociabilidade com outros indivíduos jovens (principalmente, mas não só) nos espaços da metrópole e para além dele.

Dessa forma, perceberam-se, ao longo desta pesquisa, alguns processos e fenômenos em relação à metrópole goiana e às juventudes importantes que, no entanto, não puderam ser abordados. Dentre tais processos, destaque-se a necessidade de:

1. Investigar e mapear com maior precisão os circuitos urbanos e os territórios juvenis de lazer presentes/existentes na metrópole goiana e na RMG;
2. Verificar a existência em Goiânia de políticas públicas voltadas para as juventudes, bem como a contribuição dessas para a formação da cidadania dos jovens moradores da capital e de sua RMG;
3. Estudar o papel da geografia escolar na formação de jovens cidadãos capazes de realizar uma leitura geográfica do espaço urbano goianiense;
4. Analisar as redes de sociabilidades e as práticas espaciais dos jovens da periferia, procurando entender suas manifestações culturais e sua inserção nos diversos grupos culturais juvenis da metrópole e/ou região metropolitana;
5. Compreender a relação existente entre o processo de migração e a segregação na formação sócio-espacial da Região Metropolitana de Goiânia, a partir da década de 1990, dentre outras.
6. Analisar especificidades e similaridades da condição juvenil (práticas culturais, práticas sócio-espaciais e redes de sociabilidade) dos jovens que habitam/vivenciam cidades de tamanhos variados: pequenas, médias e grandes.

Resta dizer que a análise aqui empreendida não esgota a discussão acerca dos jovens migrantes na metrópole goianiense, uma vez que cada pesquisador imprime, sobre seu objeto de estudo, um olhar geográfico marcado por aspectos teóricos e subjetivos. Assim, são possíveis várias leituras geográficas

acerca dos jovens e da cidade, as quais se distinguirão uma das outras, sobretudo pelo viés que cada pesquisador irá evidenciar sobre essa temática. A certeza que fica é de que as juventudes constituem-se uma temática sobre a qual a Geografia tem ainda muitas contribuições a serem dadas.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5/ 6, p. 25-35, maio-dez. 1997.

ABRAMO, H. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. M. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-73.

ALMEIDA, R. A. Olhando a metrópole atrás dos muros. In: PAULA, F. M. de A.; CAVALCANTI, L. de S. (Org.). **A cidade e seus lugares**. Goiânia: Vieira, 2007.

ALVES, G. A. A segregação socioespacial na metrópole paulista. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 29, Especial, p. 33-42, 2011. Disponível em: <<http://www.usp.br/geousp>>. Acesso em: 27 out. 2012.

ARRAIS, T. A. As imagens da cidade e a produção do urbano. In: CAVALCANTI, L. de S. (Org.). **Geografia da cidade: a produção do espaço urbano em Goiânia**. Goiânia: Alternativa, 2001.

ARRAIS, T. A. **Geografia contemporânea de Goiás**. Goiânia: Vieira, 2004.

ARRAIS, T. A. Mobilidade e centralidade: breves reflexões sobre a problemática metropolitana. In: MOYSÉS, A. (Org.). **Cidade, segregação urbana e planejamento**. Goiânia: Ed. UCG, 2005.

ARRAIS, T. A. **A região como arena política**. Goiânia: Vieira, 2007.

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologias, contextos. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BALBIM, R. **Mobilidade: uma abordagem sistêmica**. Palestra proferida na CETESB / Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, em 7 de outubro de 2004. Disponível em: < <http://www.ambiente.sp.gov.br>>. Acesso em: 21 nov. 2009.

BERNARDES, G. D. **Goiânia**, *cidade planejada/cidade vivida*: discurso e cultura da modernidade. 1998. 250 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

BELTRÃO SPÓSITO, M. E. Novas formas comerciais e a redefinição da centralidade intra-urbana. In: _____. (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: UNESP, 2001.

BELTRÃO SPÓSITO, M. E. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; BELTRÃO SPÓSITO, M. E. (Org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

BORGES, J. de A. Goiânia: cotidiano, cultura e segregação no universo dos adolescentes. In: CAVALCANTI, L. de S.; MORAIS, E. M. B de. **A cidade e seus sujeitos**. Goiânia: Vieira, 2011.

BRENNER; A. K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. Juventude brasileira: culturas do lazer e do tempo livre. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. **Um olhar sobre o jovem no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/olhar_sobre_jovem_brasil.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, A. F. A. Uma leitura sobre a cidade. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 1, n.1, p. 11-30, 2004.

CARLOS, A. F. A. Dinâmicas urbanas na metrópole de São Paulo. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, L. M. **América Latina**: cidade, campo e turismo. San Pablo: CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), 2006. p.75-88.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; BELTRÃO SPOSITO, M. E. (Org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos; escalasse desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

CARRANO, P. Jovens, escolas e cidades: desafios à autonomia e à consciência. **Teias**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 26, p. 7-22, set.-dez. 2011. Disponível em: <www.periodicos.properd.pro.br>. Acesso em: 12 fev. 2013.

CASSAB, C. Jovens mudando a cidade: o uso do Sistema de Informação Geográfica no entendimento das relações espaciais, experiência em Juiz de Fora. In: CASSAB, M. A. T. (Org.). **Para construir espaços solidários**: uma metodologia de trabalho com jovens. Juiz de Fora: EDUFJF, 2006.

CASSAB, C. **(Re)construir utopias**: jovem, cidade e política. 2009. 228 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

CASSAB, C. A cidade como espaço público: uma interpretação pautada na fala dos jovens. **Mercator** (Fortaleza. Online), v. 9, p. 83-91, 2010.

CASSAB, C. Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução. **Locus** (UFJF), v. 17, p. 145-159, 2012.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CATANI, A. M.; GILIOLI, R. de S.P. **Culturas juvenis**: múltiplos olhares. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.

CAVALCANTI, L. de S. Cidade, cidadania e cultura urbana: espaços públicos como espaço de cidadania de jovens em urbanas de Goiânia. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 10, n.2, p. 151-156, 2004.

CAVALCANTI, L. de S. Cidade e vida urbana: a dinâmica do/no espaço intra-urbano e formação para a participação em sua gestão. In: PAULA, F. M. de A.; CAVALCANTI, L. de S. (Org.). **A cidade e seus lugares**. Goiânia: Vieira, 2007.

CAVALCANTI, L. de S. **A geografia escolar e a cidade**: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. Campinas: Papirus, 2008.

CAVALCANTI, L. de S. Jovens escolares e suas práticas espaciais cotidianas: o que tem isso a ver com as tarefas de ensinar Geografia? In: CALLAI, H. C. (Org.). **Educação geográfica: reflexão e prática**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. p. 35-60.

CAVALCANTI, L. de S. **O ensino de geografia na escola**. Campinas: Papirus, 2012.

CAVALCANTI, L. de S.; MORAIS, E. M. B de. A cidade, os sujeitos e suas práticas espaciais cotidianas. In: CAVALCANTI, L. de S.; MORAIS, E. M. B de. **A cidade e seus sujeitos**. Goiânia: Vieira, 2011.

CAVALCANTI, L. S. et al. **Estado da arte sobre juventudes e cidade**. Goiânia, 2011. Mimeografado.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. Volume 01, Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAVEIRO, E. F. **Goiânia, uma metrópole em travessia**. 2001. 321 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CHAVEIRO, E. F.; CALAÇA, M.; REZENDE, M. C. S. **A dinâmica demográfica de Goiás**. Goiânia: Ellos, 2009.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CORREA, S. M. de S. Brasil: uma sociedade de jovens? In: BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. **Um olhar sobre o jovem no Brasil**. Brasília: Ed. Ministério da Saúde, 2008. Disponível em <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/olhar_sobre_jovem_brasil.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

DAYRELL, J. **A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude em Belo Horizonte**. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Paulista, Faculdade de Educação, São Paulo, 2001.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24. p. 40-52, set.-dez. 2003.

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

DAYRELL, J. Juventude, socialização e escola. In: DAYRELL, J. et al. (Org.). **Família, escola e juventude: olhares cruzados: Brasil-Portugal**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

DAYRELL, J. ; NOGUEIRA, P. H. de Q.; MIRANDA, S. A. Os jovens de 15 a 17 anos: características e especificidades educativas. In: CORTI, A. P. et al. **Caderno de Reflexões: Jovens de 15 a 17 anos no Ensino Fundamental**. Brasília: Via Comunicação, 2011.

ESTEVAM, L. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. Goiânia: Ed. UCG, 2004.

GOMES, P. C. da C. **A Condição Urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOMES, P. C. da C. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, I.E. de; GOMES; P.C. da C.; CORRÊA, R.L. (Orgs.). **Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

GOMES, H.; TEIXEIRA NETO, A.; BARBOSA, A. S. **Geografia: Goiás-Tocantins**. Goiânia: Ed. UFG, 2004.

GOMES, R. R. Goiânia desigual e segregadora. In: PAULA, F. M. de A.; CAVALCANTI, L. de S. (Org.). **A cidade e seus lugares**. Goiânia: Vieira, 2007.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidades. In: HEIDRICH, A. L. et al. (Org.). **A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço**. Canoas: Ulbra; Porto Alegre: UFRGS, 2008.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2011.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Migração Interna no Brasil. **Comunicados IPEA**, n. 61. Rio de Janeiro: Brasília: IPEA, 2010.

JARDIM, A. P. Reflexões sobre a mobilidade pendular. In: OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R. (Org.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

KEHL, M. R. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, R; VANNUCHI, P. (Org.). **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1981.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LEVY, J. Os Novos Espaços da Mobilidade. **GEOgraphia**, América do Norte, 3, set. 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/62/60>>. Acesso em: 30 Mar. 2012.

LIMA, L. O. **Rearranjos nos espaços da metrópole goiana**: as metamorfoses recentes no espaço urbano de Senador Canedo. 2010. 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**: desigualdade, ilegalidade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, W. de M. **“Trilhas Juvenis”**: uma análise das práticas espaciais dos jovens em Goiânia. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

MARTINS, W. de M. A juventude urbana e sua relação com o espaço. In: PAULA, F. M. de A.; CAVALCANTI, L. de S. (Org.). **A cidade e seus lugares**. Goiânia: Vieira, 2007.

MARTINS, C.H. S.; CARRANO, P. C. R. A escola diante das culturas juvenis: reconhecer para dialogar. **Educação**, Santa Maria, v. 36, n. 1, p. 43-56, jan./abr. 2011.

MATOS, R. Territórios e redes: dimensões econômico-materiais e redes sociais especiais. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Org.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011.

MENDES, L. Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 473-495, jul.-dez. 2011. Disponível em: <<http://www.cadernosmetropole.net>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

MOURA, R. et al. Territorialidades em movimento. In: ULTRAMARI, C.; MOURA, R. (Org.). **Metrópole, grande Curitiba: teoria e prática**. Curitiba: Ipardes, 1994. p. 113-120.

MOYSÉS, A. **Goiânia: metrópole não planejada**. Goiânia: Ed. UCG, 2004.

MOYSÉS, A.; BENARDES, G. D. Segregação urbana e desigualdade social em Goiânia: Estado, mercado imobiliário e dinâmica sócio-espacial em Goiânia. In: MOYSÉS, A. (Org.). **Cidade, segregação urbana e planejamento**. Goiânia: Ed. UCG, 2005.

MOYSÉS, A. et al. **O Estado de Goiás e a Região Metropolitana de Goiânia no Censo 2010**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2011. Disponível em: <www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br>. Acesso em: set. 2011.

MOYSÉS, A.; BORGES, E. Dinâmica imobiliária e a nova paisagem urbana da RM de Goiânia: o impacto da produção de alto nível. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 13., 2009, Florianópolis. **Anais Eletrônicos...** Florianópolis, 2009.

MOYSÉS, A.; BORGES, E. A retomada dos financiamentos públicos imobiliários e a produção para os setores populares: impactos na reconfiguração espacial da RM de Goiânia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 15., 2011, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos...** Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, M. M. B. de. O lugar na praça: uso e apropriação de praças goianienses. In: PAULA, F. M. de A.; CAVALCANTI, L. de S. (Org.). **A cidade e seus lugares.** Goiânia: Vieira, 2007.

OLIVEIRA, A. T. R.; ERVATTI, L. R.; O'NEILL, M. M. V. C. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNAD'S e censos demográficos. In: OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R. (Org.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A.T. R. (Org.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

PAIS, J. M. **Culturas juvenis.** Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 2003.

PAULA, F. M. A. **Descentralização e segregação sócio-espacial em Goiânia:** uma análise da centralidade dos setores Bueno, Oeste e Marista. 2003. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

PAULA, F. M.A.; CORREA, E. L.; PINTO, J V.C. **Descentralização e formação de centralidades polinucleadas:** o caso do Setor Campinas como subcentro popular. Anápolis: UEG, 2005.

PAULA, F. M. A.; LIMA, L. O.; MALHEIROS, I. P. **Centralidade polinucleada:** uma análise dos subcentros populares – o caso do Setor Vila Nova. Anápolis: UEG, 2006.

PAULA, F. M. A.; MATOS, W S.; SANTOS, P. H. P.; XAVIER, S. **Aspectos da centralidade polinucleada de Goiânia:** uma análise da importância do subcentro popular do “Setor Fama”. Anápolis: UEG, 2008.

PINTO, J. V. de C. **O espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia**: centralidades na metrópole goiana. 2009. 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: Unesp, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

RIBEIRO, A. C. T. Metrópole: sentidos da fragmentação. In: SILVA, C. A. da; OLIVEIRA, A. L. de; RIBEIRO, A. C. T. (Org.). **Metrópoles**: entre o global e as experiências cotidianas. Rio de Janeiro Ed. Uerj, 2012.

SACK, R.D. O significado da territorialidade. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Org.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011.

SALGUEIRO, T. B. Mobilidade, novas demandas sociais e sustentabilidade urbana. In: OLIVEIRA, J. A. (Org.). **Cidades brasileiras**: territorialidades, sustentabilidades e demandas sociais. Manaus: Edua, 2009.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: espaço e tempo: razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, E. M. dos. **O jovem e a cidade**: um estudo sobre jovens migrantes e sua relação com Goiânia. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

SAQUET, M. A. A renovação da geografia: a construção de uma teoria de território e territorialidade na obra de Jean Gottmann. **Revista da ANPEGE**, v. 5, p. 173-187, 2009a. Disponível em: < [http:// www.anpege.or.br](http://www.anpege.or.br)> Acesso em: 20 nov. 2009.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: Unesp, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009b.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SARTI, C. A. O jovem na família: o outro necessário. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SEABRA, O. C. de L. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 1, n. 2, p. 181-206, 2004.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, M. C. **Dinâmica populacional do território goiano: representação, crescimento e migração: 1970-2004**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

SILVA, E. T; RODRIGUES, J. M. **Mobilidade espacial nas metrópoles brasileiras: tendências dos movimentos intrametropolitanos**. Rio de Janeiro: UFRJ: Observatório das Metrópoles, 2009. Disponível em: <www.observatoriodasmetrololes.ufrj.br>. Acesso em: dez. 2011.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SOUZA, F. S. de. **O espaço público contemporâneo: a complexidade vista a partir de parques urbanos de Porto Alegre**. 2008. 122 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SOUZA, M. L. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: Unesp, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

TURRA NETO, N. **Enterrado, mas ainda vivo!:** identidade *punk* e território em Londrina, PR. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

TURRA NETO, N. **Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava:** territórios e redes de sociabilidade. 2008. 516 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Unesp, Presidente Prudente, 2008.

TURRA NETO, N. Geografia das juventudes. In: PEREIRA, S. R.; COSTA, B. P.; SOUZA, E. B. C. (Org.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TURRA NETO, N. Metodologias de pesquisa para o estudo geográfico da sociabilidade juvenil. **RA'EGA: O Espaço Geográfico em Análise**, v. 23, p. 340-375, 2011.

TURRA NETO, N. Vivendo entre jovens: a observação participante como metodologia de pesquisa em geografia. **Terr@ Plural** (UEPG. Impresso), v. 6, p. 241-255, 2012.

TURRA NETO, N.; CARDOSO, M. C. Juventude, cidade e território: esboços para uma Geografia das juventudes. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA JUVENTUDES E CIDADES ., 2011, Juiz de Fora. **Anais Eletrônicos...** Juiz de Fora: UFJF, 2011.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. da. Sujeitos políticos e territorialidades urbanas. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. (Org.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 150-159.

VAZ, M. D. A. C. **Transformação do centro de Goiânia:** renovação ou reestruturação? 2002. 269 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp: Lincoln Institute, 1998.

VISCONDE, M. S. X. Jardim das Oliveiras: um espaço segregado na metrópole. In: PAULA, F. M. de A.; CAVALCANTI, L. de S. (Org.). **A cidade e seus lugares**. Goiânia: Vieira, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS 1

Formulário de Questionário Aplicado aos Alunos do 3º. Ano do Ensino Médio dos Colégios Públicos Estaduais de Goiânia

Nome da Escola: _____

Bairro de Localização: _____

Subregião a que pertence: _____

1. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

- **Nome:** _____

- **Idade** _____

- **Sexo:** Masculino () Feminino ()

- **Naturalidade (Município e Estado)**

- **Série** _____ **Turno:** _____
- **Estado Civil** _____
- **Onde nasceram seus pais?**

Pai: País _____ Cidade _____ Estado _____

Mãe: País _____ Cidade _____ Estado _____

- **Qual a atividade profissional remunerada exercida pelos membros da sua família?**

Pai: _____

Mãe: _____

Outros: _____

Você: _____

Local de trabalho: _____

Bairro do local de Trabalho: _____

• **Se você trabalha, qual sua remuneração mensal?**

- Até 1 salário mínimo (R\$ 545,00)
- De 1 até 2 salários (R\$ 1.090, 00)
- De 2 a 3 salários (R\$ 1.090,00 a 1.635,00)
- De 3 a 5 salários (R\$ 1.635,00 a 2.7250,00)
- Acima de 5 salários.

• **Qual a renda mensal de sua família?**

- Até 1 salário mínimo (R\$ 545,00)
- De 1 a 2 salários (R\$ 1.090, 00)
- De 2 a 3 salários (R\$ 1.090,00 a 1.635,00)
- De 3 a 5 salários (R\$ 1.635,00 a 2.7250,00)
- Acima de 5 salários.

• **Em termos de cor/raça como você se considera?**

- Branco(a) Pardo(a) Preto(a) Amarelo(a) Indígena

• **Qual sua religião?**

Católico Espírita Umbanda/Candomblé Religiões Orientais

Evangélico Sem Religião Outros_____

2. ASPECTOS LIGADOS À RESIDÊNCIA E À MOBILIDADE

• **Endereço Residencial:**_____

Bairro_____

Cidade_____ Estado (UF)_____

País_____

• **Desde que ano mora na sua atual cidade?**_____

• **Desde que ano mora no seu atual endereço?**_____

• **Características do domicílio:**

Casa Apartamento Barracão Quitinete República

• **Sua residência é:**

Própria Quitada Própria Não Quitada Alugada Cedida

• **Você mora com:**

() Seus Pais () Com Parentes () Com Amigos () Sozinho () Família
 () Cônjuge () Companheiro(a) () Outros _____

- **Se você veio para a cidade em que você mora com sua família, o que trouxe sua família para cá?**

() Amigos () Trabalho () Parentes () Estudo () Tratamento de Saúde

() Outros – Especificar _____

- **Se você veio para a cidade em que mora sozinho, o que o trouxe para cá?**

() Amigos () Trabalho () Parentes () Estudo () Tratamento de Saúde

() Outros – Especificar _____

- **Qual o meio de transporte você mais utiliza para chegar até a escola?**

() a pé

() bicicleta

() moto - própria : Sim () Não () Outros _____

() carro - próprio : Sim () Não () Outros _____

() transporte escolar

() transporte coletivo

() outros _____

- **Se você trabalha, qual o meio de transporte que você mais utiliza para chegar até seu trabalho?**

- () a pé
- () bicicleta
- () moto - própria: Sim () Não () Outros _____
- () carro - próprio: Sim () Não () Outros _____
- () transporte escolar
- () transporte coletivo
- () outros _____

- **Quanto tempo você gasta (aproximadamente) para se locomover de casa e/ou do trabalho até a escola?**

- **Se você trabalha, quanto tempo você gasta (aproximadamente) para se locomover até seu local de trabalho?**

- **Que lugares você costuma frequentar nos finais de semana?**

() Parque - Especificar Nome: _____

() *Shopping Center* - Especificar Nome: _____

() Praça- Especificar Nome: _____

() Bares - Especificar Nome: _____

() Igreja - Especificar Nome: _____

() Outros – Especificar Nomes: _____

- **Quais as principais áreas de lazer e cultura de Goiânia que você costuma frequentar?**

- **Quais as principais opções de lazer que você costuma frequentar no seu bairro?**

Após a conclusão do ensino, quais são suas expectativas em relação a sua vida? Você pensa em continuar estudando? Você pretende arrumar um

emprego melhor?

Quais são seus principais grupos de relacionamento e em que bairro e cidade ficam?

() Trabalho - Bairro/Cidade

() Igreja – Bairro/Cidade

() Partido – Bairro/Cidade

() Clube-Bairro/Cidade

() Torcida de futebol – Bairro/Cidade

() Associação de jovens – Bairro/Cidade

() Emo – Bairro/Cidade

() Clube de Música – Bairro/Cidade

() Outros – Especificar _____

Bairro/Cidade _____

Dentre os grupos de relacionamento citados anteriormente, qual você considera ter maior vínculo? Por quê?

Quais são as principais atividades desenvolvidas por você e esse grupo?

Quais são os principais lugares frequentados por você e seus grupos de relacionamento?

APÊNDICE B - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS 2**Formulário de Entrevista Aplicado aos Alunos do 3º Ano do Ensino Médio dos Colégios Públicos Estaduais de Goiânia**

Nome da Escola: _____

Bairro de Localização: _____

Subregião a que pertence: _____

1 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA• **Nome:** _____• **Idade** _____• **Sexo:** Masculino () Feminino ()• **Naturalidade (Município e Estado):** _____• **Série** _____• **Turno:** _____• **Estado Civil** _____• **Onde nasceram seus pais?**

Pai: País _____ Cidade _____ Estado _____

Mãe: País _____ Cidade _____ Estado _____

- **Qual atividade profissional remunerada exercida pelos membros da sua família?**

Pai: _____

Mãe _____

Outros _____

Você: _____

Local de Trabalho: _____

Bairro do local de trabalho: _____

- **Se você trabalha, qual sua remuneração mensal?**

() Até 1 salário mínimo (R\$ 545,00)

() De 1 até 2 salários (R\$ 1.090, 00)

() De 2 a 3 salários (R\$ 1.090,00 a 1.635,00)

() De 3 a 5 salários (R\$ 1.635,00 a 2.7250,00)

() Acima de 5 salários.

- **Qual a renda mensal de sua família?**

- () Até 1 salário mínimo (R\$ 545,00)
- () De 1 a 2 salários (R\$ 1.090, 00)
- () De 2 a 3 salários (R\$ 1.090,00 a 1.635,00)
- () De 3 a 5 salários (R\$ 1.635,00 a 2.7250,00)
- () Acima de 5 salários.

- **Em termos de cor/raça como você se considera?**

- () Branco(a) () Pardo(a) () Preto(a) () Amarelo(a) () Indígena

- **Qual sua religião?**

- () Católico () Espírita () Umbanda/Candomblé () Religiões Orientais
- () Evangélico () Sem Religião () Outros_____

2. QUESTÕES RELACIONADAS AO LOCAL DE ORIGEM:

- **Você costuma visitar sua cidade de origem? Por quais motivos? E em quais períodos?**
- **Você sente saudades de sua cidade natal? Por quais motivos?**
- **O que você mais gosta(va) em sua cidade natal? E o que menos (gosta)?**

- **Você pretende morar novamente em seu local de nascimento? Por quê?**
- **Quando você pensa em sua cidade natal, qual é a primeira lembrança que vem à sua mente?**
- **Defina sua cidade natal com apenas uma palavra.**

3. QUESTÕES RELACIONADAS AO LOCAL DE MORADIA:

- **Há quanto tempo você mora em sua atual cidade de residência?**
- **Se você mudou com seus pais, quais foram os principais motivos de sua família para mudar para a Região Metropolitana de Goiânia?**
- **Se você mudou sozinho, quais foram os principais motivos que o levaram a se mudar para a Região Metropolitana de Goiânia?**
- **Quais foram suas impressões sobre a cidade no começo? E agora?**
- **Você gosta de morar na cidade em que reside atualmente? Por quê?**
- **Como você se ambientou (quais os modos) à cidade na qual mora atualmente?**
- **O que ou quem o ajudou a se “ambientar” com a cidade?**

- **Quais são seus locais preferidos na cidade?**
- **Você gostaria de conhecer algum lugar específico da cidade?**
- **Quando você pensa na cidade em que reside ou trabalha, qual é a primeira lembrança que vem à sua mente?**
- **Defina a cidade em que reside ou trabalha com apenas uma palavra.**
- **Se pudesse escolher uma cidade para morar, qual seria?**

4. QUESTÕES RELACIONADAS ÀS REDES DE RELACIONAMENTO:

- **Você conhecia alguém na cidade que você mora atualmente antes de se mudar para ela? Quem?**
- **Quem te arrumou o atual emprego?**
- **Quais grupos de relacionamento você costuma frequentar?**
- **Quais são as principais atividades desenvolvidas por você e seus grupos de relacionamento?**
- **Com qual (ou quais) deles você possui maior vínculo afetivo? Por quê?**
- **Quais são os lugares da cidade preferidos por você e seu grupo principal e suas principais atividades?**
- **Você se considera jovem? Por quais motivos?**

**APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Aos Maiores de 18 anos)**

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), da pesquisa **“MOBILIDADE, PRÁTICAS ESPACIAIS E SEGREGAÇÃO NA METRÓPOLE: UMA ANÁLISE DA MÚLTIPLA TERRITORIALIZAÇÃO DOS JOVENS MIGRANTES NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA E A PRODUÇÃO DA SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL URBANA”²⁴**. Meu nome é **Flavia Maria de Assis Paula**, sou aluna devidamente matriculada no Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás - nível Doutorado, orientada pela Profa. Dra. Lana de Souza Cavalcanti, e sou a pesquisadora responsável. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Em caso de dúvida **sobre a pesquisa**, você poderá entrar em contato comigo no telefone (62) 8482-9972 ou pelo e-mail: flaviapaula@gmail.com. Em casos de dúvidas **sobre os seus direitos** como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, nos telefones: (62) 3521-1075 ou 3521-1076.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE A PESQUISA

Título: A MOBILIDADE, PRÁTICAS ESPACIAIS E SEGREGAÇÃO NA METRÓPOLE: UMA ANÁLISE DA MÚLTIPLA TERRITORIALIZAÇÃO DOS

²⁴ Este era o título da pesquisa à época da aplicação dos instrumentos de coleta de dados, no caso os questionários.

JOVENS MIGRANTES NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA E A PRODUÇÃO DA SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL URBANA

Objetivo: Consiste em analisar os meios de territorialização dos jovens migrantes na Metrópole de Goiânia, tendo em vista sua espacialidade (ou lugar na metrópole) e a produção da segregação sócio-espacial urbana.

Procedimentos de coleta de dados: aplicação de questionário misto com questões semiabertas e fechadas (de múltipla escolha) e realização de entrevistas semiestruturadas.

Observações: não haverá nenhum tipo de pagamento ou gratificação financeira pela sua participação. Além disso, asseguramos a você o sigilo e a privacidade em relação aos dados confidenciais envolvidos nesta pesquisa. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, pois os envolvidos na pesquisa serão identificados apenas por M1, M2, M3 etc.

Flavia Maria de Assis Paula

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA
PESQUISA
(Cópia do Jovem)**

Eu, _____
RG/CPF _____, abaixo assinado, concordo em
participar do estudo _____, como
sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora Flavia
Maria de Assis Paula sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim
como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi me
garantido(a) que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que
isto leve a qualquer penalidade, ou traga algum prejuízo na minha relação com o
pesquisador ou com a instituição.

Local e data:

Nome e assinatura:

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA
PESQUISA**

(Cópia do Pesquisador)

Eu, _____
RG/CPF _____, abaixo assinado, concordo em
participar do estudo _____, como
sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora Flavia
Maria de Assis Paula sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim
como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi me
garantido(a) que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que
isto leve a qualquer penalidade, ou traga algum prejuízo na minha relação com o
pesquisador ou com a instituição.

Local e data:

Nome e assinatura:

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Aos Responsáveis Legais dos Menores de 18 anos)

O jovem menor de 18 anos sob sua responsabilidade está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), da pesquisa “**MOBILIDADE, PRÁTICAS ESPACIAIS E SEGREGAÇÃO NA METRÓPOLE: UMA ANÁLISE DA MÚLTIPLA TERRITORIALIZAÇÃO DOS JOVENS MIGRANTES NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA E A PRODUÇÃO DA SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL URBANA**”. Meu nome é **Flavia Maria de Assis Paula**, sou aluna devidamente matriculada no Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás - nível Doutorado, orientada pela Profa. Dra. Lana de Souza Cavalcanti, e sou a pesquisadora responsável. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de você aceitar que o jovem menor pelo qual você é responsável faça parte do estudo, assine o termo de consentimento ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma. A participação do menor não é obrigatória. A qualquer momento o menor pode desistir de participar e você retirar seu consentimento. Em caso de dúvida **sobre a pesquisa**, você poderá entrar em contato comigo no telefone (62) 8482-9972 ou pelo e-mail: flaviemapaula@gmail.com. Em casos de dúvidas **sobre os direitos do menor** como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, nos telefones: (62) 3521-1075 ou 3521-1076.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE A PESQUISA

Título: A MOBILIDADE, PRÁTICAS ESPACIAIS E SEGREGAÇÃO NA METRÓPOLE: UMA ANÁLISE DA MÚLTIPLA TERRITORIALIZAÇÃO DOS

JOVENS MIGRANTES NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA E A PRODUÇÃO DA SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL URBANA.

Objetivo: Consiste em analisar os meios de territorialização dos jovens migrantes na metrópole de Goiânia, tendo em vista sua espacialidade (ou lugar na metrópole) e a produção da segregação sócio-espacial urbana.

Procedimentos de coleta de dados: Aplicação de questionário misto com questões semiabertas e fechadas (de múltipla escolha) e realização de entrevistas semiestruturadas.

Observações: Não haverá nenhum tipo de pagamento ou gratificação financeira pela participação. Além disso, asseguramos a você o sigilo e a privacidade em relação aos dados confidenciais envolvidos nesta pesquisa. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, pois os envolvidos na pesquisa serão identificados apenas por M1, M2, M3 etc.

Flavia Maria de Assis Paula

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA
PESQUISA
(Cópia do Responsável Legal)**

Eu, _____
RG/CPF _____, abaixo assinado, responsável legal
por _____, autorizo sua participação
no estudo _____ como sujeito. Fui
devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora Flavia Maria de Assis
Paula sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis
riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi me garantido(a) que
posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer
penalidade, ou traga algum prejuízo na minha relação, ou na relação do jovem sob
minha responsabilidade legal, com o pesquisador ou com a instituição.

Local e data:

Nome e assinatura:

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA
PESQUISA
(Cópia do Pesquisador)**

Eu, _____
RG/CPF _____, abaixo assinado, responsável legal
por _____, autorizo sua participação
no estudo _____ como sujeito. Fui
devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora Flavia Maria de Assis
Paula sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis
riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi me garantido(a) que
posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer
penalidade, ou traga algum prejuízo na minha relação, ou na relação do jovem sob
minha responsabilidade legal, com o pesquisador ou com a instituição.

Local e data:

Nome e assinatura:
